

ANELIZE MARTINS DE OLIVEIRA

**CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS NA
COMUNIDADE DE FURNAS DO DIONÍSIO**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
CAMPO GRANDE/MS
2004**

ANELIZE MARTINS DE OLIVEIRA

**CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS NA
COMUNIDADE DE FURNAS DO DIONÍSIO**

Dissertação de mestrado, com vistas à defesa definitiva, para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, apresentada no Centro de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local, por Anelize Martins de Oliveira, sob orientação do Prof. Drº Marcelo Marinho.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
CAMPO GRANDE/MS
2004**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Marinho – Orientador
Universidade Católica Dom Bosco

Prof. Dr^a. Emilia Mariko Kashimoto
Universidade Católica Dom Bosco

Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

*Quando permitirmos que a liberdade ressoe, quando a deixarmos
ressoar de cada vila e cada aldeia, de cada estado e de cada
cidade, seremos capazes de apressar o dia quando todos os filhos
de Deus, negros e brancos, judeus e gentios, protestantes e
católicos, com certeza poderão dar-se as mãos e cantar nas
palavras da antiga canção negra: "Liberdade afinal! Liberdade
afinal! Louvado seja Deus, todo -misericordioso, estamos livres,
finalmente!"*

(Martin Luther King Junior, 1929-1968)

AGRADECIMENTOS

Á Deus, fonte de perseverança e fé para alcançar os objetivos propostos;

Ao meu marido, Alex Fraga, pela paciência, amor, dedicação e extenuantes conversas para eliminar meus momentos de desânimo, irritação e medo por não conseguir cumprir mais esta etapa de minha vida;

Á minha mãe, Maria Jane e minha irmã, Magáli, por acreditarem na minha capacidade e sempre elevarem meu astral nos momentos de tristeza;

Ao meu orientador, Marcelo Marinho, principalmente pela confiança que depositou no decorrer da jornada. Independente da distância e acima de tudo com muito profissionalismo, não deixou de se preocupar com o encaminhamento do trabalho;

Á banca examinadora, pelos elogios e sugestões que contribuíram para que meu trabalho demonstrasse cientificidade e gerasse prazer em ser elaborado;

Ao corpo docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local por elucidar questões que contribuíram para o meu crescimento acadêmico e profissional;

Aos meus colegas, em especial Andréa Arakaki, Eloíne Marques, Julia Boock e Eliane de Matos, pelos momentos de reflexão e descontração que colaboraram para que a trajetória no mestrado fosse menos exaustiva;

Á Universidade Católica Dom Bosco pela possibilidade de finalizar meus estudos por intermédio de uma bolsa de estudos integral;

Á comunidade de Furnas do Dionísio pela receptividade e por novamente despertar imenso prazer em realizar um estudo preciso de suas manifestações, demonstrando mais uma vez o protagonismo que se esmera pela busca do próprio desenvolvimento;

Á todos aqueles que acreditaram na minha competência, perto ou distante, que direta ou indiretamente estiveram presentes no decorrer do meu caminho e que em nenhum segundo deixaram de acreditar no meu crescimento como ser humano.

RESUMO

Fundada por volta de 1890 por Dionísio Antônio Vieira, Furnas do Dionísio é uma comunidade negra que vem sobrevivendo às dificuldades impostas pela vida moderna, de modo a manter seu patrimônio sócio-cultural como alternativa para a preservação de sua cultura e hábitos de vida, além do próprio desenvolvimento. Em virtude de o trabalho caracterizar-se como um estudo de caso, contemplando atividades de campo, por se tratar de um estudo intensivo das manifestações presentes na comunidade, partiu-se de métodos indutivos, qualitativos e quantitativos para se chegar à análise dos núcleos conceituais que discutem as relações intrínsecas entre cultura, turismo e desenvolvimento local. Para tanto, podem ser observados no decorrer do estudo os significados da cultura para o turismo, analisada como produto da atividade turística; bem como seu significado para o processo de desenvolvimento local, ao considerá-la como ferramenta eficaz que pode propiciar benfeitorias locais. Assim, identificaram-se as manifestações culturais da comunidade, não apenas como forma de preservação de seu legado e fortalecimento da identidade territorial. A busca por alternativas e possibilidades de inovações, aporta para atividades que possam gerar benfeitorias locais, no qual a prática social do turismo pode possibilitar melhorias econômicas e sociais, desde que esteja efetivamente relacionada à gestão participativa dos recursos disponíveis. Considerando a cultura como maior potencial de desenvolvimento social, humano e econômico, demonstra-se que o protagonismo da comunidade gradativamente vem ressurgindo como força implícita ao fundamentar a importância de sua herança histórico-cultural para gerações futuras e como alternativa de desenvolvimento sustentável e territorial a partir de melhorias que podem ser imputadas pelo processo de desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Cultura 2. Turismo 3. Desenvolvimento local

ABSTRACT

Established for return of 1890 for Dionísio Antonio Vieira, Furnas of the Dionísio is a black community that comes surviving to the difficulties imposed for the modern life, in order to keep its partner-cultural patrimony as alternative for the preservation of its culture and habits of life, beyond the proper development. In virtue of the work to characterize itself as a case study, contemplating activities of field, for if dealing with an intensive study of the manifestations gifts in the community, was broken of inductive, qualitative and quantitative methods to arrive itself at the analysis of the concepts nucleus that talk about the intrinsic relations between culture, tourism and local development. For in such a way, the meanings of the culture for the tourism, analyzed can be observed in elapsing of the study as product of the tourist activity; as well as its meaning for the process of local development, when considering it as efficient tool that can propitiate local improvements. Thus, the cultural manifestations of the community had been identified, not only as form of preservation of its legacy and strengthen of the territorial identity. The search for alternatives and possibilities of innovations, arrives in port for activities that can generate local improvements, in practical which the social one of the tourism can make possible economic and social improvements, since that effectively it is related to the participate management of the available resources. Considering the culture as bigger potential of social, human and economic development, one demonstrates that the protagonist of the community gradual comes resurging as implicit force when basing the importance of its description-cultural inheritance for future generations and as alternative of development sustainable and territorial from improvements that can be imputed by the process of local development.

KEY WORD: 1. Culture 2. Tourism 3. Local development

LISTA DE MAPA

Mapa 1 - Localização geográfica.....	47
--------------------------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Placa de sinalização para Furnas do Dionísio	46
Figura 2 - Estrada para Furnas do Dionísio	47
Figura 3 - Sr. Sebastião Abadio Martins, neto de Dionísio	50
Figura 4 - Rio Pombal: espaço de lazer que separa a região.....	52
Figura 5 - Produção familiar: mandioca	61
Figura 6 - Relação com a preservação do ambiente.....	62
Figura 7 - Igreja Evangélica Ministério de Perus	74
Figura 8 - Ato de fé: religiosidade presente na vida de Lurdete S. Silva	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Atividades que podem ser estimuladas para fortalecer a economia da região.....	54
Gráfico 2 - Ocupação principal.....	55
Gráfico 3 - Grau de escolaridade	57
Gráfico 4 - Setores que deveriam receber tratamento prioritário	58
Gráfico 5 - Como a comunidade conduz a conservação do meio ambiente	63
Gráfico 6 - Forma pela qual cultura e meio ambiente podem fomentar o desenvolvimento da comunidade	64
Gráfico 7 - Religiosidade e prática religiosa.....	74
Gráfico 8 - O que os pais ensinam para os filhos, que ensinam para os netos em Furnas do Dionísio	76
Gráfico 9 - Manifestações culturais que a comunidade apresenta	78
Gráfico 10 - Quanto a preservação das manifestações culturais.....	79
Gráfico 11 - Como é vista pelos próprios moradores	86
Gráfico 12 - Instituições que deve promover o desenvolvimento da comunidade	88
Gráfico 13 - Atrativos que a comunidade apresenta	94
Gráfico 14 - O que precisa ser feito para que a comunidade esteja preparada para receber o turista.....	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Plantas medicinais	65
Quadro 2 - Freqüência às práticas sócio-culturais	72
Quadro 3 - O que o turismo pode provocar em Furnas do Dionísio	92
Quadro 4 - Potencialidades apontadas em Furnas do Dionísio	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - CULTURA E TURISMO: QUESTÕES E CONCEITOS	14
1.1 - CULTURA	14
1.2 - TURISMO	25
1.3 - CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	35
CAPÍTULO II - PRÁTICAS CULTURAIS EM FURNAS DO DIONÍSIO	45
2.1 - FURNAS DO DIONÍSIO: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E CULTURAIS .	45
2.2 - CULTURA E MEIO AMBIENTE	60
2.3 - CULTURA E MEIO SOCIAL	69
CAPÍTULO III - CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM FURNAS DO DIONÍSIO	82
3.1 - TERRITORIALIDADE E SENTIMENTO DE PERTENÇA.....	82
3.2 - POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DE FURNAS DO DIONÍSIO.....	89
3.3 - TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM FURNAS DO DIONÍSIO....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
APÊNDICE	121

INTRODUÇÃO

No cenário globalizado, o papel desempenhado pelas sociedades modernas assume a perspectiva de que as fronteiras sócio-econômicas e culturais são ultrapassadas por meio das relações realizadas em rede.

Os sistemas globais de difusão e manipulação de poder apresentam-se por um processo dialético que demanda reflexão. Por um lado, favorece a integralização e acesso ao conhecimento e informação, possibilitando a intensificação das relações sociais. Em contra partida, propicia a exclusão e a marginalização de comunidades tradicionais.

Em Furnas do Dionísio, as relações sócio-culturais e econômicas apresentam-se individualizadas frente às nuances globais, aos quais os problemas e referências assumem aspectos globalizados, cedendo espaço aos anseios e às necessidades locais, possibilitando assim, a valorização das forças locais e identitárias. Isso pode ser explicado pelo fato da comunidade estar buscando a promulgação efetiva de suas necessidades, estabelecendo atividades que possam promover o desenvolvimento e suprir carências para que seja alcançada melhoria na qualidade de vida local.

O turismo, em diversas regiões do planeta revelou-se como uma atividade capaz de reduzir distâncias sócio-culturais e promover o intercâmbio de relações para abreviar as disparidades sociais e econômicas, no qual sua prática pode favorecer ao estímulo à economia, bem como à reprodução da identidade local.

Dessa forma, o presente trabalho tem por intuito analisar de forma objetiva o significado da cultura, como fortalecimento da endogenia local, além de avaliar a questão cultural como atratividade para a atividade turística, de modo a deflagrar o processo de desenvolvimento local na comunidade de Furnas do Dionísio.

A interpretação de conceitos e análise dos resultados se encontra distribuída em três capítulos. Desse modo, busca-se efetuar um diagnóstico preciso no que se refere à

cultura como fomento e fortalecimento para o processo de desenvolvimento local no qual a comunidade torna-se protagonista da valorização de suas manifestações e práticas cotidianas.

Assim, com base em referenciais teóricos e conceituais, o primeiro capítulo vem projetar o significado da cultura, integrando questões como memória, identidade local, planejamento e participação sócio-comunitária. Observa-se, portanto, que esses são mecanismos que podem fortalecer ou denegrir a imagem do turismo na perspectiva que concentre o desenvolvimento local como iniciativa endógena de atividades que possam gerar benefícios e melhorias locais.

No segundo capítulo, o estudo da comunidade de Furnas do Dionísio pormenoriza inicialmente a formação histórica e social, para tratar em seguida, da relação que os moradores entretêm com o meio ambiente, já que dependem da conservação e preservação do ambiente por prover-lhe a sustentabilidade local. Para finalizar a análise, procurou-se identificar como os membros da comunidade relacionam-se mutuamente e como a cultura pode ser valorizada frente às expectativas que contribuem para manter a integridade e autenticidade de suas manifestações culturais.

O capítulo três refere-se a questão da territorialidade, que, nesse caso, implica sentimento de pertença da comunidade em relação ao espaço em que está inserida, tomando-se por alicerce as questões culturais que podem levar ao protagonismo local diante das potencialidades turísticas e perspectivas que possam conduzir às práticas de gestão e organização do território, fortalecendo e renovando os laços comunitários como vetores para o desenvolvimento local.

Para concluir o estudo, ousou-se uma prévia consideração, ao qual a cultura é interpretada como ferramenta ao processo de desenvolvimento local, seja pelo fortalecimento de energias latentes e endógenas que elevam a identidade territorial, seja como estímulo a atividades que possam promover melhoria no padrão de vida da comunidade de Furnas do Dionísio.

CAPÍTULO I

CULTURA E TURISMO: QUESTÕES E CONCEITOS

No presente capítulo são discutidas diferentes abordagens teóricas e conceituais de cultura e turismo, tendo em vista seu significado para o desenvolvimento local. Para tanto, buscou-se a interpretação das relações entre cultura para a atividade turística e o processo deflagrado pelo desenvolvimento local.

1.1 - CULTURA

Para se estabelecer um conceito de cultura, é necessário uma busca contínua por definições que a caracterizam em inúmeros elementos. Sob esse aspecto, a cultura deve ser interpretada de forma sistêmica ao ser analisada como sistema de compreensão e transformação do mundo, em que se estabelecem uma intrínseca relação entre os aspectos da vida humana ao incorporar preceitos econômicos, sociais, artísticos, intelectuais, espirituais, entre outros.

Em um primeiro momento, Bosi *apud* Gastal (1998) relembra que o termo cultura tem sua raiz latina no ato de lavrar a terra, enquanto um processo de cultivo do solo, reforçando a noção do fazer manual. Mas o tempo passou e com ele a noção de cultura deixou de ter como alvo o domínio do homem sobre a natureza. Como afirma Claxton (1994, p. 06), em 1982 a UNESCO atribuiu ao termo um significado de maior abrangência, definindo-a como:

[...] el conjunto de los rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan a una sociedad o grupo social. Engloba no sólo las artes y las letras, sino también los modos de vida, los derechos fundamentales del ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias.

Conclui-se, portanto, que a questão cultural deve basear-se em uma interpretação global de todos os sistemas que compõem o desenvolvimento humano para que de fato se possa caracterizá-la como um conjunto de padrões de comportamento, valores e crenças, individuais e coletivas, que proporciona uma relação dialética entre o homem e o meio em que está inserido.

Desse modo, Cucho (1999, p.140) avalia que a cultura permite ao homem não apenas adaptar-se a seu meio, como também adaptar este meio ao próprio homem, aos seus projetos e necessidades, tornando possível uma transformação estruturada em um processo passível de influência como fenômeno universal, posto que: “a cultura não é um dado, uma herança que se transmite imutável de geração em geração, é porque ela é uma produção histórica e mais precisamente na história das relações dos grupos sociais entre si”.

Na concepção de Vannucci (1999), a cultura é, pela óptica filosófica, um processo permanente em que o ser humano representa o sujeito produtivo como objeto produzido, estando embutida em seu ser a natureza cultural. O conceito que o autor analisa como humanista entende a cultura como desenvolvimento multidimensional do ser humano, no qual são transmitidos valores e conhecimentos. Em termos etnológicos, a cultura apresenta-se como o modo de vida, o ser, o fazer e agir de um determinado grupo humano (independente de sua etnia).

Para a antropologia cultural, conforme analisa Vanucci (1999, p. 27-28), são descritas quatro tendências, embora estas apresentem diferentes posições antropológicas:

1. há os que vêem cultura como sistemas de padrões de comportamento, de modos de organização econômica e política, de tecnologias, em permanente adaptação, em vista do relacionamento dos grupos humanos em seus respectivos ecossistemas;
2. há os que tratam a cultura como um sistema de conhecimento da realidade, como o código mental do grupo, não como um fenômeno material, mas cognitivo;
3. há também os que encaram a cultura como um sistema estrutural, em que o eixo de tudo é a bipolaridade natureza-cultura, tendo como campos privilegiados de sua concretização o mito, a arte, a língua e o parentesco;
4. por fim, há os que entendem cultura como sistemas simbólicos de um grupo humano, sistema que só poderá ser apreendido por outro grupo por meio de interpretação e não por mera descrição.

Segundo Laplatine (1988) e Ullmann (1991), a abordagem antropológica deve considerar as múltiplas dimensões do ser humano na qualidade de ser social, permitindo um estudo aprofundado de suas manifestações como um todo integrado em sua diversidade

histórica e geográfica que acompanha uma linha evolutiva através da temporalidade e caracterizando-a nas peculiaridades que cada tipo de sociedade apresenta.

Dessa maneira, Ullmann (1991) defende a idéia de que a afinidade entre cultura e sociedade apresenta conexão ao constar como aspectos complementares, haja vista que sem viver em sociedade o homem não se mostra capaz de criar cultura e sem cultura, como ousam afirmar antropólogos ingleses, sem *way of life* - avaliado como os padrões de comportamento de um grupo humano, as crenças e valores elaborados para viver em comunhão - o homem não consegue conviver em grupo ou sociedade. Ora, Menezes, *In: Yazigi, Carlos e Cruz* (1996, p.89), também sustenta que:

A cultura engloba tanto os aspectos materiais como não materiais e se encarna na realidade empírica da existência cotidiana: tais sentidos ao invés de meras elucubrações mentais, são parte essencial das representações com as quais nos alimentamos e orientamos nossa prática (e vice-versa) e, lançando mão de suportes materiais e não-materiais, procuramos produzir intangibilidade e reelaboramos simbolicamente as estruturas materiais de organização social, legitimando-as, reforçando-as ou as contestando e transformando. Vê-se, pois que, antes que um refinamento ou sofisticação, a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade.

Retomar a questão cultural é fator primordial para compreender seu real sentido. Assim sendo, julga-se necessário fundamentar a questão para que esta não seja empreendida apenas como modo de vida aprendida ou repassada de geração em geração, algo imutável e concebido por um determinado grupo humano, tendo em vista que sua natureza apresenta-se dinâmica.

Em referência ao dinamismo cultural, Cunha (1986, p. 101) salienta que: “a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados [...]”. Contemplando a visão da autora acima, Ullmann (1991, p.83) sublinha a idéia de que:

[...] o comportamento humano é um comportamento aprendido. O homem não vive predeterminado pelo instinto, o qual adotou, de maneira completa, a vida dos irracionais [...]. Aprendendo a viver, pode, também, aprender a viver melhor. Essa característica de aprender a viver e a humanizar-se recebe o nome de cultura.

Portanto, pode-se considerar que o homem é um animal simbólico em constante mutação, tendo em vista que suas manifestações sócio-culturais apresentam valor e

significados que precisam ser interpretados conforme suas necessidades fundamentais, conferindo-lhe desta forma sentido e adaptação à sua existência e sobrevivência.

Verhelst (1992, p. 37) defende que cultura é um “conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa a fim de se adaptar ao seu ambiente natural e social”. Assim, o autor ainda incorpora outros aspectos vivenciados pelo ser humano, como por exemplo: *savoir-faire*, conhecimentos técnicos, costumes relativos à vestimenta, alimentação, religião, mentalidade, valores, língua, símbolos, comportamento sócio-político e econômico, formas autóctones de tomar decisões e exercer o poder.

Segundo Laraia (2002, p.59), cultura é mais do que herança herdada que determina o comportamento do homem e justifica suas ações, por esse viés acrescenta que:

Culturas são sistemas de padrões de comportamento socialmente transmitidos que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização político, crenças, práticas religiosas e assim por diante.

Geertz (1998) sintetiza-a como idéias, valores a atos concebidos, bem como as emoções presentes e manifestadas em nosso cotidiano são produtos culturais herdados a partir das tendências e disposições que o indivíduo tem de se manifestar.

Por outro lado, Kroeber *apud* Laraia (2002, p.48-9) em relação à amplitude do termo cultura, considera que: (1) a cultura, mais do que herança genética determina o comportamento do homem e justifica as suas realizações; (2) o homem age de acordo com seus padrões culturais. Os seus instintos foram parcialmente anulados pelo longo processo evolutivo por que passou; (3) adquirindo cultura, o homem passou a depender muito mais do aprendizado do que a agir através de atitudes geneticamente determinadas; (4) como já era de conhecimento da humanidade, desde o Iluminismo, é este processo de aprendizagem (socialização ou endoculturação, não importa o termo) que determina o seu comportamento e a sua capacidade artística ou profissional; (5) a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo.

Diante do exposto, Ullmann (1991) afirma que a questão cultural carrega em seu significado uma base biológica justificável pela relação do homem em adaptação ao

ambiente natural, em que se torna capaz de modificar o meio para que possa socializar-se a aprender a viver em grupo, apresentando uma inter-relação de duas dimensões: uma horizontal, aos quais os seres vivos interagem entre si e outra vertical, no sentido dos seres humanos dependerem do meio ambiente.

Para Hermet (2002) a cultura apresenta-se sob dois aspectos: em seu sentido estreito, subentendido como “alta cultura”, da denominada “classe culta”, e no sentido mais recente, como o conjunto de relações que um determinado grupo humano mantém entre si, englobando o conhecimento tácito e todas as práticas que determinam suas relações.

O caráter crítico em relação ao termo *cultura* mostra-se frágil ao ser analisado como uma interpretação única que desconsidere seu significado humanístico e as variáveis que circundam da relação com o meio. Assim, a cultura pode ser compreendida tanto como a relação que o homem tem com o meio ao qual se insere ou o modo pelo qual este incorpora comportamentos advindos das relações sociais que apresentam traços diacrônicos com valores e significados que permeiam em seu cotidiano, observando-se nesse caso, à complementaridade das teorias que aludem a sua construção conceitual.

Portanto, a cultura é um processo dinâmico e construído ao longo das relações humanas, ao qual essa relação com o outro promove a construção histórica vivenciada por cada indivíduo, promovendo a diversidade que emerge das diferenças sócio-culturais que conduz a uma reflexão que aporta para uma análise de auto-identificação. Sob esse aspecto, Laplatine (1997, p.125) descreve que:

O peso da cultura não se manifesta apenas nas formas diversificadas de comportamentos e atividades facilmente localizáveis de uma sociedade para outra (como alimentação, o habitat, a maneira de vestir, os jogos...), mas também nas estruturas perceptivas, cognitivas e afetivas constitutivas da própria personalidade.

Ressalta-se assim, que a questão da identidade na perspectiva cultural mostra-se de suma relevância para sua melhor compreensão, tendo em vista a necessidade de se identificar às manifestações e tradições de cada grupo social.

Nos estudos de Castells (2000), a identidade é considerada como um conjunto de significados culturais inter-relacionados, no qual prevalece uma pluralidade de atributos

sócio-culturais que se auto-representam frente às ações sociais. Ainda, considera que a construção identitária está alicerçada pela matéria prima histórica produzida pela memória coletiva de uma sociedade.

Cabe salientar, que tal material é processado por categorias sociais diferentes que se organizam em função de suas tendências sociais e projeções culturais, bem como na concepção do espaço e tempo no qual se inserem. Por isso Castells (2000, p. 24) propõe a seguinte distinção entre os processos de construção de identidades:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos; Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

Sobre o aspecto identitário, Centurião (2002, p.35) propõe que “cabe lembrar que se atribuir uma identidade é, antes de tudo, sentir-se como possuindo-a e vivendo-a ao nível das emoções e sentimentos”. Portanto, os valores sociais essenciais para a manutenção da identidade coletiva, cabem-lhe um fundo efetivo e afetivo necessário para sua existência.

Segundo Berger e Luckmann (1996), as expressões humanas manifestam-se como produto de suas ações, seja por quem a produz, como de outros indivíduos que compartilham um mundo comum, o que propicia a construção e fortalecimento da própria identidade. Desse modo, a identidade mostra-se como elemento chave da realidade ao apresentar uma relação dialética com a sociedade, pois uma vez cristalizada esta pode ser mantida ou remodelada pelas relações sociais.

Todos indivíduos apresentam características que o diferenciam dos demais, ou seja, daqueles que compartilham da mesma totalidade cultural. Por esse viés, Centurião (2002) acredita que, caso os valores individuais entrem em conflito com os coletivos, aqueles que fornecem suporte cultural ao grupo, haverá nessas diferenças uma situação que se manifesta pela ruptura de relações, como é o caso do conflito de gerações.

Para Brandão (1986), a identidade é construída “tijolo a tijolo” desde a infância por meio de estruturas culturais e de mecanismos no qual a sociedade codifica e controla a vida de seus membros. Assim, Brandão (1986, p. 07) esclarece que:

O diferente é o outro, e o relacionamento de diferença é a consciência da alteridade: a descoberta do sentimento que se arma dos símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o que sou e nem todos são como eu sou. Homem e mulher, branco e negro, senhor e servo, civilizado e índio... O outro é um diferente e por isso atrai e atemoriza.

A construção identitária extrai de elementos tradicionais àqueles culturais, diacríticos e carregados de sentidos ao serem vivenciados diariamente. Nessa perspectiva, Berger e Luckmann (1996) e Cunha (1986) avaliam que a identidade floresce das interações sócio-culturais, sendo indispensável ao indivíduo a comunicação inter-pessoal para o fortalecimento dos traços identitários, uma vez que se encontra predestinado a construir e habitar um mundo a ser compartilhado com os outros, no qual este mundo torna-se sua realidade definitiva.

A identidade cultural pode ser concebida como “natureza” que define o indivíduo de maneira autêntica, ao qual sua preexistência oferece suporte para que ele possa evoluir sócio-culturalmente. Desse modo, Cuche (1999, p.182) relembra que: “uma cultura particular não produz por si só uma identidade diferenciada: esta identidade resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações”.

Porém, não se pode tecer considerações acerca de identidade sem considerar a memória de uma coletividade. Nesta perspectiva, Candau (2001, p. 16) conclui que:

Se a memória é geradora de identidade, no sentido de que participa de sua construção, esta identidade, por sua vez, dá forma às pré-disposições que vão conduzir o indivíduo a incorporar certos aspectos particulares do passado, a realizar outras eleições da memória.

Conforme observa Arocena (2001), toda sociedade se nutre de sua própria história e constrói um sistema de valores interiorizados por cada um de seus membros, podendo ser caracterizada pelo compartilhamento de traços identitários e sentimento de pertença que cada indivíduo mantém frente ao ambiente em que se insere.

Sob esse aspecto, autores como Ortiz (1994) e Certeau (2001) caracterizaram essa memória comum como “memória coletiva”, por intermédio da qual os grupos sociais compreendem o mundo de forma contínua, procurando manifestar as relações que têm com o pretérito e dando-lhe sentido, de modo a projetar-se para o futuro, sempre inserido dentro de um contexto histórico.

Desse modo, é através da retrospectiva que o homem aprende a reviver sua memória e a recordar de acontecimentos passados que se fizeram notáveis, pois uma memória fortalecida é aquela organizada no sentido da construção e representação da própria identidade.

Quando se procura manter a identidade coletiva de um determinado grupo, busca-se proteger a memória de seus ancestrais e conseqüentemente a própria memória do grupo. Logo, para Ortiz (1994, p.33), essa questão coletiva da memória é exemplificada por meio de narrativas da religiosidade negra, quando seus estudos indicam que:

O que é a memória coletiva para os africanos seria, para nós, a própria ideologia produzida pelos intelectuais. Neste ponto uma diferença se impõe em relação ao sincretismo religioso. A memória coletiva africana se aproxima mais do mito, uma vez que tende a permanecer idêntica a si mesma. Nos cultos afro-brasileiros procura-se reatualizar uma memória que existiria a princípio destes tempos imemoráveis. O presente é uma rememoração do passado [...] Ele é fabricado a partir de motivações reais vividas no presente, possuindo a possibilidade de se projetar para o futuro.

Nesse mesmo sentido, Espinheira (1994) defende a idéia de que a memória coletiva só o é quando os grupos partilharem da mesma vivência pretérita e comemorações ritualizadas, conferindo identidade e sentido em relação a coesão grupal, pois relembrar fatos e acontecimentos é de fundamental importância para a construção da identidade, bem como das crenças e valores presentes na memória social de cada indivíduo ou da coletividade.

Posteriormente, o livro *Mundialização da cultura* descreve que a memória coletiva sofre com um inimigo: o esquecimento, pois esse evoca insistentemente no passado ao trabalhar para sua desestruturação, tendo em vista que o empenho dessa memória é vivificar a lembrança e lutar para que seja perpetuada.

De acordo com essa narrativa, Ortiz (1998, p.37) justifica que “esquecer fragiliza a solidariedade sedimentada entre as pessoas, contribuindo para o desaparecimento do grupo. Comunidade e memória se entrelaçam”.

Certeau (2001) avalia que as práticas culturais e identitárias configuradas em determinados grupos articulam uma maximização de seus bens materiais e simbólicos ao constituir o patrimônio (tangível e intangível) que, ao proliferarem com êxito, constituem a alma do lugar e, assim, propiciam à memória a reprodução de um conhecimento que não pode ser analisado separadamente do tempo e de sua singularidade.

Quando se procura manter a identidade de um determinado grupo, busca-se proteger a memória de seus ancestrais e conseqüentemente a própria memória do grupo. Dessa forma, Centurião (2002, p. 113) sustenta que:

[...] recorrendo-se à memória dos velhos ou de pessoas que passaram por experiências identificadoras no sentido de cristalizadoras de uma identidade, tenta-se enquadrar o passado nas vicissitudes de modelo vigente de identidade seletiva no momento presente.

Ribeiro (1995) assinala que a herança africana enquadra valores espirituais, reminiscência rítmica e musical, bem como saberes e gostos culinários incorporados à cultura nacionalista, constituindo de fato, na formação da sociedade brasileira. Ou seja, o legado tracejado pelo negro incorporou na memória da coletividade, a sua contribuição na constituição para o sincretismo nacional.

Referindo-se novamente à questão do negro para elucidar as referências em relação à memória, Espinheira (1994, p. 77) argumenta que:

A música tornou-se o meio mais generalizado e eficiente para a transmissão do sentimento negro, da dignidade da raça e dos propósitos da luta política contra o racismo [...] pode-se dizer que é dela, do canto e da dança, a provocação para a travessia do deserto e do pântano do silêncio e do esquecimento para se chegar ao reino da memória, da vida, da história.

Refletir sobre identidade e memória coletiva é incorporar à cultura subsídios motivadores da autopromoção humana, quando se projetam diferentes estratégias para o desenvolvimento humano, cultural e coletivo.

O universo social construído modifica-se conforme as ações e necessidades concretas do ser humano, sendo considerado um produto de manifestações históricas que

se desenvolvem perante as urgências reais. Salienta-se, portanto, que a maior parte das sociedades é pluralista e suas aceções são fatores aceleradores de inovação no qual buscam-se maiores contatos sociais para chegar ao *status quo* tradicional acerca da realidade.

Atualmente, as culturas que permanecem intactas, sem o mínimo de adaptabilidade, estão fadadas ao declínio por não serem flexíveis às transformações ao seu entorno. Sua sistematização, de acordo com a natureza e o universo que a concebe, recolhe-se em símbolos que são transmitidos de geração para geração em uma prática meramente social.

O indivíduo aprimora e desenvolve habilidades conforme o que lhe é existente e oferecido. Sendo assim, Ullmann (1991) salienta que a interação entre os indivíduos leva ao processo de aperfeiçoamento em que incorpora e mantém valores mediante contatos externos que adquire com o mundo a sua volta.

Assim, o homem, na qualidade de agente cultural, sofre, transmite e influencia a outrem mediante os contatos produzidos pelo seu meio, inexistindo, portanto uma cultura uniforme.

Aos processos citados denominam-se respectivamente, segundo os estudos de Ullmann (1991) e Verhelst (1992), como: aculturação (termo ultrapassado e aos quais estudiosos do assunto preferem denominar de transculturação ou apenas mudança cultural), interpretada como influência externa no cotidiano das comunidades locais, o que implica em alienação e desapropriação cultural; inculturação, caracterizada como a influência da cultura local sobre culturas externas, conseguindo em muitos casos modificá-la ou readaptá-las; e por último, endoculturação, entendida pela internalização de valores e tradições culturais em que o indivíduo nasce e é educado dentro daquela concepção de mundo.

Conforme comenta Cuche (1999, p. 143): “não existem, conseqüentemente, de um lado as culturas puras e de outro, as culturas mestiças. Todas, devido ao fato universal dos contatos culturais, são, em diferentes graus, culturas mistas, feitas de continuidades e descontinuidade”. Assim, a cultura é um processo que passa por desestruturação e

reestruturação como fomento à evolução sócio-cultural da sociedade que equivale a um espaço de diversidade. De acordo com Geertz (1998, p.47):

A enorme e ampla variedade de diferenças entre os homens, em crenças e valores, em costumes e instituições, tento no tempo como de lugar para lugar, é essencialmente sem significado ao definir sua natureza. Consiste em meros acréscimos, até mesmo distorções, sobrepondo e obscurecendo o que é verdadeiramente humano – o constante, o geral, o universal – no homem.

A base conjuntural de grupos sociais concentra-se na cultura que pode ser vivenciada no tempo e no espaço em que se encontram ao apresentar um mundo de símbolos, de auto-defesa e sustentação para manter sua integridade. Todavia, conforme aponta Castells (2000), os indivíduos se agrupam em organizações sociais, que ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença ao território e em muitas ocasiões, uma identidade cultural definida.

A partir da difusão de espaços culturais distintos, pode-se traçar sua topografia, ou seja, o conjunto de valores e de comportamentos socioeconômicos que surgem das relações de confiança (ou não) apropriados pelo ambiente humano e passando por um processo de hibridismo que tem por resultado enxertos culturais introduzidos em seu meio.

Kashimoto, Marinho e Russef (2002, p. 38) salientam que: “é preciso compartilhar de maneira mais justa e equânime a fruição dos bens culturais produzidos coletivamente, de forma a fortalecer a identidade comunitária”.

Sob esse aspecto, Hermet (2002) afirma que as atividades culturais, interpretadas como manifestações de afirmação coletiva e simbolizando uma identidade comum, formam uma fonte de prazer a medida que as comunidades tendam a expressá-las como expressões culturais de seu próprio grupo. Mas o autor vai além desse diagnóstico ao enfatizar que:

É preciso entender, portanto, que a reinterpretação cultural em curso nutre-se predominantemente dos princípios modernos de cidadania e dos direitos humanos, mas sem conseguir esvaziar completamente aquilo que existe de profundamente justificado na hierarquização tradicional de valores. (*Id.*, 2002, p. 134).

Segundo Arocena (2001), as diferenças que o mundo atual apresenta, sejam elas de idade, etnia, nacionalidade, religião, etc, devem ser consideradas quando se trata do desenvolvimento do ser humano. Hoje, a sociedade está mais consciente das disparidades sócio-culturais, começando a sair do estágio de uniformidade para conceber a existência de uma sociedade mais complexa e multifacetada.

Perante essa assertiva, pode-se afirmar que cada sistema cultural passa por estágios de transformação e entender essa dinâmica é de extrema importância para atenuar conflitos de gerações e até mesmo comportamentos preconceituosos. Da mesma forma, é de fundamental relevância para o ser humano a compreensão das distinções entre povos e culturas diferenciadas, posto que há viabilidade de preparação do homem para enfrentar as constantes mudanças que ocorrem ao seu redor.

Nessa perspectiva de mudanças e diferenças culturais, há processos pelos quais as próprias culturas reordenam suas singularidades, fazendo com que surja um espaço de diversidade que equivale a sua constituição multicultural, híbrida e identitária.

Portanto, nenhuma cultura se apresenta pura e sim, sofre com influências externas que lhe são passíveis de distintividade ao manter valores próprios de uma sociedade e ao mesmo tempo, assimilar o intercâmbio produzido destas relações. E, em face de diversidade cultural existente, é preciso que seja reconhecido o direito e o respeito às diferenças, tendo em vista que as mudanças sócio-culturais estão em constante mutação. Assim, toda e qualquer manifestação cultural assume caráter integrador, bem como se torna atratividade ao impulsionar atividades que reconheçam e valorizem a questão cultural como prioritário ao desenvolvimento humano.

1.2 - TURISMO

O fenômeno turístico gradativamente vem tornando-se um dos temas que tem despertado interesse em estudiosos das mais diferentes áreas. Sua importância e significado, têm crescido de forma expressiva que vêm promovendo a atividade lugar de destaque na política geoeconômica e na organização espacial, vislumbrando-se como uma das atividades mais promissoras para os próximos anos.

García (1995, p.52), citando a Organização Mundial do Turismo (OMT) propõe que turismo seja definido como o resultado das:

[...] actividades de las personas que se desplazan a un lugar distinto al de su entorno habitual por menos de un determinado tiempo y por un motivo principal distinto al de ejercer una actividad que se remunere en el lugar visitado y donde:

- a) La noción de entorno habitual excluye como turísticos los desplazamientos dentro del lugar de residencia y los que tienen carácter rutinario.
- b) La noción de duración por menos de un determinado tiempo implica que se excluyen las migraciones a largo plazo.
- c) La noción motivo principal distinto al de ejercer una actividad que se remunere en el lugar visitado implica que se excluyen los movimientos migratorios de carácter laboral.

Para Krippendorf (2000), o homem precisa encontrar equilíbrio entre suas necessidades vitais de modo que os fatores condicionantes possam manter sinergia com todas as atividades por ele praticadas. Assim, o turismo, inserido no complexo contexto do lazer, surge como uma atividade em que o indivíduo possa equilibrar e revigorar as forças vitais, recriando-se e sustentando o corpo e a alma.

Sendo que o sujeito do turismo é o homem, o desenvolvimento da atividade deverá considerar as necessidades implícitas e latentes, buscando sua efetivação no momento em que esta lhe proporcionar prazer. Assim é que Moesch, *In: Gastal* (1998, p. 80), analisa essa questão como se: “entendido como processo, o turismo tem no ser humano o objeto central de sua ação, e na satisfação psicossomática deste ser, os objetivos norteadores desta ação”.

Padilla (1994) considera que o turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário de pessoas que buscam na atividade motivações recreativas, de descanso, cultural ou de saúde, que se conduzem a outro lugar e sem exercer nenhuma atividade remunerada, gerando inter-relações de cunho social, econômica e cultural.

Por outro lado, Cruz (2001, p.05) relembra que “o turismo [...] é, antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”.

Por sua natureza, o turismo apresenta-se como uma atividade que assume características sociais, econômicas e culturais face aos benefícios e conseqüências que podem ser causados em determinada localidade ao passo que se apropria de um território

para sua idealização. As possibilidades de aproveitamento do potencial turístico se ampliam a partir conhecimento que se tem da região, do lugar e das cidades. Isso ocorre de tal forma que Nicolás (1996, p. 49) afirma que o turismo:

Crea, transforma e inclusive valoriza diferencialmente espacios que podían no tener “valor” en el contexto de la lógica de producción: de repente la tierra de pastizal se puede transformar en parque de acampar o la casa semi derruida del abuelo fallecido en casa de huéspedes. Toda la cuestión del patrimonio “turistificado” se puede analizar bajo esta vertente.

Urry (1996) aponta algumas características das práticas sociais que são chamadas de turismo, designando que: (1) é uma atividade de lazer, portanto, pressupõe um oposto, o trabalho regulamentado e organizado; (2) surge de movimentos das pessoas para vários destinos e a permanência nestes; (3) envolve deslocamento ou viagem, e um período de permanência no lugar; (4) os lugares de destino e as motivações não estão diretamente ligados ao trabalho; (5) nas sociedades modernas o turismo possui um caráter de massa que se opõe ao caráter individual das viagens aristocráticas que ocorriam até o século XIX; (6) a ida aos lugares envolve expectativas, construídas pela televisão, cinema, literatura, revistas, discos e vídeos; (7) a paisagem contemplada difere da habitual; (8) os signos vão construir uma forma de olhar; (9) novos objetos de olhar são permanentemente construídos, levando-se em consideração um parâmetro mutante do que é turístico, ligado também às diferenças sociais, de gênero e gerações.

Convém mencionar a abordagem de Castilho (2001, p.47) a respeito das relações espontâneas geradas pelo turismo, cujas:

As relações sócio-espaciais estabelecidas por indivíduos e grupos sociais envolvidos direta e/ou indiretamente com o turismo e a turistificação de lugares que contribuem para a produção contemporânea do espaço urbano, pois que também suscitam a formulação de representações sociais [...] criam expectativas de vida que lhes orientam na elaboração de conceitos, imagens, valores e atitudes práticas no cotidiano do seu processo de existência.

Assim, a relação do turismo com a comunidade local fundamenta-se na representação social que os membros desta comunidade construíram em virtude de valores, idéias e conceitos articulados pelo processo de turistificação no próprio espaço em decorrência da perspectiva de mudanças nos níveis e qualidade de vida.

Cabe ressaltar, portanto, que as transformações advindas da atividade devem considerar as necessidades da comunidade receptiva ao levar em conta os benefícios sociais que podem ser gerados e não somente o fator econômico como mola propulsora para o desenvolvimento social e espacial. Como justifica Krippendorf (2000, p. 138) “o importante é reconhecer que o turismo deve servir ao homem e não o contrário”.

O turismo, tomado como atividade humana, pressupõe um mínimo de estrutura organizacional que se fundamenta nas motivações que levam as pessoas a procurar modalidades distintas conforme seus interesses. Dotado de livre escolha, com possibilidade de exercer atividades que lhe gerem prazer e com possibilidade de satisfazer sua curiosidade, o homem está sempre a procura de respostas aos estímulos e às motivações externas que o convidam a ações diferentes daquelas que desempenha.

Diante dessa premissa, Andrade (1997) aponta a atividade humana para as variáveis que circundam a sociedade moderna ao procurar por soluções capazes de fornecer ao indivíduo alternativas necessárias para atingir suas aspirações, a começar pelo desejo de evasão.

A necessidade de evasão é decorrente do desejo humano em transpor novos ambientes físicos e relacionais, o que amplia ou diminui os contatos externos que são capazes de manter com o mundo exterior, possibilitando ao indivíduo a busca contínua por diferentes lugares e culturas, a fim de conseguir uma descompressão e realizar uma reciclagem para continuar com as atividades cotidianas.

Para Theobald (2001) e Andrade (1997), a questão cultural é resultante do reconhecimento do turismo como um instrumento de entendimento sócio-cultural ao oportunizar o contato entre diferentes povos, facilitando a troca de informações sobre modos de vida, culturas e outras atribuições sociais e econômicas que perfazem um determinado local. Desse modo, fica evidente que o homem se dispõe a interferir ou integrar um processo cultural, comportando-se como elemento ativo e passivo de influência.

Contudo, Moesch, *In*: Gastal (1998), ressalva que a analogia concernente à motivação cultural refere-se às relações de trocas culturais apresentadas pela atividade turística, que muitas vezes mostra-se superficial ao passo que visitantes não entendem a

inexistência de culturas superiores ou inferiores e sim, há incidência de culturas pluralizadas e que devem ser respeitadas. Por tal motivo, ou seja, pela comunicação direta entre os indivíduos, afirma-se que o turismo cumpre o papel de agente propagador de cultura, bem como pode ser considerado um estímulo à reprodução de processos de transculturação quando planejado inadequadamente.

No livro *Geografia do turismo*, a autora afirma que do ponto de vista turístico, todas as manifestações podem ser caracterizadas como motivações para a atividade. Assim, Cruz (2001, p. 09) afirma que:

Uma das principais motivações das viagens turísticas é a busca pelo exótico, daquilo que, de alguma forma, se diferencia do cotidiano do turista. Como cada um de nós vive em uma porção bastante restrita do espaço geográfico – se comparada à totalidade do espaço do planeta – pode-se concluir que a maior parte do planeta será sempre exótica para os indivíduos, ou do ponto de vista de suas características naturais ou socioeconômicas e culturais.

Os indivíduos ao optar pela prática do turismo, os objetivos por sua idealização podem ser inúmeros (descanso, diversão, aperfeiçoamento profissional, etc.) e toda essa movimentação implica diretamente no contato humano e cultural, portanto, como defendido inicialmente pelos autores retratados, por consequência, a atividade turística tem seu pilar na constituição social.

Além do desejo de evasão e da necessidade de ampliação cultural, pode-se citar a busca por ambientes naturais como outro elemento que norteia a atividade turística. Nesse enfoque, a paisagem compõe-se por inúmeras e mutáveis configurações que se modificam conforme a própria história e natureza do lugar, quando o turismo surge como alternativa de fuga do cotidiano, bem como propõe ao indivíduo o reconhecimento de sua natureza interpessoal.

Pellegrini, em seu livro *Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo* (2000), conceitua paisagem como área de visão humana que pode alcançar elementos físicos (montanhas, rios, praias, etc), biológicos (fauna e flora) e o próprio ser humano e seus artefatos, em constante interação.

O autor sugere que a paisagem é um recurso turístico por excelência, constituindo-se em atrativo especial para habitantes de grandes cidades que procuram

roteiros em que possam desenvolver práticas junto à natureza. Por esse mesmo viés, Pires (1996, p.162) defende a idéia de que:

Se a razão de ser do turismo - aquilo que mais caracteriza este fenômeno - é o deslocamento ou movimento voluntário das pessoas de um lugar para outro no espaço, então o turismo pode ser concebido como uma experiência geográfica na qual a paisagem se constitui num elemento essencial.

Para Meneses, *In: Yasigi (2002)*, a paisagem engloba elementos físicos, sociais e principalmente culturais ao tornar-se propriamente a história de determinado local e sua intrínseca relação destinam-se ao processo identitário que é construído ao longo da formação da sociedade.

O autor salienta ainda que o olhar que o turismo atribui ao produto paisagístico produz e reproduz o espaço como consumo ao qual se deve valoriza-lo apenas como em atrativo. Porém, a paisagem não pode ser contemplada unicamente como produto e sim, como um espaço de preservação cultural de comunidades que desenvolveram seus símbolos e valores ao longo e contínuo processo de formação.

Por esse mesmo prisma, Cruz, *In: Yasigi (2002)*, ressalta que a paisagem é reflexo do espaço e toda transformação que ocorre em seu interior, simultaneamente modifica o seu significado por ser mutável. Ou seja, a paisagem não muda de lugar, mas seus significados passam por freqüentes modificações ao serem adaptados pela ação humana.

A qualidade visual de um território encontra-se em elementos artificiais e naturais que o compõe, uma vez que sua composição paisagística torna-se elemento perceptível a visão humana apresentando características diferenciadas e particularizadas conforme determinada região.

Conforme Bóia *et alii (1999) apud Pellegrini (2000, p. 191)*, a relação da paisagem é revista como o lugar “[...] onde o homem busca junto aos elementos da natureza uma relação gratificante e solidária, rompendo por algum tempo os grilhões impostos pela sociedade contemporânea”.

Da análise pormenorizada das motivações humanas, levando-se em conta que estas duas últimas razões (cultura e natureza) são consideradas como atrativos para a

atividade turística, se pode avaliar que múltiplas são as opções para o desenvolvimento e fortalecimento do turismo em face de qualidade e oportunidade dos territórios e suas respectivas vocações.

Todavia, para que haja equilíbrio entre demanda (representada pelo indivíduo e sua motivação) e oferta (caracterizando a atratividade em determinado receptivo), os atrativos devem induzir às motivações que originaram o deslocamento por determinado produto oferecido.

Assim, Padilla (1994) e Oliveira (2000) asseguram que o conjunto de atrativos deve integrar o patrimônio turístico de um determinado receptivo ao compor elementos primordiais para sua execução, sejam eles destinados à composição natural de um território (montanhas, grutas, fauna e flora, paisagem, etc.), bem como os recursos que auferem o conjunto de manifestações humanas (costumes, crenças, folclore, peculiaridades presentes em determinados grupos sociais, etc). Citam-se como exemplo, as vocações naturais como a paisagem serrana do Rio Grande do Sul ou a fauna do Pantanal Sul-mato-grossense; bem como cidades históricas, como Ouro Preto (MG), São Luiz do Paraitinga (SP), cada qual representada pela potencialidade natural e/ou cultural e grau de atratividade.

Em relação ao conjunto de atrativos disponíveis, é preciso mencionar a qualidade do que é ofertado ao visitante, isto é, o destino turístico deve manter o alinhamento entre equipamentos e objetos que demandam à oferta oferecida.

Sendo assim, Barreto (1998) e Cruz (2001) ressaltam que o receptivo necessita de um mínimo de instalações que oportunizem o desenvolvimento de unidades turísticas. Assim, o inter-relacionamento de estruturas fundamentais, como sistemas de deslocamento (transporte, estradas, rodovias, aeroportos), hospedagem (hotéis, pousadas, resorts, entre outros), infra-estrutura básica (saneamento, energia, comunicação), serviços de apoio (bancos, farmácia, postos de gasolina, etc), e restauração (bares, restaurantes e similares).

Cabe ressaltar que explorar racionalmente é dispor com sensatez dos recursos existentes sem desconsiderar as variáveis que incidem sobre eles a fim de manter e evitar a extinção. Em outras palavras, a localidade com potencial turístico deverá apresentar condições que demandem efetivamente critérios para sua idealização, sem no entanto,

descaracterizar os anseios e necessidades da comunidade local que deve ser encorajada a outras práticas além do turismo. Nesse sentido, Krippendorf (2000, p. 137) relembra que:

Caberia desenvolver formas de turismo que tragam a maior satisfação possível a todos os interessados – população local, turistas e empresas do turismo, mas que não estejam ligadas a inconveniências inaceitáveis sobretudo nos níveis ecológico e social.

Segundo Padilla (1992), a atividade turística pode ser considerada uma necessidade inerente à vida moderna, surgindo como mecanismo eficaz para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de uma localidade, traduzindo-se harmoniosamente em benefícios coletivos quando planejado adequadamente.

Dessa forma, no planejamento voltado para o turismo, deve-se adequar as motivações do fluxo turístico e do núcleo receptor, no qual procurar-se-á atender as expectativas do primeiro, sem desmerecer os direitos do segundo ao que concerne ao equilíbrio ecológico, social e cultural considerando que a atividade transcende a esfera econômica.

O fenômeno turístico ao obter nível elevado de desenvolvimento é capaz de servir de base econômica para uma região e requer atenção especial para os impactos que são provocados em uma localidade, sejam eles positivos ou negativos. Para tanto, Bissoli (2000, p. 09) afirma que: “o desenvolvimento originário do fluxo de visitantes pode ser benéfico para a população e para os cofres públicos, mas também pode gerar um número de problemas sérios para as comunidades afetadas”.

Frente ao exposto, o planejamento turístico de uma determinada localidade deve ser direcionado e orientado levando-se em consideração restrições econômicas, sociais, culturais e ambientais, tendo em vista que sem essas restrições a atividade irá perdurar de maneira espontânea, provocando apenas impactos negativos e sem assegurar os benefícios que podem ser subsidiados para a comunidade local.

O turismo, mesmo em épocas de crises e recessão econômica, vem se transformando em um fenômeno de considerável importância para a sociedade moderna ao manter sua dinamicidade em comparação aos demais setores econômicos. Em consequência disso, o caráter econômico que emerge de sua função é insuficiente para

caracterizá-lo como uma atividade que transcende ao significado sócio-cultural. No mesmo sentido, Molina e Rodríguez, (2001, p. 10) sustentam que:

Num sentido mais restrito, o turismo é resultado de uma cultura universal, mas também transcende as culturas locais nas quais se manifesta. Esta dualidade estrutural do turismo é fundamental para qualquer planejamento que pretenda promover um autêntico processo de desenvolvimento, seja da própria atividade, das empresas ou das comunidades locais que se relacionam de maneira direta ou indireta com a atividade.

Na linha de raciocínio dos autores mencionados, o planejamento integral deve reconhecer no turismo sua complexidade para processá-lo de modo a priorizar as mudanças que possam alavancar o desenvolvimento. Caso o turismo seja delineado a partir de uma expectativa reducionista como, por exemplo, a partir dos aspectos econômicos, gera desestabilidade nas demais dimensões de uma sociedade.

Não se pode negar o valor econômico estimulado pela atividade tendo em vista o significativo aumento de bens e serviços. Contudo, o turismo vem crescendo consideravelmente, como se constata pelo aumento do número de alojamentos, os gastos totais, da afluência de visitantes nacionais e internacionais e do número de empregos gerados. Em compensação, há de se avaliar as condições sociais e culturais existentes para que sejam evidentes os benefícios que possam ser engendrados com a atividade, que de modo algum deve configurar uma tendência predatória e impactante.

Assim, Barreto (2000, p. 99) defende que: “O turismo é mais que uma mercadoria para equilibrar a balança de pagamentos; uma política nacional de turismo deve abranger o aspecto social e psicológico do mesmo, a fim de que seja visto como uma atividade humana que deve, como o lazer, ser parte essencial da vida”.

Para que o turismo seja um fator valorativo, que auxilie na preservação e manutenção do ambiente físico e social de uma localidade, há de se pensar em um planejamento de qualidade e gerenciamento da atividade, além de uma educação que proponha ao visitante a apreciação destes ambientes.

Theobald (2001) considera que os efeitos danosos causados aos ambientes dependem do tamanho do empreendimento e da demanda de visitantes, da concentração

espacial e temporal, da natureza do ambiente e dos métodos de planejamento adotados durante o processo de implantação do turismo.

Sob o mesmo prisma, Oliveira (2000, p. 139) sugere que: “em todas as situações, o planejador deve cuidar para que o desenvolvimento do turismo seja sustentável, isto é, sem degradação dos recursos ecológicos, sócio-culturais e econômicos”.

Portanto, o planejamento exige uma forte responsabilidade de setores públicos e privados ao projetar uma ação em que se conceba a maximização de benefícios econômicos e sociais para a população residente, ao mesmo tempo em que mitiga ou elimina efeitos adversos. Por esse prisma, a OMT (2003, p.17) defende a idéia de que:

Ao elaborar o planejamento turístico, as autoridades devem estar cientes da existência de uma série de tendências a exercerem influência sobre esse setor. Uma tendência básica é a de que é maior o número de turistas a se interessar por recreação, esportes e aventuras e a procurarem informações a respeito da história, da cultura e do ambiente natural das áreas que visitam. [...] É maior o número de turistas sensíveis às questões do meio ambiente que procuram visitar lugares bem planejados, que não criem problemas ambientais e sociais.

Diante do exposto, o desenvolvimento do turismo deve satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, mantendo simultaneamente a integridade cultural e ecológica para que os benefícios positivos possam ser sentidos pela comunidade local, bem como apreciados pelos visitantes.

Desse modo, Bissoli (2000) sustenta que o planejamento que caracteriza a atividade turística requer o envolvimento da região ou localidade, incluindo elementos políticos, físico, social e econômico vistos como componentes interligados.

A utilização do processo de planejamento oportuniza à comunidade a avaliação dos impactos decorrentes da atividade, permitindo que sejam elencados prioridades, bem como faz com que a comunidade certifique-se do desenvolvimento de um programa de turismo aceitável. Dessa maneira, o cidadão se envolve com o processo de planejamento, já que vivencia diariamente as causas, conseqüências e efeitos do desenvolvimento do turismo na localidade.

O desafio maior é encontrar condições para que o turismo se torne mais sustentável, capaz de contribuir para o desenvolvimento sem depreciação dos recursos naturais e culturais locais.

Portanto, deve-se incentivar as iniciativas locais para gerenciar os seus próprios recursos, uma vez que no turismo todos os elementos estão integrados e qualquer mudança afeta os demais. Isso significa que o turismo requer uma abordagem holística, ou seja, a atividade não deve apenas relacionar-se ao espaço físico, como também o ambiente social e cultural no qual a viabilidade econômica venha a ser uma consequência positiva da integração de todos os fatores para o desenvolvimento de determinada região.

1.3 - CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para conceituar desenvolvimento local, é preciso lembrar que desenvolvimento não é mero sinônimo de crescimento econômico. Assim, Haq (1978) considera que a promoção do crescimento e a formação do capital econômico vieram a frustrar os esforços que visavam uma distribuição equitativa dos bens e de justiça social. A nova estratégia de desenvolvimento deve estar concentrada, portanto, no que ele julga como “combate seletivo às piores formas de pobreza”. Ainda, Haq (1978, p. 34-35) sublinha que:

As metas desenvolvimentistas devem ser definidas com vistas à redução progressiva e à subsequente eliminação da desnutrição, das doenças, do analfabetismo, da miséria, do desemprego e das disparidades sociais. Ensinaram-nos que devemos cuidar do nosso PNB. E que este cuidará da pobreza. Essa proposição pode ser invertida. Cuidemos da erradicação da pobreza e o PNB cuidará de si mesmo. Em outras palavras, devemos preocupar-nos mais com a composição qualitativa do PNB que com sua taxa de crescimento.

Verhelst (1992) salienta que o desenvolvimento deve estar situado no contexto real das potencialidades a serem trabalhadas, representando a iniciativa local de um grupo de autóctones que vise a busca contínua pela libertação sistemática da miséria e do processo de opressão.

Nessa perspectiva, seus estudos aportam para a incorporação de valores como solidariedade, sobriedade e cooperação mútua por meio de mecanismos que possam preservar a coesão social a fim de manter o equilíbrio, contrapondo-se, portanto, ao *homo*

economicus, que calcula a relação custo/benefício e prioriza a qualidade do processo que se configura pelo bem-estar do indivíduo.

Diante dessa assertiva, pode-se apontar que a questão do desenvolvimento vem exigindo contínua reflexão, uma vez que requer uma aceção de mundo não mais centralizada na racionalidade objetivista e em valores materialistas, ou seja, este novo paradigma vem quebrar principalmente a idéia básica de desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico a ao acúmulo de bens.

Porém, Franco (2002, p.106) acredita que o fator econômico apresenta fundamental importância a qualquer processo de desenvolvimento, pois:

É impossível promover o desenvolvimento sem estimular a multiplicação das atividades produtivas, sem democratizar o acesso à propriedade produtiva ou, em outras palavras, sem socializar a riqueza. Na ausência dessas coisas, podemos, sim, ter crescimento econômico, mas este será, provavelmente, um crescimento sem desenvolvimento.

Compartilhando da mesma visão, Faissol (1994) sugere que um crescimento econômico que desconsidere os desequilíbrios sociais apresenta-se como a principal razão dos descompassos aos processos de desenvolvimento. A concepção sistêmica ao qual descreve um sistema de inter-relações propõe que o verdadeiro desenvolvimento deve prover dos efeitos positivos entre os organismos sociais e econômicos.

Sob uma óptica economicista, o desenvolvimento, as questões sócio-culturais, incluindo a discriminação e o ordenamento territorial, são fatores variáveis que podem compor um quadro de justiça social e equidade, apontando-se como aspirações fundamentais dos grupos humanos. De acordo com essa narrativa, Faissol (1994, p.20) justifica que:

As profundas desigualdades [...] são muito mais fruto dos próprios valores do homem, de suas instituições, do que em situações materiais como propriedade de terra ou outros bens de capital; é o homem que separa, discrimina, privilegia, o próprio homem.

A questão direcionada ao desenvolvimento é que este deve ser analisado como movimento sinérgico que estabelece estabilidade dinâmica e integrada aos grupos aos quais favorece, priorizando fundamentalmente o desenvolvimento humano na condição de

satisfação de seu bem-estar e não de suas necessidades materiais. Sob esse aspecto, Suárez (2004, p. 23) relembra que:

El enfoque sistémico (multidisciplinario, interdisciplinario y transdisciplinario) implica abordar la problemática del desarrollo local desde la perspectiva de todos los elementos que conforman el sistema en interacción con su entorno, lo que implica necesariamente considerar múltiples dimensiones interactuando en un territorio dado: económicas, sociales, políticas, institucionales, culturales, etc. Son dimensiones que se condicionan mutuamente. El desarrollo local se plantea como una estrategia integradora, que incluye todos los aspectos de la vida local.

Franco (2002) sublinha que o processo de desenvolvimento não é estático e sim dinâmico, gerador de mudanças sociais capazes de alterar os níveis de capitais (social e humano) ao definir uma estabilidade entre os agentes (sociedade civil, instituições públicas e privadas) envolvidos no processo.

O autor considera o desenvolvimento em seus aspectos humanos, sociais e sustentáveis; pois uma sociedade que desconheça suas potencialidades endógenas e considere apenas o fator econômico como viabilização do seu desenvolvimento está fadada a sua auto-destruição, já que em seu meio a melhoria nos padrões de vida não seja aplicável a toda camada da população. Em outras palavras, poderá ocorrer crescimento sem desenvolvimento e a reversão para tal quadro é concentrar o processo na composição do capital social e humano, objetivando-se condicionantes de desenvolvimento a toda sociedade.

Quanto à questão em torno da oposição entre desenvolvimento e crescimento econômico, Arocena (2001) afirma que a busca por formas de mobilização do potencial humano acerca do desenvolvimento trouxe novas perspectivas e possibilitou uma mudança de paradigma: de quantificado e materialista para uma nova fase qualitativa e intangível. E assim, o desenvolvimento surge como alternativa para dinamizar os sistemas processuais desenvolvimentista, mobilizando forças latentes da sociedade e evitando os efeitos nocivos auferidos do capitalismo.

Verhelst (1992) exemplifica a força do capitalismo que impera sob os países subdesenvolvidos ao citar como caso o continente africano, no qual o sentido comunitário exerce papel fundamental no fracasso ou sucesso de entidades cooperativas que buscam desenvolver continuamente a solidariedade tradicional e não apenas o progresso

material, como almeja o capitalismo ocidental. Declara que em tais comunidades, há uma renúncia ao acúmulo de bens em virtude dos laços de amizade, uma vez que o aumento da riqueza pode gerar discórdia social.

A ordem econômica vigente no ocidente mede o padrão de vida de acordo com o consumo, assim sendo, o indivíduo que consome mais vive melhor do que aquele que consome menos. Todavia o objetivo respaldado pelo verdadeiro desenvolvimento é alcançar o máximo de bem estar, ainda que seja mínimo de consumo.

Segundo afirma Kliksberg (1999), o novo modelo de desenvolvimento procura valorizar o ser humano. A idéia aplicada pelo pensamento econômico, que supunha o progresso material que racionaria a pobreza e a disparidade social está cedendo e construindo um foco de desenvolvimento voltado aos valores e à cultura humana.

Assim, o processo de desenvolvimento local está relacionado ao bem estar e apreciação do ser humano na qualidade de agente do próprio desenvolvimento. A partir de sua capacidade de metabolizar as transformações que ocorrem em dimensões econômicas e principalmente sociais, o indivíduo (e a coletividade) deve buscar sanar seus problemas e necessidades, perpetuando um processo contínuo de desenvolvimento que lhe permita implementar sua auto-estima na qualidade de sujeito de sua própria realização histórica e social. Por esse mesmo viés, Kashimoto, Marinho e Russef (2002, p. 41) relembram que:

Num quadro em que atuam forças econômicas e ideológicas, numa realidade contraditória e fragmentária, muitas vezes marcada pela inadequação entre discurso e ação, é também necessário o estabelecimento de políticas públicas alheias ao movimento flutuante de sucessões eleitorais, que dêem sustentação à ampliação do acesso popular à educação, à saúde, à moradia, mas também à cultura e ao “ócio criativo”, algumas entre as várias necessidades vitais ao ser humano.

O desenvolvimento local pressupõe esse conjunto de pré-condições para seu crescimento, com vistas à manutenção da identidade local. A criatividade, fruto da interlocução interna à comunidade, instrumentaliza o desenvolvimento de projetos adequados às condições sócio-culturais locais.

Para Silveira, Bocayuva e Zapata (2001), o desenvolvimento local pode ser considerado como trajetória voltada para reversão do quadro de exclusão social que se fortalece nas tendências de reestruturação da gestão emancipativa do desenvolvimento.

Os autores sustentam que no Brasil, o desenvolvimento local surge como um mecanismo de inclusão social, no qual o combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão, forme um conjunto de iniciativas que mobilizem a sociedade para tal fim, tornando-se efetivamente uma ferramenta que possa promover o bem estar da população e atender as necessidades básicas humanas. Tal é o caso da Comunidade Ativa, implantada em 1999 sob a coordenação da Secretaria Executiva da Comunidade Solidária, concebida com ações voltadas para a indução do desenvolvimento integrado e sustentável de pequenos municípios no interior do país, articulando sociedade civil e governamental.

Buarque (1998, p. 05) em sua obra *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*, indica que o: “desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”.

Por conseguinte, o autor garante que a mobilização social deve ser resultado da mobilização das energias da sociedade. Deve-se explorar adequadamente as potencialidades e capacidades específicas, elevando as oportunidades e viabilidades que assegurem o desenvolvimento social local. Portanto, a convergência dos agentes locais aliadas à capacidade de mobilizar, orienta e prioriza o desenvolvimento endógeno.

O desenvolvimento local só resultará autêntico se proceder dos dinamismos e ritmos do avanço cultural da comunidade, inclusive no que concerne ao discernimento e à implantação do desenvolvimento que compatibilize com suas peculiaridades. Ou seja, o desenvolvimento deve partir das próprias necessidades latentes das comunidades em buscar alternativas que propiciem benfeitorias em todos os âmbitos (econômico, social, político, cultural, etc), criando condições para que a comunidade harmonize e participe efetivamente do processo de desenvolvimento.

Os modelos internacionais de desenvolvimento priorizam a estabilidade social, desconsiderando a vida humana e seu bem estar como fatores prioritários para o desenvolvimento. Por esse mesmo viés, deve-se valorizar os elementos intangíveis baseados nas energias sócio-culturais, bem como na participação efetiva e ativa do capital humano e social pré-existentes, capazes de potencializar níveis de solidariedade e responsabilidade coletiva.

De acordo com Jara (1999), o desenvolvimento precisa ir além da simples progressão material, devendo promover a justiça, o acesso à informação, à educação e o empoderamento de toda sociedade envolvida no processo, considerando-o uma metodologia de amadurecimento cultural e social.

Repensar o desenvolvimento a partir da construção do capital cultural existente em uma comunidade é contribuir para o estímulo solidário ao buscar ações coletivas que fortaleçam o uso comunitário dos recursos presentes, tendo em vista que a valorização de uma cultura local pode propiciar a sua auto-afirmação, identidade e melhorar as forças produtivas. Assim, Kliksberg (1999, p.90) afirma que:

La cultura cruza todas las dimensiones del capital social de una sociedad. La cultura subyace los componentes básicos considerados capital social, como la confianza, el comportamiento cívico, el grado de asociatividad. Las relaciones entre cultura y desarrollo son de todo orden, y asombra la escasa atención que se les ha prestado. Aparecen potenciadas al revalorizarse todos estos elementos silenciosos e invisibles, pero claramente operantes, involucrados en la idea de capital social.

Seguindo o raciocínio do autor acima mencionado, a cultura pode ser considerada fator decisório na coesão social, momento pelo qual as pessoas se conhecem mutuamente, crescem em conjunto e desenvolvem uma auto-estima coletiva. Esses fatores propiciam o fortalecimento do capital social, pois apresentam raízes culturais fortalecidas que favorecem a reprodução do associativismo, organização sócio-comunitária e gestão participativa. Além disso, a cultura é capaz de tornar-se um instrumento de melhoria econômica e social, a medida que o desenvolvimento cultural manter a integridade identitária coletiva e construir novas possibilidades de emersão social, cultural e econômica. Sob esse prisma, Fukuyama (1996, p. 19) descreve que:

Uma sociedade civil próspera depende dos hábitos, costumes e princípios éticos de sua gente - atributos que só podem ser moldados indiretamente mediante uma política deliberada e que precisam, outrossim, ser alimentados por meio de uma conscientização e respeito crescente pela cultura.

Assim, o fator cultural segundo Claxton (1994) sugere que o desenvolvimento deva incluir estratégias de dimensão cultural, compreendendo atividades efetivas de desenvolvimento em setores chaves como educação, saúde, tecnologia e a própria experiência vivida pelas comunidades. Portanto, a cultura apresenta-se como um dos vetores principais que movem o desenvolvimento endógeno de uma região.

Na mesma perspectiva, Verheslt (1992) avalia que a cultura é uma dinâmica geradora de sentido que, ao ser analisada como um fator de desenvolvimento, pode e deve desempenhar papel fundamental para a renovação dos laços sociais na busca contínua pela qualidade de vida. Compartilhando das mesmas idéias do autor acima, Claxton (1994, p.05) afirma que:

Este enfoque tiene como objetivo satisfacer las necesidades reales del pueblo en cuestión [...] su propia capacidad creadora, sus propios valores y potencialidades, sus propias formas de expresión cultural y está dirigido a satisfacer sus propias aspiraciones. El enfoque endógeno asigna a la población beneficiaria una función activa en su propio desarrollo.

Constata-se, portanto, que a questão cultural é um dos itens que pode contribuir para a valorização das potencialidades coletivas e individuais, favorecendo à plena realização dos anseios comunitários tornando-se o melhor e mais eficaz dos vetores de desenvolvimento local.

Isso se explica pelo fato de que uma sociedade que confia em sua dinâmica cultural é capaz de decidir e estimular o desenvolvimento ao fundamentar-se em uma postura cívica e solidária, na perspectiva de criar energias que ampliem o processo de construção e desenvolvimento do bem estar coletivo. Em relação ao enfoque cultural, Kliksberg (1999, p.98) salienta que:

La cultura puede ser un instrumento formidable de progreso económico y social. Sin embargo, allí no se agota su identidad. No es un mero instrumento. El desarrollo cultural de las sociedades es un fin en sí mismo, y avanzar en este campo significa enriquecer espiritual y históricamente a una sociedad y a sus individuos.

Quando uma sociedade se comprometer com a defesa e valorização de sua cultura e identidade, passando a reconhecer sua história coletiva e driblando as dificuldades existentes no local, a criatividade social emergida será peça chave para que a coletividade encontre subsídios para desenvolver alternativas que promovam benefícios locais. Nessa perspectiva, Kashimoto, Marinho e Russef (2002, p. 39) relembram:

[...] a necessidade de se conhecer, em profundidade, a identidade cultural local como premissa para o desenvolvimento. Todavia, mais do que ao pesquisador, importa à comunidade reconhecer essa autoidentificação cultural e assumir esse eficaz instrumento com o objetivo de se tornar protagonista do seu próprio processo de desenvolvimento local.

Conforme Martín (2001), a cultura local, ao fortalecer a auto-estima e propor um sentido às comunidades, valoriza o desenvolvimento de atividades criativas que surgem mediante seus valores e necessidades.

La mejor ayuda para la liberación de un pueblo es aquella dirigida a la conservación y recuperación de su identidad y de su cultura porque las culturas autónomas tienen potencialidades capaces de revitalizar las sociedades. (MARTÍN, 2001, p.63).

Observa-se, portanto, que os valores locais, a história e a cultura local, se integram e passam a ser as vias de abertura ao mundo no qual o turismo surge como proposta para exacerbar o desenvolvimento local, desde que a atividade estimule resultados positivos para uma localidade ao desenvolvê-la no aspecto social e econômico, bem como contribua para manter a identidade e a cultura local. Dentro do contexto abordado, Martins e Martins, *In: Marques et alii* (2000, p. 164) justificam que:

A valorização dos recursos naturais e humanos, assim como o resgate dos aspectos culturais tradicionais deve ser característica de um processo que combina a inovação das estratégias de ação como o aproveitamento dos recursos históricos, tradicionais e culturais para a promoção de atividades que envolvam a população dentro de uma identidade comum.

De acordo com os autores, a riqueza cultural de uma comunidade, ao ser mantida pelas próprias necessidades de autopreservação do grupo, é um dos fomentos para a atividade turística, principalmente para aquelas pessoas que fruem a pluralidade étnica e cultural existente em sociedade. Nessa perspectiva, Gastal (1998, p. 129) assim descreve a relação entre cultura e turismo:

A cultura é um insumo turístico importante, mas é aquela cultura viva, praticada pela comunidade em seu cotidiano. Não é um espetáculo, que inicia quando o ônibus de visitantes chega, mas uma atividade que a comunidade exerce rotineiramente. Quando os visitantes chegarem, eles serão bem vindos e convidados a juntos dançar, cantar, saborear o pão, aplaudir o artista.

Os efeitos sócio-culturais resultantes na área receptiva podem se manifestar, entre outros aspectos em melhores condições de vida e em enriquecimento cultural. Em contrapartida, pode resultar na degradação do ambiente natural, bem como na alienação de costumes e tradições vivenciadas.

Dessa forma Pellegrine (1997) relembra que compete aos agentes profissionais do turismo considerar a importância de aspectos sócio-cultural das comunidades locais, que jamais poderão ser prejudicadas em favor do visitante.

Por esse mesmo viés, Oliveira (2000, p. 139) salienta que “o planejador deve cuidar para que o desenvolvimento do turismo seja sustentável, isto é, sem degradação dos recursos ecológicos, sócio-culturais e econômicos”.

Para Rodrigues (1997), a prática social do turismo pode ser vista também como um fator de preservação do meio físico e dos recursos histórico-culturais. Caso seja uma atividade sustentável, deverá incentivar a manutenção dos recursos culturais e naturais, considerando os movimentos sinérgicos que o compõe para que sejam resguardados de toda e qualquer degradação.

Souza e Benevides, *In*: Rodrigues (1999), consideram que o desenvolvimento local deve ser compreendido como desenvolvimento socioespacial, resultado de um processo de superação de problemas e de alcance de objetivos que propiciem o bem estar coletivo e individual. O turismo com base local surgiria como uma alternativa de harmonização entre a globalização (excludente) e o processo de desenvolvimento local e participativo (incluyente), cuja finalidade é envolver a comunidade desde o planejamento até a consecução do processo.

O turismo com base no desenvolvimento local constitui-se como um instrumento de manutenção da identidade sócio-cultural das comunidades receptoras, além de estabelecer um intercâmbio de relações e informações entre visitantes e visitados. E assim Benevides, *In*: Rodrigues, (1999, p. 25) sustenta que:

A construção de uma via democrática para o desenvolvimento de certas localidades, articulada pelo turismo como fator estruturantes da valorização das suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na condução ativa desse processo.

O desenvolvimento do turismo deve considerar as concepções de vida dos próprios residentes, oportunizando o envolvimento de seus cidadãos com os responsáveis públicos ou privados, pela atividade. Esses responsáveis devem assegurar a manutenção dos serviços, a preservação do ambiente físico e social no qual a atividade venha a estar inserida. Conforme aponta Baptista (1997, p. 359): “muitos dos efeitos negativos do

turismo podem ser moderados ou eliminados por um planejamento inteligente e métodos progressivos de gestão”.

Salienta-se, portanto que a gestão participativa é um item criterioso no momento de aporte à atividade do turismo. Se a comunidade não está preparada para receber o turista, seja pela deficiência de equipamentos e objetos que servem de apoio à atividade, seja por carência de preparação da coletividade, o turismo será uma atividade meramente econômica que não gera benefícios sócio-culturais em comunidades autóctones.

É importante ater-se à participação decisória como resultado de um processo sócio-comunitário, ao qual insere o indivíduo a condicionantes histórico-culturais que priorizam a relação ao restaurar a capacidade individual e coletiva de cooperar na busca de um objetivo único. Inserindo-se nesse contexto, cabe aos planejadores da atividade avaliar os anseios da comunidade apreciando suas potencialidades e necessidades latentes para que a atividade possa ser almejada e alcançada com sucesso.

A atividade turística, tomada como fenômeno inovador poderia gerar benefícios sociais, culturais e econômicos para a comunidade; principalmente no que compete à preservação do seu legado cultural e natural, bem como no intercâmbio de suas relações primárias e secundárias, oportunizando condições para o desenvolvimento endógeno e participativo do território.

Porém, para que as atividades turísticas possam ser implantadas é necessária a realização de estudos preparatórios com a comunidade. Acima de tudo, é importante diagnosticar e revelar as potencialidades locais - sobretudo culturais - que levem a melhorias qualitativas e criem condições para a gestão participativa do turismo e o desenvolvimento endógeno da região.

CAPÍTULO II

PRÁTICAS CULTURAIS EM FURNAS DO DIONÍSIO

Esse capítulo centra-se no estudo realizado na comunidade negra de Furnas do Dionísio, detentora de forte herança cultural. Assim, serão apontados os resultados analisados em virtude da aplicação de questionários a 50 famílias distintas, procurando caracterizar os aspectos sócio-culturais, econômicos e ambientais.

2.1 - FURNAS DO DIONÍSIO: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E CULTURAIS

Recorrendo-se a formação da história brasileira, os quilombos foram territórios cuja origem remonta à época da escravidão, quando negros escravos fugiam da opressão e fustigação física e psicológica oriundas das árduas atividades econômicas e formavam comunidades heterogêneas onde as atividades eram coordenadas de forma a reforçarem os laços entre seus habitantes.

Para Bonatti (1991), eram nos núcleos quilombolas que o negro revivia tradições e costumes provindos da África, mas que em terras brasileiras se viu obrigado a esquecer por ser considerado inferior e mesmo porque a sociedade não admitia e tão pouco o enxergava como um ser humano abastado de cultura.

Levando-se em consideração tal acertiva, a organização em quilombos não foi um fato isolado na história. Apresentaram-se com maior número em regiões do Nordeste (onde se destacou o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriguda em Alagoas), com extensão aos demais Estados do território nacional, como São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Pará e Mato Grosso; formando comunidades heterogêneas, constituídas também por índios, brancos pobres ou mulatos, ou seja, qualquer pessoa oprimida e marginalizada era bem acolhida por esta nova formação social.

Portanto, pode-se discorrer que a maioria das terras de descendentes de quilombos surgiu em lugares remotos, situando-se algumas delas ainda hoje, em locais de difícil acesso e de excepcional beleza natural, a exemplo de Furnas do Dionísio. (Ver Figura 1).

Figura 1- Placa de sinalização para Furnas do Dionísio



Foto de: FRAGA, Alex. Novembro, 2003.

Furnas do Dionísio é uma comunidade negra localizada no município de Jaraguari, a aproximadamente 48 km de Campo Grande, possuindo mais de 400 moradores representados por aproximadamente 86 famílias, das quais originaram os seus descendentes Abadios e vários moradores da comunidade negra de São Benedito, em Campo Grande.

Apresenta como limites territoriais os municípios de Bandeirantes, ao norte; Ribas do Rio Pardo, a leste; Rochedinho, ao sul e a oeste, o município de Rochedo. (Ver Mapa 1). Furnas do Dionísio possui duas vias de acesso: por uma estrada vicinal de 30 km, via Rochedinho, que ao indício de chuva se faz impossível transitar pela região, pelo mal estado de conservação da estrada e pela falta de pavimentação; ou seguindo pela BR 163 em direção a Jaraguari, com 36 km de estrada asfaltada e 12 km de estrada vicinal. (Ver Figura 2).

Segundo os estudos antropológicos realizados em 2000 pela Fundação Cultural Palmares (FCP) - órgão ligado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça - Furnas do Dionísio é considerada remanescente de quilombos.

Conforme definição da Associação Brasileira de Antropologia (1994), *apud* Amorim (1998, p.05) e aplicada para definir a comunidade na época, considerava-se remanescente de quilombos como “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”.

A Constituição Federal de 88 reconhece o direito ao território de comunidades negras, incluindo ações de regulamentação fundiária para promover investimentos para a melhoria e manutenção da qualidade de vida. Para Amorim (1998, p.03), a questão quilombola passou a ser interpretada severamente, no qual instituiu “aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado, emitir-lhes os respectivos títulos”.

Com fundamento nos artigos 68 e 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Fundação Cultural Palmares reconheceu de fato, segundo solicitação dos próprios moradores, o domínio das terras intitulado remanescentes de quilombos de Furnas do Dionísio, aportando-se principalmente para a preservação dos aspectos sócio-culturais, históricos e econômicos.

A identificação de uma comunidade como remanescente é essencial para garantir o direito à propriedade. Assim, para definir Furnas do Dionísio como remanescente de quilombos, a Fundação Cultural Palmares se baseou em um levantamento sistêmico que apresentava resumidamente sua situação sócio-histórica e econômica, em um processo de pré-caracterização, denominado memorial descritivo.

Por meio deste relatório técnico, a entidade deve informar sobre os aspectos étnicos, histórico, cultural e sócio-econômico do grupo, realiza estudos complementares de natureza cartográfica, faz um levantamento dos registros de imóveis pertencentes à comunidade em questão para que seja delimitada a terra suscetível de reconhecimento e demarcação, para posterior homologação mediante decreto, evitando assim, questionamentos legais e disputas territoriais.

Em 2003, o governo federal passou a rever a situação dos quilombolas e instituiu um grupo de trabalho interministerial, com a participação de representantes de comunidades quilombolas, para analisar a legislação aplicável à titulação dos territórios.

Segundo o art. 2º do Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, a questão que ampara os quilombolas passou a ser reinterpretada, e até mesmo a auto-denominação como remanescentes de quilombos sofre uma nova caracterização ao ser definida como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

De acordo com o decreto, basta que a comunidade se declare como remanescente para ser reconhecida, agilizando assim o processo de titulação e dispensando dessa forma, a realização de laudos antropológicos para identificação, que só serão necessários caso a comunidade seja questionada juridicamente em situações de conflito.

Quanto à questão política e cultural, menciona-se que as comunidades remanescentes de quilombos são detentoras de Direitos Culturais Históricos, assegurados pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal que cuidam de questões relativas à preservação dos valores culturais da população negra, e eleva as terras dos remanescentes de quilombos à condição de Território Cultural Nacional. A Constituição Federal prevê:

Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização das manifestações culturais.

§ 1º - Protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileira.

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver; [...]

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico.

Parágrafo 1º - O Poder Público, com colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de [...] tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação [...].

Parágrafo 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Em levantamentos bibliográficos referentes ao histórico da comunidade, constataram-se controvérsias quanto à chegada de seu fundador, Dionísio Antônio Vieira, em terras do então sul de Mato Grosso, por volta de 1890.

Para a revista *Miscigenação* (1992), o *escravo* Dionísio teria fugido de Minas Gerais, em companhia de seu filho Abrão, vindo parar aleatoriamente aos Campos de Vacarias e estabelecendo-se posteriormente com sua família, longe do sistema escravagista. Já nos estudos de Leite (1995), os relatos dos escravos que lutaram na Guerra do Paraguai e retornaram à Minas Gerais falando de grandes extensões de terra, entusiasmaram o *ex-escravo* Dionísio a viajar em comitiva até áreas devolutas da fazenda Lageadinho, atual município de Jaraguari.

Buscando esclarecer a formação histórica da comunidade, indagou-se a um dos moradores mais antigos de Furnas do Dionísio, conhecido como Sr. Sebastião Abadio Martins, neto de Dionísio, como a comunidade se uniu em torno daquela região. (Ver Figura 3).

Figura 3 - Sr. Sebastião Abadio Martins, neto de Dionísio



Foto de: FRAGA, Alex. Novembro, 2003.

Ainda que seu relato tenha pouco esclarecido a questão histórica, uma vez que a história oral assume nuances e interpretações variadas conforme é passada a cada geração, constatou-se que Dionísio viajou com seus filhos de Minas Gerais e encontrou nas Furnas, uma possibilidade de restabelecer seus laços afetivos e lançar-se à sorte de prosperar com o solo fértil da região.

Furnas do Dionísio é uma região montanhosa e apresentava na época, uma mata virgem com muitos animais silvestres, entre os quais onças e cobras. Abrindo picadas na mata, Dionísio se estabeleceu com sua família em um ranchinho de pau-a-pique, erguido próximo à entrada atual de Furnas, ao construir a casa para abrigar seus familiares, fundou efetivamente a comunidade em 1901.

Passados seis anos da ocupação efetiva das terras, Dionísio decidiu requerer definitivamente a posse da intitulada Fazenda Lageadinho, recebendo apenas o título provisório junto à Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, da então Comarca de Mato Grosso. Somente em 1917 o Estado lhe perpetuou o título definitivo da posse das terras, intituando 914 hectares para que pudesse viver com seus descendentes.

Ao morrer por volta de 1920, Dionísio já obtinha como seu patrimônio o título definitivo das terras. Os seus filhos, Antônio, Abadio, José, Jacinto, João, Manoel, Abrão e Adão (estes dois últimos adotados por Dionísio), Maria Luiza, Valéria Valeriana e Lindovina, inventariaram a área, demarcando-a em linhas familiares e estipularam entre dois a cinquenta hectares, conforme o tamanho da família.

Na expectativa de alcançarem melhores condições de vida, muitos de seus herdeiros venderam suas terras e migraram para a cidade, restando atualmente apenas 580 hectares de terra pertencentes aos Dionísios.

Porém, a questão da terra ainda é um problema na comunidade. Embora tenham recebido o título de remanescentes de quilombos em 2000 e estejam respaldados pela Constituição de 88, a ocupação da região por famílias que não pertencem ao legado de Dionísio afronta os registros constitucionais, cabendo à justiça a determinação do território ocupado pelos herdeiros de Dionísio e dando-lhes a conquista efetiva pelo título da terra.

A comunidade apresenta-se separada pelo rio Pombal. (Ver Figura 4). À margem direita encontram-se os Abadios, a Igreja Católica, posto telefônico, o centro comunitário (local para festas e reuniões) e o centro de saúde. Na margem esquerda estão os demais descendentes, as escolas, a cooperativa de produtores e a Igreja Evangélica.

Figura 4 - Rio Pombal: espaço de lazer que separa a região



Foto de: FRAGA, Alex. Novembro, 2003.

Uma característica marcante da comunidade é a organização familiar desenvolvida desde a época de sua formação, principalmente no que se atribui ao cultivo da terra para a própria subsistência, de modo a unirem-se em mutirão na aragem da terra, adequando-a para plantação.

Dessa forma, pode-se discorrer que o relacionamento familiar na comunidade ocupa patamar importante para fortalecer o relacionamento sócio-comunitário, tendo em vista os benefícios que decorreram da cooperação mútua entre os Dionísios.

Os membros da comunidade valorizam demasiadamente a base familiar e os laços de amizade que mantêm entre si, posto que a organização das atividades desempenhadas depende muitas vezes da colaboração e mútua participação, **indicando que a estrutura organizativa da comunidade continua intacta, no qual a família continua sendo o centro organizativo e piramidal. Do mesmo modo, a relação coexistente entre os membros mais antigos e mais jovens apresenta-se como um sustentáculo para se repassar histórias, tradições e experiências que transformaram Furnas do Dionísio em uma comunidade que se destaca pelas ações que viabilizem a melhoria da qualidade de vida de seus moradores.**

Os moradores dedicam-se à lavoura de milho, mandioca, pepino, abóbora, maxixe, cana-de-açúcar, banana, melão, entre outros, assim como à criação de animais de pequeno ou médio porte que possam servir de consumo ou para a comercialização, aliando

ainda a produção do leite e derivados, além da agroindústria caseira. A agricultura de subsistência, portanto, funciona como retentora de mão-de-obra que provêm o sustento em épocas difíceis e atenua a migração para outras áreas.

Sempre com a lida da enxada, a ocupação da terra realizou-se pelos descendentes dos pioneiros, que, com a plantação da cana-de-açúcar e a produção de rapadura e aguardente comercializadas nos arredores, sedimentou a economia durante décadas.

No ano de 2000 foi incorporada às atividades da comunidade a produção de hortifrutigranjeiros comercializados no Ceasa de Campo Grande por via da Associação de Pequenos Produtores de Furnas dos Dionísios. Para tanto, a comunidade recebeu implementos do governo do estado com o objetivo maior de conquistar melhores condições de vida e trabalho para a comunidade.

Atualmente eles dispõem de uma máquina de beneficiar arroz, um trator equipado e um engenho comunitário. Com a regularização da associação também chegou a água encanada, luz elétrica, posto telefônico e a escola estadual. Essas conquistas foram alcançadas pelos esforços da Arquidiocese de Campo Grande, que realiza um trabalho comunitário há cerca de dez anos, viabilizando e intercedendo junto à sociedade civil por mais recursos que possam promover o desenvolvimento da comunidade. Já o Movimento Negro, atua com o objetivo de integrar as comunidades afro-brasileiras existentes no Estado aos demais segmentos da sociedade, resgatando a cultura e propiciando melhorias na qualidade de vida dos afro-descendentes.

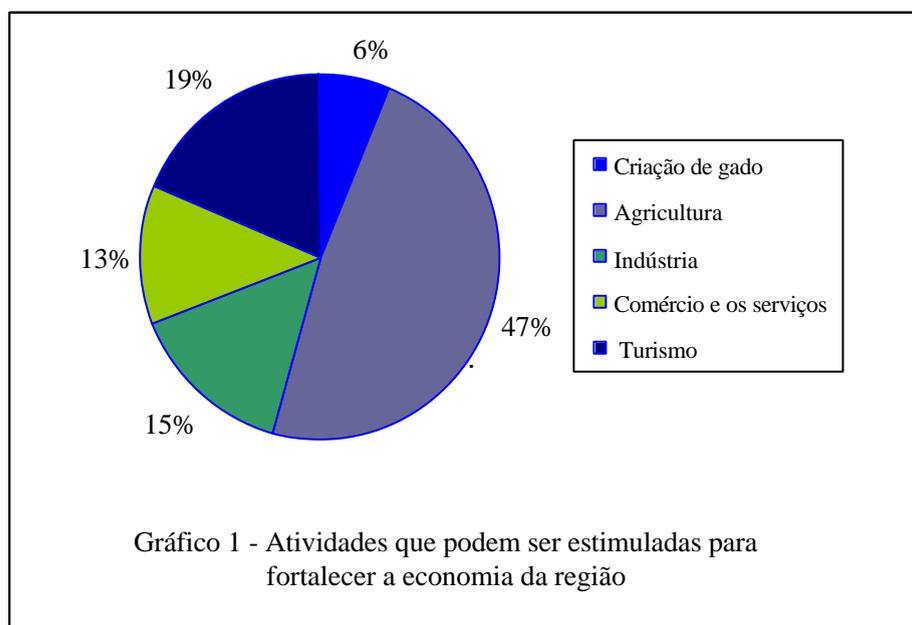
Além da venda de seus produtos para o Ceasa, o rendimento também provém da comercialização da rapadura, farinha de mandioca, açúcar mascavo, melado, doce em compota fabricado ainda por processos artesanais e com métodos passados de geração para geração, quando muitos moradores do município de Jaraguari e visitantes adquirem a produção na própria comunidade.

Observa-se que a prática de auto-sustentabilidade ligada ao cultivo agrícola e à produção artesanal dos produtos comercializados, proporcionam indiretamente subsídios e alternativas para outras atividades como o turismo, já que há um deslocamento voluntário

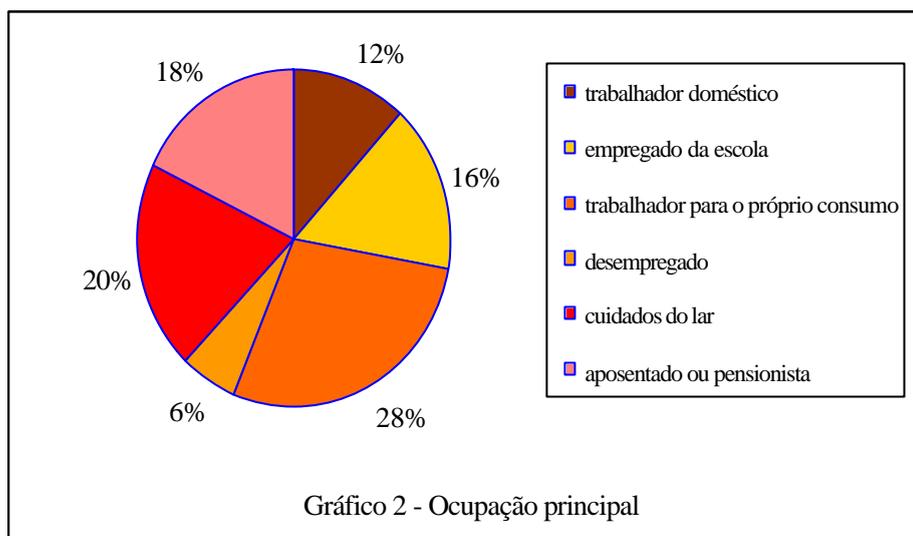
de pessoas para a demanda da produção que é revendida no local que, apesar de ser insípida, não há como negar a relação econômica existente.

Embora os moradores saibam que a rentabilidade econômica provenha em maior parte da agricultura, acreditam que outras atividades poderiam ser alavancadas para o fortalecimento da região (Ver Gráfico 1), desde que a própria comunidade, por intermédio da associação, articulasse atividades junto à entidades públicas e privadas, salientando que o desenvolvimento deve partir da endogenia e das necessidades presentes em seu meio.

Dessa forma, 47% dos entrevistados apontaram a agricultura como atividade principal a ser estimulada. Uma vez que os moradores vivem da agricultura de subsistência, o fortalecimento da atividade poderia gradativamente atingir novos mercados, aumentar a produção, bem como alternar produtos para serem comercializados. Outro setor citado foi o turismo, apontado por 19% dos moradores. Embora seja uma atividade secundária a ser exercida na comunidade, os moradores que apontaram esta alternativa acreditam que o turismo poderia gerar benefícios de ordem econômica (emprego e renda) e social (melhoria na qualidade de vida).



A vida comunitária não sofreu muitas alterações ao longo de sua existência. A ocupação principal de homens e mulheres consiste basicamente nos afazeres domésticos, na lida da enxada ou no trabalho junto às escolas da região. (Ver Gráfico 2).



Muitos membros da comunidade trabalham a própria produção, cujo excedente é comercializado com o mercado externo, ou trabalham em fazendas da região. Há também aqueles que trabalham nas escolas locais, como professores, auxiliares administrativos, merendeiras ou serventes para aumentar a rentabilidade da família. A renda familiar da maioria das famílias pesquisadas não ultrapassa a soma de R\$ 400,00.

Nessa perspectiva, moradores da região com formação em magistério, ministram aulas nas escolas da comunidade, o que reforça de certa forma a hipótese de que a educação se une aos valores culturais locais, fazendo com que os laços não sejam desatados e sim, articulados para o aprimoramento do bem-estar comum dos moradores.

Dentro desse contexto, considera-se que as mudanças organizacionais e familiares, se submeteram ao longo do tempo à condicionantes de aprendizagem e auto-sustentabilidade. Via de regra, o conhecimento implícito decorrente do saber-fazer tradicional e o esforço para obter novas alternativas de subsistência, promoveu na comunidade uma mobilização contínua que envolve empenho coletivo em consonância com parcerias externas. Esse fato se explica pelo conjunto de mecanismos que podem ser criados, cuja finalidade é garantir o acesso ao conhecimento e ao investimento nos recursos humanos e culturais locais.

Seguindo esse raciocínio, a criação de novos conhecimentos envolvendo a disseminação e transferência de informações, resultou na interação complexa e sistêmica

dos agentes participantes do processo, sendo que as inovações criadas surgiram como subsídios para a implantação de projetos que promovessem alternativas para a sustentabilidade e melhoria na qualidade de vida.

Pode-se citar como exemplo, o curso de capacitação de mão-de-obra familiar na Associação de Pequenos Produtores Rurais de Furna do Dionísio, iniciado no ano de 2000, pela Universidade Católica Dom Bosco. O objetivo teve-se em capacitar membros da própria comunidade para exercer atividades agrícolas de auto-sustentação, de modo que a produção realizada fosse composta de um valor agregado e contínuo para atrair uma demanda para o efetivo consumo, gerando paulatinamente maiores subsídios para o fortalecimento da produção rural dos moradores.

Contudo, não basta apenas ter o conhecimento, é necessário ter capacidade para inovar e redimensionar os saberes em função de novas perspectivas que possam criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento da própria comunidade.

Em relação à educação, a comunidade conta com as Escolas Municipais Dionísio Antônio Vieira e 13 de Maio, que atendem alunos do Ensino Fundamental de 1ª à 4ª séries, com aproximadamente 50 estudantes por unidade educacional. Já a Escola Estadual Zumbi dos Palmares, inaugurada em 1996, leciona até o 2º ano do Ensino Médio e a população escolarizável é estimada, entre 100 e 150 pessoas, incluindo jovens e adultos, segundo Cirlene Silva, assistente de secretaria da escola.

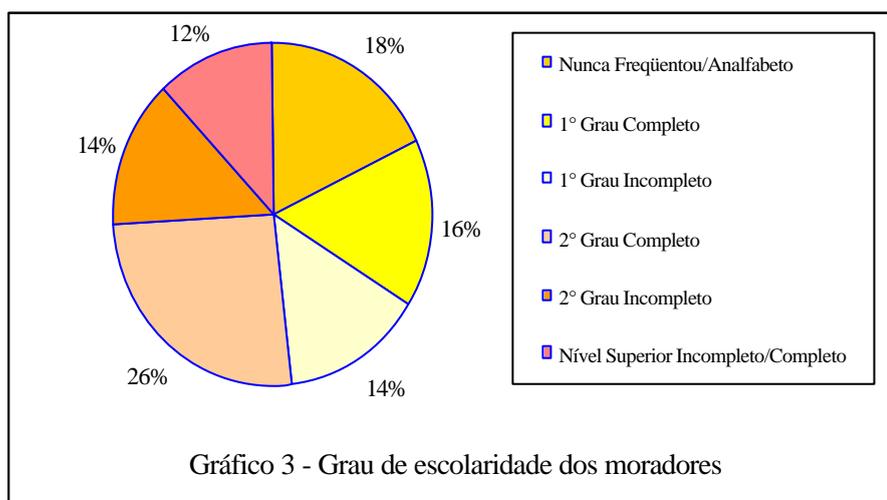
No início, ensinavam até a 8ª série do Ensino Fundamental, mas a tendência de prosseguir seqüencialmente o ensino e propiciar educação básica aos moradores, exigiu que o governo do Estado ampliasse o prédio escolar, sendo que a obra de expansão da escola foi finalizada e entregue em dezembro de 2003, cujo investimento custou R\$ 65.000,00 e propiciou a construção de três salas de aula, uma das quais funcionará o projeto Rádio Escola. A meta é beneficiar mais 140 alunos nos próximos meses.

Em relação ao projeto Rádio Escola – Educação para a Mídia, que foi lançado pelo Ministério da Educação em maio de 2004, os alunos irão desenvolver habilidades em vários setores que envolvam o funcionamento de uma rádio. Igualmente, terão a possibilidade de desenvolver a habilidade discursiva e produção textual, selecionando o

conteúdo a ser vinculado na própria rádio e estimulando a capacidade crítica de análise de informações.

Assim, a participação de toda comunidade na gestão das atividades irá introduzir novas técnicas que viabilizem o uso de recursos comunicativos a serviço da comunidade e da educação de seus membros.

Antes da ampliação das salas de aula na Escola Zumbi dos Palmares, muitos jovens que freqüentavam o 3º ano do Ensino Médio, para não perderem a oportunidade de concluir os estudos, deslocavam-se de ônibus, da comunidade ao município de Jaraguari, Rochedinho ou Campo Grande, pois reconhecem que a questão da educação é de suma importância para formá-los cidadãos conscientes, que podem reivindicar futuramente por melhorias na qualidade de vida local, conforme demonstram as análises das entrevistas aplicadas. (Ver Gráfico 3).



Desse modo, pode-se observar que 26% dos entrevistados possuem nível médio completo e 16% apresentam 1º grau completo, ao qual os jovens terminaram os estudos em escolas de outros municípios como mencionado, uma vez que a melhoria do ensino na comunidade veio a ocorrer somente este ano com a ampliação da escola Zumbi dos Palmares.

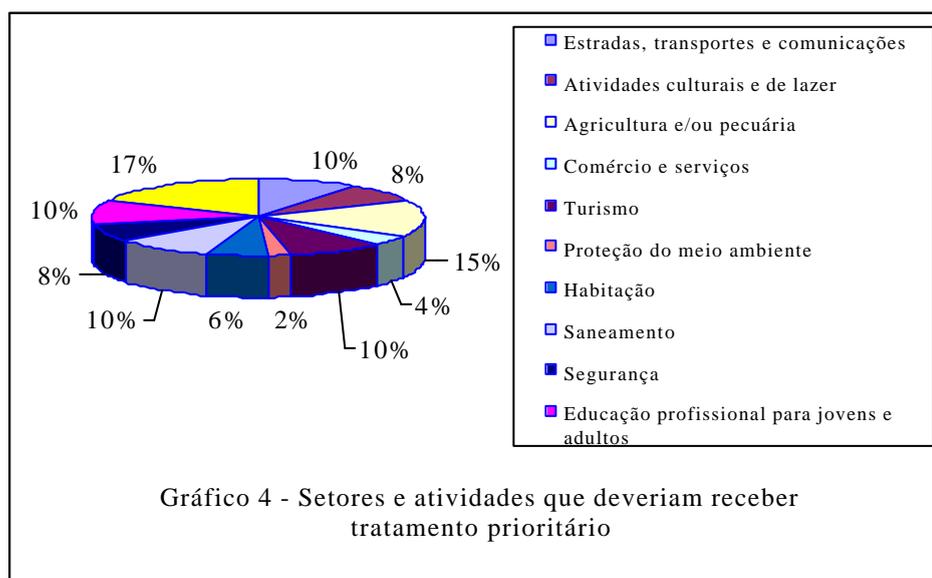
Além disso, 18% são analfabetos e nunca freqüentaram a escola, ressaltando-se neste item que os entrevistados moram na comunidade desde que nasceram e possuem em média mais de 55 anos. 12% possui nível superior completo ou incompleto, sendo que os

moradores que se dispõem a terminar os estudos, preferem os cursos de férias e em sua maioria pedagogia, ao qual a opção por esse tipo de curso facilita a logística e deslocamento para as universidades de Campo Grande.

Hoje, devido ao término das obras para construção do complexo educacional, as limitações para finalizar o ensino dos moradores de Furnas do Dionísio serão um redentor na formação de jovens que acreditam nas potencialidades e virtudes da comunidade em desejar desenvolver-se plenamente.

Cabe citar ainda, as dificuldades enfrentadas pelos moradores em relação ao transporte na região. Há somente um ônibus que faz o trajeto para Campo Grande, com saídas às 07h15 e retorno apenas às 17h00. Se Paga o equivalente a R\$ 7,50 por pessoa. Esses fatores dificultam e limitam que os membros da comunidade possam se deslocar a outros centros para dar continuidade aos seus afazeres e às suas necessidades.

Há muitos setores, além da educação e transporte, que poderiam receber tratamento prioritário e promover maiores esforços comunitários, posto que suscitariam em benefícios à qualidade de vida da comunidade, uma vez que as carências apresentadas causam fragilidades sociais, incontestáveis repercussão externa e interna, no qual a união da comunidade por um único fim poderia conduzir os passos a favor do bem-estar dos próprios membros da comunidade.(Ver Gráfico 4).



Uma questão importante a ser destacada é a falta de funcionamento efetivo do posto de saúde existente. Segundo relatos, o posto funciona uma vez por semana, quando médicos de Jaraguari ou Campo Grande atendem a comunidade. Esse momento é esperado por toda a comunidade, mas muitas vezes não garante as consultas dos moradores que necessitam de algum tratamento médico.

Caso haja alguma enfermidade de maior importância, é preciso fazer contato com o pronto-socorro de Jaraguari, solicitando uma ambulância para o deslocamento ou conta-se com a boa vontade dos moradores que possuem veículo próprio para efetuar a condução até o hospital mais próximo.

Esse fato explica-se, segundo Ana Senna, da Coordenadoria de Políticas Públicas de Combate ao Racismo, pela falta de uma política específica do Ministério da Saúde que atenda comunidades carentes que contem com um número reduzido de famílias.

Conforme assinalou, em 2003, o Governo do Estado de Mato Grosso de Sul firmou um convênio com a Prefeitura Municipal de Jaraguari para que fossem destinadas verbas para suprir as lacunas na área da saúde na comunidade. Por exemplo, previu-se a compra de equipamentos odontológicos, contratação de dois agentes de saúde e aquisição de medicamentos. Todavia, Senna afirma que os benefícios não foram transferidos pela Prefeitura, que repassou somente medicamentos ao posto de saúde local, deixando em aberto a insuficiência para o tratamento eficaz dos moradores da comunidade.

Segundo os próprios moradores, a vida poderia melhorar se fossem gerados empregos na comunidade, por meio da criação de indústrias com produtos da terra; fortalecendo a agricultura, que vem a ser o maior sustento e implementando o turismo, uma vez que acreditam no potencial existente na comunidade para a prática da atividade. Desse modo, a criação de oficinas profissionalizantes para os jovens e adultos faria com que a ociosidade deixasse de ser um fator de reclusão e que buscassem motivações para continuar na comunidade, tendo em vistas as muitas dificuldades encontradas.

Os descendentes de Dionísio falam com orgulho do local onde vivem e afirmam que a comunidade está pronta para a cooperação mútua ao buscar alternativas que propiciem a gestão benéfica de suas ações sócio-econômicas em prol da coletividade.

Uma vez que os membros da comunidade devam se associar uns aos outros, compartilhando normas e valores que possam levar a objetivos comuns de bem estar, deixando interesses individuais e permitindo a inserção de interesses coletivos, é possível, segundo assinala Franco (2002, p.122): “[...] devolver às pessoas a capacidade de sonhar e de correr atrás dos próprios sonhos e fortalecer a sua capacidade de comunidade, quer dizer, de compartilhar os seus sonhos e de cooperar na busca de objetivos comuns [...]”.

Por ser uma comunidade negra remanescente de quilombos que procura investir incessantemente no capital humano local para que não fiquem estagnados no tempo e espaço, as manifestações sócio-culturais e econômicas podem induzir ao desenvolvimento de “dentro para fora”, possibilitando que anseios e expectativas sejam concretizados e conduzidos a melhores condições de vida.

Assim, os elementos culturais, geradores dessa congruência de condições, reproduzem um movimento sinérgico e dinâmico que se reconstrói nas bases das relações sociais existentes. Portanto, o desenvolvimento advindo dessa articulação e adaptação entre agentes e o meio, é eficiente e eficaz se começar por investir no protagonismo da localidade e na satisfação plena de suas necessidades imediatas.

2.2 - CULTURA E MEIO AMBIENTE

A articulação de grupos sociais quilombolas em um território denota uma organização que teve por fundamento agregar-se em territórios de difícil acesso, geralmente vales, serras e furnas próximas a mananciais para fugir do sistema escravagista vigente.

Para tanto, Carril (2003) ressalta ainda, que a trajetória percorrida por tais comunidades, em razão à adaptabilidade ao meio e às formas de apropriação dos espaços (considerados como oportunidades de auto-sustentabilidade) é revista como lugares de preservação de usos, costumes e hábitos que as moldam como uma cultura única e é neste sentido que território e cultura se mesclam, assegurando-lhes a continuidade do grupo.

A relação intrínseca com o meio ambiente também é fator chave para sua constituição, pois as preferências de comunidades quilombolas por ambientes preservados

e longínquos propiciaram o refazer de sua história e de sua cultura, mantendo um relacionamento auto-sustentável como o meio em que estão inseridos.

Sob este enfoque Tuan (1980, p.68) descreve que: “os conceitos de cultura e meio ambiente se superpõem do mesmo modo que os conceitos homem e natureza”, e desta correlação surge a topofilia, considerada como vínculo entre meio ambiente e cultura, ao qual o primeiro é caracterizado como um veículo de acontecimentos da emoção humana, percebida e compartilhada através de símbolos e valores de determinados grupos.

Em constatação a realidade de Furnas do Dionísio, pode-se avaliar que eles mantêm uma relação harmoniosa com a fauna e flora local, pois os moradores sabem e têm consciência de preservação por obter da natureza o próprio sustento e salvaguardar o seu ambiente significa expandi-lo à gerações futuras, tendo em vista que não comprometer a satisfação das necessidades futuras é possibilitar a realização de atividades sustentáveis. (Ver Figura 5).

Figura 5 - Produção familiar: mandioca



Foto de: FRAGA, Alex. Novembro, 2003.

Entretanto, a relação que mantêm com a conservação e manejo de suas áreas naturais ainda se apresenta superficial e frágil dado às circunstâncias e falta de adaptabilidade em lidar com as dificuldades que enfrentam em relação a condicionantes de

efeitos naturais ou antrópicos. (Ver Figura 6). Mesmo assim, 26% das respostas consideraram que não há consciência de preservação, nem pelos mais jovens ou moradores mais antigos. Todavia acreditam que a educação e o ensino podem propiciar um melhor esclarecimento em relação a conservação e manejo adequado do ambiente, de modo a reativar a sustentabilidade local. (Ver Gráfico 5).

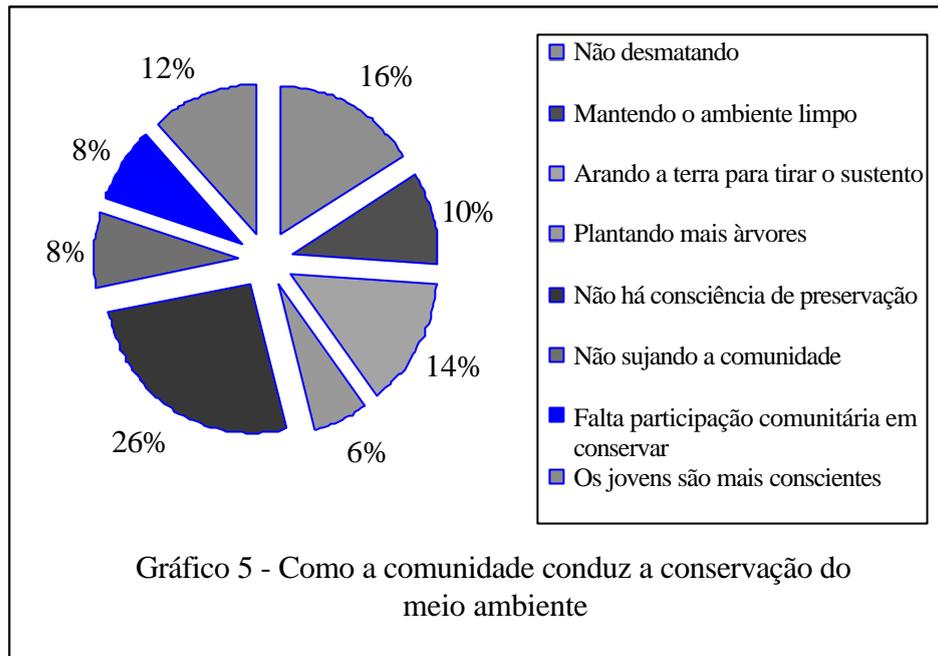
Figura 6 - Relação com a preservação do ambiente



Foto de: FRAGA, Alex. Novembro, 2003.

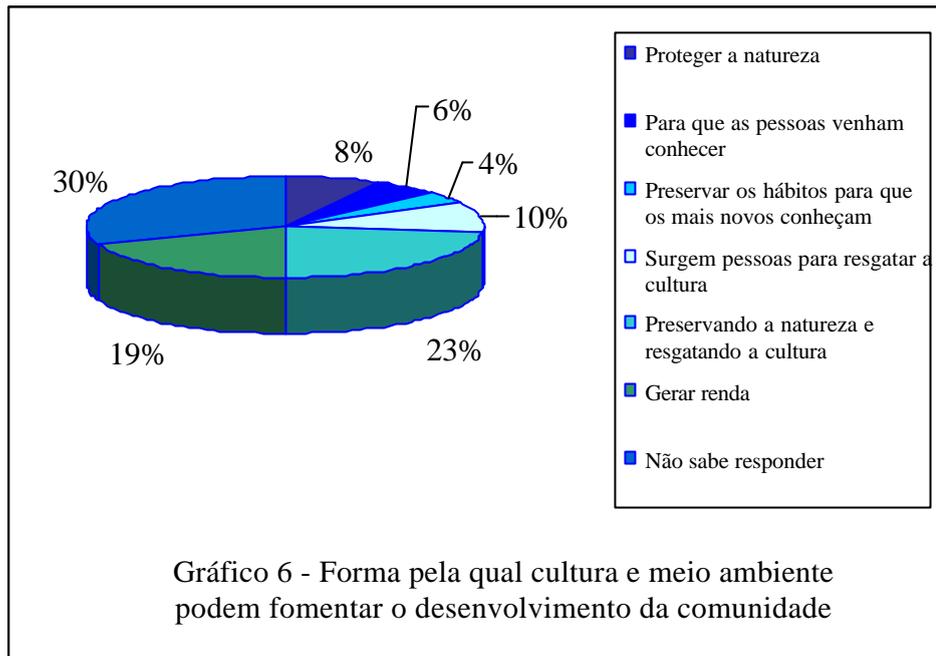
Ressalta-se nesse contexto a questão do lixo, quando inexistente na comunidade um local específico para o seu despejo, o que ocorre naturalmente é que alguns materiais e detritos servem de composição orgânica para a adubação da lavoura ou apenas são enterrados sem serventia.

O meio ambiente e a cultura, ao estarem preservados, são itens importantes para fomentar o desenvolvimento de uma região. De fato, a comunidade apresenta uma paisagem belíssima, um solo fértil para práticas agrícolas e um leque de manifestações culturais, posto que a intrínseca relação apresenta-se visivelmente no modo como a comunidade comanda suas práticas de subsistência e sobrevivência.



Quando questionados sobre o fato da cultura e meio ambiente serem fatores de fomento ao desenvolvimento da comunidade, as respostas apresentaram-se nos mais diferentes embasamentos. Nesse sentido, evidenciou-se que a preservação da natureza e o resgate da cultura local podem iniciar práticas de visitação e conseqüentemente gerar renda, bem como pode ser possível que ao preservar seus hábitos e tradições junto ao ambiente físico é capaz de reproduzir manifestações para que os membros mais jovens se interessem e perpetuem o dinamismo cultural presente. (Ver Gráfico 6).

É importante ressaltar que a questão da sustentabilidade remete à essas sociedades tradicionais aos modelos de produção social formado, no qual a subsistência surge como a principal atividade autônoma ou familiar, a medida que a sustentabilidade está associada ao baixo índice de forças produtivas face a conservação dos recursos naturais disponíveis no meio sócio-cultural.



A diversidade de plantas existentes propicia aos moradores a utilização da própria farmacologia local, de modo que o conhecimento tácito e a utilização de plantas permaneçam como práticas de tratamento que predominam em muitas comunidades tradicionais, como é o caso de Furnas do Dionísio.

O que não impede, como demonstrado anteriormente, que o setor da saúde seja uma questão secundária frente às reais necessidades concentradas na área. Pelo contrário, a falta de um atendimento eficaz faz com que os moradores se vejam, de certa forma, obrigados a utilizar plantas e ervas locais para que as doenças que podem ser tratadas em casa possam atenuar a precária atuação ao atendimento imediato dos moradores.

As enfermidades que surgem são tratadas com rezas, benzimentos, algumas ervas da região e as orações realizadas também são utilizadas como forma de cura e proteção das pessoas; quando se pode considerar que tais práticas culturais em simbiose com a variedade de plantas encontradas, permanecem como forma de preservação cultural. (Ver Quadro 1). Em casos mais graves, os moradores procuram um posto de saúde em Jaraguari ou um hospital em Campo Grande, como mencionado anteriormente; embora isto não signifique que os medicamentos alopáticos não sejam incorporados na rotina dos moradores. Entre as plantas utilizadas como remédios, os moradores apontaram várias raízes as quais são preparadas em forma de chá e infusão, a saber:

Quadro 1 – Plantas medicinais

Planta	Utilidade
Cancorosa	Dores estomacais
Hortelã	Vermes
Boldo	Dores estomacais e fígado
Babatimão	Cicatrizante
Babosa	Para queda de cabelo
Rubinho	Regular pressão
Marmelinho	Anemia e reumatismo
Folha de mamão macho	Gordura no sangue
Folha de maracujá	Nervos
Jurebeba	Fígado
Folha de laranja	Nervos (calmante)
Marra pinto	Desintéria
Capim cidreira	Dor de cabeça
Cidreira de folha	Gastrite
Caferana	Fígado
Poejo	Dores estomacais
Quebra pedra	Rim
Milhomem	Dores estomacais

Diante dessa relação, Diegues (2001) afirma que o homem é parte integrante da natureza, considerando-se um processo de mutação no qual o ser humano se aceita como fonte complementar no relacionamento com o meio em que está inserido. Assim, o autor verifica que “na concepção mítica das sociedades primitivas e tradicionais existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico”. (*Op. cit.*, p.61).

De acordo com a explicação do autor, a correlação existente mostra-se como fator que perfaz a continuidade de ações que oferecem manutenção ao bem-estar comunitário, uma vez que surge como alternativa às práticas tradicionais de prevenção e regulamentação da saúde, como é o caso da utilização das ervas medicinais. Isso quer dizer, que as manifestações culturais e a forma de organização quanto a medicina alternativa

apresentam caráter singular frente às interpretações que a comunidade dispõe de seus recursos naturais.

A questão que referencia meio ambiente e cultura necessita de uma análise em que considere uma abordagem sustentável dos recursos naturais e culturais. Nessa perspectiva, Cuéllar (1997) argumenta que tal relação deve ser fomentada no conhecimento tácito e tradicional das comunidades autóctones para atuar na prática de gestão dos próprios bens, no manejo e sustentabilidade de atividades agregadas ao meio ambiente, que paulatinamente devem aliar-se às culturas tradicionais como vetores do próprio desenvolvimento.

Ainda, Cuéllar (1997, p. 281) considera que “as comunidades locais que dependem desses recursos parecem os melhores agentes de proteção e valorização da biodiversidade [...]. Se munidas de recursos, de poder e de responsabilidade em nível adequado, as próprias populações serão capazes de fazê-lo”.

Visto sob esse enfoque, para a cultura, a natureza é interpretada como paisagem e cabe a população local promover sua preservação para que conseqüentemente sua identidade seja reforçada e a coesão social seja mantida.

O manejo adequado das atividades agrícolas permite que a comunidade mantenha a integridade física, posto que a sustentabilidade esteja fortemente relacionada às práticas de adequação da terra para o sustento local. Ou seja, o processo de depauperamento do solo e o comprometimento da fauna e flora local são fatores determinantes para perpetuar e garantir o exercício agrícola de maneira sustentável.

Mediante a perspectiva sustentável dos recursos naturais, que pode estar atrelado às atividades agrícolas, há de se esmerar o significado deste desenvolvimento pautado na sustentabilidade, conforme aponta Suárez (2004, p.22) ao salientar que:

El término “desarrollo sostenible” ha sido acuñado como paloma mensajera promoviendo hacia los cuatro puntos cardinales el mensaje de la necesidad de un tipo de desarrollo que aporte mejoras reales en la calidad de vida humana y al mismo tiempo conserve la vitalidad y diversidad de la Tierra. Se demanda un desarrollo cuyo eje sean las personas y se centre en el mejoramiento de la condición humana y al mismo tiempo este basada en la conservación y mantenga la variedad y productividad de la naturaleza.

De acordo com a afirmação acima, uma comunidade sustentável deve carregar em si a capacidade de respeitar a diversidade ao qual faz parte, impulsionando a integração de elementos que possam contribuir para o desenvolvimento local sustentável e melhorando a qualidade de vida para que seja um fator delimitador de atividades que elevem o dinamismo frente aos interesses locais.

A proposta lançada pela Agenda 21 e adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92, remete a uma abordagem integrada do uso sustentável o solo, uma vez que promova a participação local na tomada de decisões quanto à gestão de seus recursos. Por outro lado, permite focalizar as questões ambientais, sociais, econômicas e culturais frente a dispositivos que mensurem o compartilhamento de atividades que não agridam os recursos naturais locais, capazes de melhorar a produtividade agrícola e desenvolvendo técnicas de manejo e rotatividade de culturas para diversificar a oferta da sustentabilidade rural.

Embora seja uma comunidade que sobreviva de atividades puramente agrícolas e onde as ações desencadeadas por suas práticas de sobrevivência perfaçam a sustentabilidade sócio-cultural e ambiental como forma de manutenção e integração enquanto grupo, Furnas do Dionísio pode elencar outras atividades em sua área rural.

Sob este aspecto Prezotto (2001), *apud* Oliveira *et alii* (2004, p. 37) observa que em diversos países, o meio rural “vem se caracterizando como um espaço de pluriatividades e não mais apenas de produção agrícola, ou seja, de atividades muitas delas tipicamente urbanas, ligadas ao turismo e ao lazer, a prestação de serviços e principalmente a agroindustrialização de pequeno porte”.

Isso resulta, portanto, na estratégia de adoção e inovação de famílias agrícolas em diversificar sua fonte de renda, estabelecendo critérios deliberativos ao fomento heterogêneo de atividades que possam contribuir para a estabilidade econômica, cultural e sócio-ambiental.

Nessa perspectiva, o caráter sistêmico que considere o reconhecimento do saber local como iniciativa para o fortalecimento da região, surge como prerrogativa para ações que desencadeiem um processo de articulação que deva investir no protagonismo local,

posto que a conservação das condições físicas, ambientais e culturais deve ser valorizada como recurso finito a sua manutenção.

Ao que tange a disponibilidade de recursos naturais, Furnas do Dionísio apresenta matas, rios, cachoeiras e córregos que atendem às práticas de lazer exercidas pelos moradores, que dispõe de poucos recursos como fomento a atividades que despertem prazer aos membros da comunidade.

A cachoeira do Salto, a maior da região e considerada objeto de orgulho comunitário, também preconiza à atividades que auferam distração aos moradores. Pouco conhecida por visitantes, por se encontrar em propriedade privada, o acesso só é permitido quando um dos moradores se fizer presente, pois para conhecê-la é necessário percorrer uma trilha em mata nativa por aproximadamente 2 km até chegar ao destino final.

Os poucos turistas que conhecem o local, não pedem se quer permissão para adentrar e conviver com os moradores, o que muitas vezes acaba por desestruturar o ambiente físico e social, como descreveram os moradores ao analisar que os visitantes não seguem nenhum cronograma de visitação ou sequer pedem autorização para desfrutar da natureza, da cachoeira, que tanto buscam mantê-la preservada e livre de degradação e ações impactantes.

Verifica-se que o respeito pela natureza é uma preocupação constante dos Dionísios; que, além de retirarem dela a sustentabilidade das famílias, também atende as expectativas de lazer na comunidade. Por tais motivos, os moradores não se abstêm em isolar visitantes que agridam o meio em que vivem e estão inseridos. Para tanto, acreditam que deveria existir uma união entre os moradores, de forma a coibir atitudes que desvalorizem e acometam a integridade de seus membros.

Um fator que deve ser analisado e desencadeado como prioritário, refere-se à educação que direcione a questão ambiental como primazia à ampliação ao conhecimento dos moradores em face da conservação do ambiente.

De fato, os moradores apontaram que os jovens estão mais conscientes acerca da conservação. Portanto, as escolas locais, além de se preocuparem com a questão de valorização cultural, deveriam habilitar os alunos, bem como a comunidade, a conhecer e compreender a dinâmica do ambiente em que se inserem para alcançar maior respeito aos

recursos naturais, esclarecendo sua importância diante à conservação e manejo adequado de seus recursos para que as ações desencadeadas na comunidade não comprometam a qualidade do ambiente para futuras gerações.

Paralelamente à educação que eleja como funcional a demanda pela sustentabilidade cultural e ambiental, é importante ressaltar que Furnas do Dionísio está buscando mecanismos que direcione o desenvolvimento sustentável local como vicissitude de sustentação e manutenção ao seu território. Isto é, os membros da comunidade estão procurando direcionar sua relação com o meio como forma de eclosão de suas habilidades e capacidades de gestão para promover uma qualidade de vida satisfatória, em que as condições naturais e culturais são peças chaves para o próprio desenvolvimento da região.

2.3 - CULTURA E MEIO SOCIAL

As comunidades negras podem ser denominadas celeiros culturais que, em sua maioria, habitam espaços ecológicos preservados e no qual a busca pelo reconhecimento identitário e por sua afirmação sócio-cultural e econômica repercutiu gradativamente na questão de ocupação destes territórios, denominados “terras de negros”.

A relação equilibrada com o ambiente natural, no qual o território é a concepção que se aplica ao vínculo ser humano/natureza nas terras quilombolas e a representatividade étnica, fez com que as esferas públicas do poder as reconhecessem mais do que um simples território histórico, compreendendo-nas como comunidades singulares e portadoras de um patrimônio que auxiliou na construção do país.

Diante deste fato, é importante salientar que Furnas do Dionísio é uma comunidade que se auto-identifica em discernimento de pertencimento ao território a qual está inserida, não por ser uma comunidade que carregue traços biológicos e compartilham características físicas comuns, como a cor da pele, mas sim por agregar a mesma cultura como forma de descrição de suas singularidades correspondendo a uma identificação entre seus atores sociais e organizando interação entre os membros da comunidade.

Sob esse aspecto, Poutignat e Fenart (1998) apontam que a caracterização tomando-se como grupo étnico, aos quais compartilham valores, coesão, integração e

identificando-se mutuamente, conserva sua identidade ao interagir com grupos sociais distintos.

Isso implica em critérios para determinar a pertença e meio para torná-las presentes, promulgando em critérios deliberativos de sua auto-identificação na qualidade de categoria social que apresenta um “caldo cultural” singular, uma vez que “os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas” (POUTIGNAT e FENART, 1998, p. 189).

Amorim (1998) assegura que as comunidades remanescentes de quilombos desenvolveram ao longo de sua formação, uma identidade que se define pelas experiências vivida e compartilhada em relação às suas trajetórias históricas, possibilitando a continuidade do grupo. Afirma-se, portanto, que a identidade étnica apresenta como referencial o território enquanto fator determinante desta etnia, sendo esta um articulador de sua existência e de sua memória coletiva perante uma sociedade.

Cabe salientar, que tal material é processado por categorias sociais diferentes que se organizam em função de suas tendências sociais e projeções culturais, bem como na concepção do espaço e tempo no qual se inserem. Para Munanga (1994, p. 177-78), esta questão é explicada como:

[...] uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc.

Nesse sentido, ressalta-se a interpretação realizada por Arocena (2001, p.37), ao destacar que: “las referencias identitarias fuertes, aquellas que actuán sobre el potencial socioeconómico aumentando su capacidad de respuesta, se encuentran en un territorio bien preciso, cuyos límites son conocidos y reconocidos por los miembros del grupo [...]”.

A identidade étnica deve ser resultado do sentimento de pertença ao território, acompanhado de inúmeras formas de intercomunicação entre as etnias para que ocorra uma significação de sistemas organizados; ou seja, buscam-se a reforçar estes laços para que os fatores histórico-culturais sejam fortalecidos e respeitados por toda sociedade, uma vez que

a alteridade destes grupos quilombolas constituiu-se a partir de processos históricos que compuseram o Brasil.

Conforme sublinham Cunha (1986), Poutignat e Fenart (1998), a etnicidade pode ser melhor compreendida sob o enfoque político organizacional, no qual considera os modelos culturais algo constantemente reelaborado, invocando origens, tradições e cultura comuns ao grupo, ou seja, as manifestações culturais tornam-se um produto do grupo étnico e não o caminho inverso.

Nas práticas sociais apresentadas pelos indivíduos, surgem características de generosidade e tenacidade do qual a cultura não deve ser apenas considerada um objeto imposto e sim, uma dinâmica compartilhada. Nessa perspectiva, Certeau (2001, p.100) declara que:

Seria legítimo definir o poder do saber por essa capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis. Mas é mais exato reconhecer nessas “estratégias” um tipo de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio.

De acordo com o autor, as práticas configuradas no lugar próprio, articulam uma maximização de bens materiais e simbólicos que constituem o patrimônio (tangível e intangível), que, ao proliferarem com êxito, fundamentam a alma do lugar e reproduzem um conhecimento que não pode ser analisado separadamente do tempo e de sua singularidade. Em outras palavras, as condições de adaptação ao meio em comunhão com as energias endógenas e condições exógenas, criam sistemas de adaptação cultural e formam um ambiente ideal para o desenvolvimento da vida humana.

Buscando um paralelo com Furnas do Dionísio, o compartilhamento cultural implica em uma marca primária de identificação no qual vem afirmando e legitimando sua identidade por meio de símbolos e manifestações culturais como forma de preservação de hábitos e tradições.

O aspecto cultural pode ser contemplado como uma questão de herança coletiva que os membros carregam em razão de pertencerem a um mesmo grupo étnico e social, no qual apresentam-se com uma identidade cultural e social que também é representada, conforme análise levantada, centrada na cor negra.

Assim, recorrendo-se novamente a Poutignat e Fenart (1998), se pode considerar que no momento em que o grupo procura conservar suas particularidades, esse fato implica verdadeiramente em um meio de manifestação do sentimento de pertença ao grupo e ao local, o que é aplicável em Furnas do Dionísio.

Deve-se considerar, portanto, que as práticas culturais exercidas pelos Dionísios permanecem como uma forma de preservação do patrimônio cultural e independente de ser uma comunidade que apresente fragilidade em seu contexto sócio-cultural e histórico, as práticas cotidianas e o conhecimento transmitido de geração em geração continuam perpetuando sua identidade e coesão enquanto grupo. As relações familiares e de amizade são perceptíveis a medida que os moradores tem de enfrentar certas dificuldades, o que se observa na afirmação de Castells (1999, p.84) ao avaliar que:

[...] as comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem em fontes específicas de identidades. Essas identidades no entanto, constituem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações incontroláveis e em ritmo acelerado.

O que se deve considerar é o fato de que a família é o sustentáculo dos Dionísios em sincronia com a questão religiosa e educacional, ao qual expressam grande valor na tomada de decisões comunitárias, salientado que a deliberação de cada ação impetrada na comunidade é de decisão conjunta, deixando de lado o individualismo a fim de alcançar um objetivo comum (Ver Quadro 2). Portanto, a estrutura cultural e religiosa enquadra-se na construção da cidadania e converge na busca igualitária por seus direitos.

Quadro 2 – Frequência às práticas sócio-culturais

Frequência (nº de pessoas)	Sempre	De vez em quando	Nunca
Atividades			
Reúne-se com amigos em casa	38	8	4
Reúne-se com membros da mesma igreja ou religião	34	12	4
Passa tempo com amigos em jogos ou atividades esportivas	23	14	13
Participa de reuniões comunitárias	23	10	17
Freqüenta as festas da comunidade	31	12	7

Quanto à questão da educação, avalia-se que esta pode ampliar os horizontes intelectuais do indivíduo, proporcionando um melhor conhecimento do mundo que o rodeia ao estar em comunhão com o universo cultural, criando possibilidades de satisfação para alcançar seus objetivos. Assim, segundo define Claxton (1994, p.31):

Si la cultura es la llave que abre las puertas del potencial creador de una comunidad o de una sociedad, la educación es la herramienta que puede configurar y guiar el desarrollo de ese potencial, y al mismo tiempo encaminarlo en direcciones que corresponden a las aspiraciones de la comunidad.

Cabe ressaltar, que os momentos de festas e devoções estão centrados na união comunitária, quando os membros da comunidade se concentram no salão paroquial da igreja, no salão da escola (Zumbi dos Palmares), no centro comunitário ou na associação local para comemorar as festividades e manter a boa convivência que mantêm a harmonia e a integridade comunitária como forma de manifestação e preservação de seus hábitos e costumes.

A religiosidade tem grande influência nos hábitos da comunidade. Embora seus membros tenham advindo de um segmento cultural afro, os Dionísios não uniram as religiões presentes ao culto dos orixás, fragmentando definitivamente, determinantes culturais ou sociais pré-estabelecidos no campo religioso.

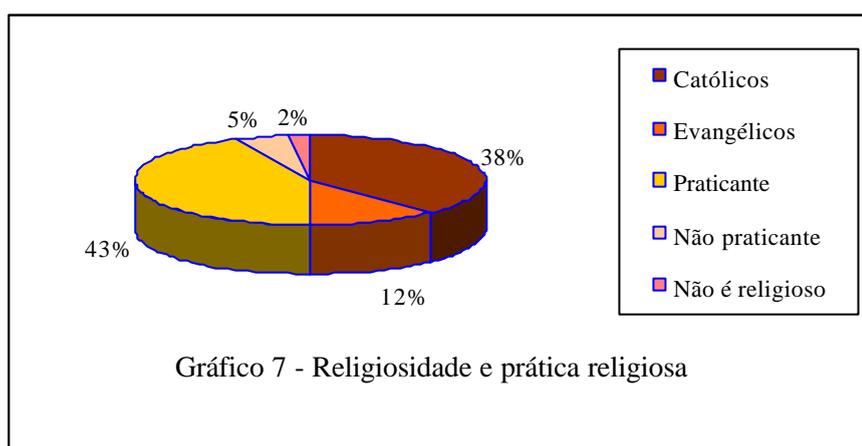
Mesmo quando questionados sobre a existência de religiões afro-brasileiras na comunidade, como o candomblé ou a umbanda, os moradores se abstiveram em responder, comentando apenas que são cultos que vêm de fora e que a comunidade procura não participar por ter sua doutrina regida em outras condições religiosas, salientando que não é por apresentarem-se como uma comunidade negra que devem seguir a questão religiosa de seus antepassados ou de outros negros que se desenvolveram em outros territórios.

Segundo moradores, a maioria de seus membros é católica praticante, cuja dedicação chegou ainda com o fundador. Há cerca de quatro anos, grupos evangélicos passaram a fazer parte da comunidade e fundaram a Igreja Evangélica. (Ver Figura 7). Porém, existe um respeito mútuo entre os habitantes locais, quando cada qual exerce a crença em seu Deus pessoal, sem que ocorram rivalidades. (Ver Gráfico 7).

Figura 7 - Igreja Evangélica Ministério de Perus



Foto de: FRAGA, Alex. Novembro, 2003.



Porém, os moradores são unânimes em relatar que as diferenças que mais separam os habitantes encontra-se no quadro religioso, momento em que a integração torna-se dificultada pelas pilastras religiosas, mas isto não significa que a conjunção de seus ideais não possa estar próxima ao procurar por alternativas de sustentação econômica e social em benefício da própria comunidade.

Devotos de Santo Antônio, a ele foi dedicada a construção de uma Igreja por volta de 1940, ocasião em que um dos filhos de Dionísio, Abadio Martins, fez votos pedindo chuva para a região e por ter sua promessa atendida, ergueu a capela e passou a sediar uma missa por ano.

Pelas histórias de fé e realizações devido a crença neste santo, no mês de junho o padroeiro é lembrado em rezas, terços e novenas; momento em que ocorre uma festa com duração de uma semana com apresentações artísticas, jogos e campeonatos, leilão, manifestações culturais, celebração da missa em ritmo afro e principalmente, encerram-se as atividades com a queima da fogueira.

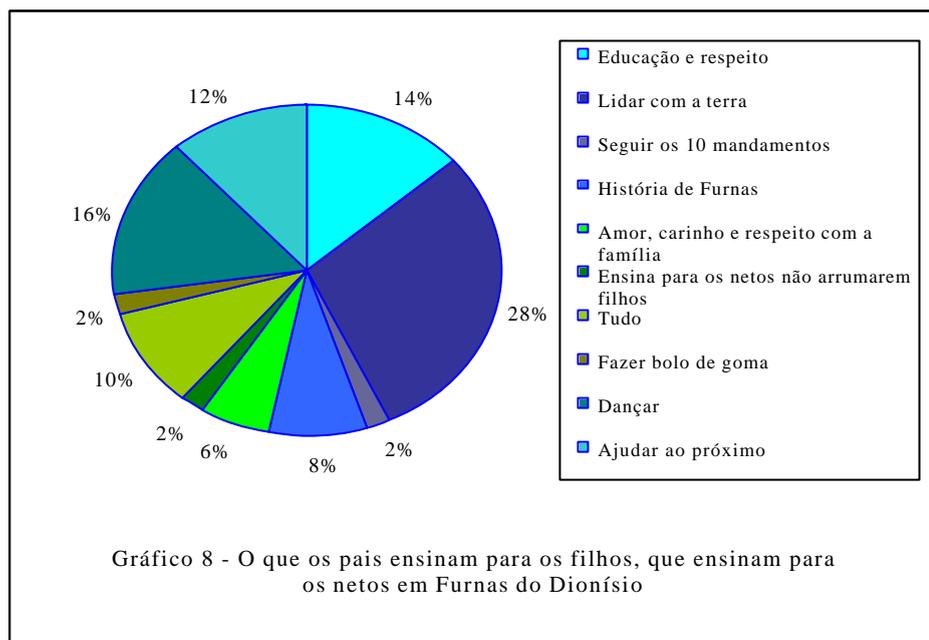
Além da festa em devoção à Santo Antônio, o que tem atraído nos últimos anos um número considerável de visitantes, os Dionísios fazem de danças como o catira e o engenho novo uma espécie de manifestação cultural que tentam preservar de influências externas de que recebem.

Embora estas danças sejam uma tradição transmitida de geração para geração, os moradores mais jovens da comunidade estão se alienando e procurando adequar-se às expressões rítmicas mais contemporâneas, pois as consideram “*muito antiga para serem aprendidas*”. Salienta-se, todavia, que os membros da comunidade estão despertando paulatinamente para a valorização de hábitos e costumes culturais por intermédio de ações e esforços conjuntos de moradores mais ativos que procuram resgatar e reconhecer o apreço pelos recursos culturais e endógenos locais.

Mesmo assim, por serem considerados grandes catireiros, freqüentemente são convidados para apresentar-se em festas de outros municípios, e o que poderia prover mais uma alternativa de rentabilidade para a comunidade é encarada pelos espectadores como uma simples amostra de sua cultura. Ao serem questionados sobre um retorno lucrativo das apresentações que realizam, os moradores responderam em senso comum que: “*ganhamos assim, o apoio do público que aplaude ali, ao contrário financeiro nada recebemos*”.

A Festa da Primavera, comemorada em 22 de setembro, vem celebrar a entrada da prosperidade na região, reunindo todos os moradores da comunidade na Escola Zumbi dos Palmares. Nos períodos matutino e vespertino, são realizadas atividades culturais, como gincanas, jogos e brincadeiras. Ao anoitecer, há uma união de sabedorias, quando os mais antigos realizam danças típicas e contam histórias de seus ancestrais e a presença dos mais jovens propicia um toque harmônico à festividade, encerrando a noite com muita cantoria e animação.

As histórias contadas pelos moradores mais antigos trazem consigo uma experiência de vida, no qual nenhum fato se perde no tempo e sim aproxima e une a comunidade por meio de sua herança cultural. Ao serem interrogados sobre esta herança cultural que é manifestada a cada geração, as respostas foram quase que universais, mas o fato que evocou maior atenção diz respeito aos hábitos rurais que perpetuam a vida campesina dos Dionísios. (Ver Gráfico 8).



Nossa Senhora Aparecida também é homenageada pelos Dionísios no dia 12 de outubro, data em que igualmente festeja-se o dia da criança. Para a comemoração de Nossa Senhora, há a realização de uma procissão pela comunidade e a reza do terço, quando os moradores se concentram na residência de Lurdete Santos Silva, que ergueu uma pequena capela em seu terreno em homenagem e devoção à santa. (Ver Figura 8). A festividade termina com o almoço, servido aos que participaram da atividade e logo após é oferecido doces e bolos às crianças que aguardam ansiosamente no local.

Figura 8 - Ato de fé: religiosidade presente na vida de Lurdete S. Silva



Foto de: FRAGA, Alex. Novembro, 2003.

O dia 20 de novembro, considerado data para celebrar a consciência negra, reúne os moradores de Furnas do Dionísio a lideranças políticas e entidades ligadas a questão do negro, para discutir e avaliar as possibilidades de inserção do negro frente às dificuldades encontradas quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico e cultural. Esse espaço que se abre em busca de oportunidades serve para refletir e debater os percalços embutidos e as problemáticas reais enfrentadas pela comunidade.

Percebe-se que as comemorações locais apresentam principalmente caráter religioso, aportando-se, portanto, às manifestações culturais de cunho tradicional que eleva as tradições percorridas por cada geração em volta da fixação de parâmetros que conjuguem a memória local. Isto é, a união e a integração da comunidade em torno de suas manifestações culturais e históricas propicia a seus membros o refazer e o recriar das práticas cotidianas.

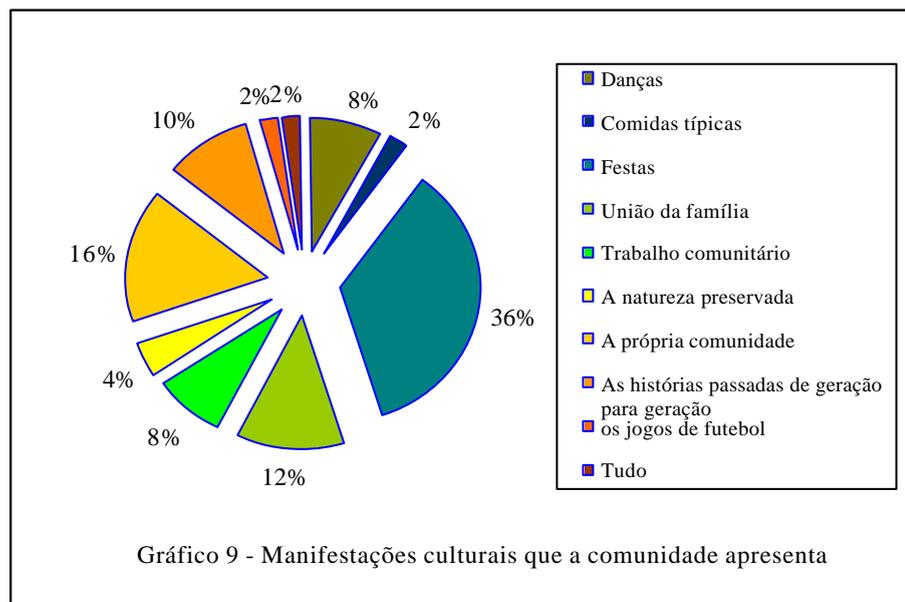
Diante dessa afirmação, Certeau (2001) sugere que a história narrada, ressaltando a vivência passada a cada geração, oferece aos membros de uma comunidade uma tática de projeção para o futuro, tendo em vista que tais espaços armam-se contra uma realidade de relações pré-estabelecidas, elencando na memória coletiva o ensejo de perpetuar a própria história local.

[...] a memória continua escondida (não tem lugar que se possa precisar), até o instante em que se revela, no momento oportuno, de maneira ainda temporal, embora contrária ao ato de se refugiar na duração. O resplendor dessa memória brilha na ocasião. (CERTEAU, 2001, p. 158).

Embora os festejos, em sua maioria apresentem caráter religioso, a realização de outras comemorações incide de forma contumaz. Isto significa que as celebrações assumem singularidades triviais, o que não se deve considerar como atividades distintas da qual manifestam-se as comemorações vivenciadas por outros grupos sociais.

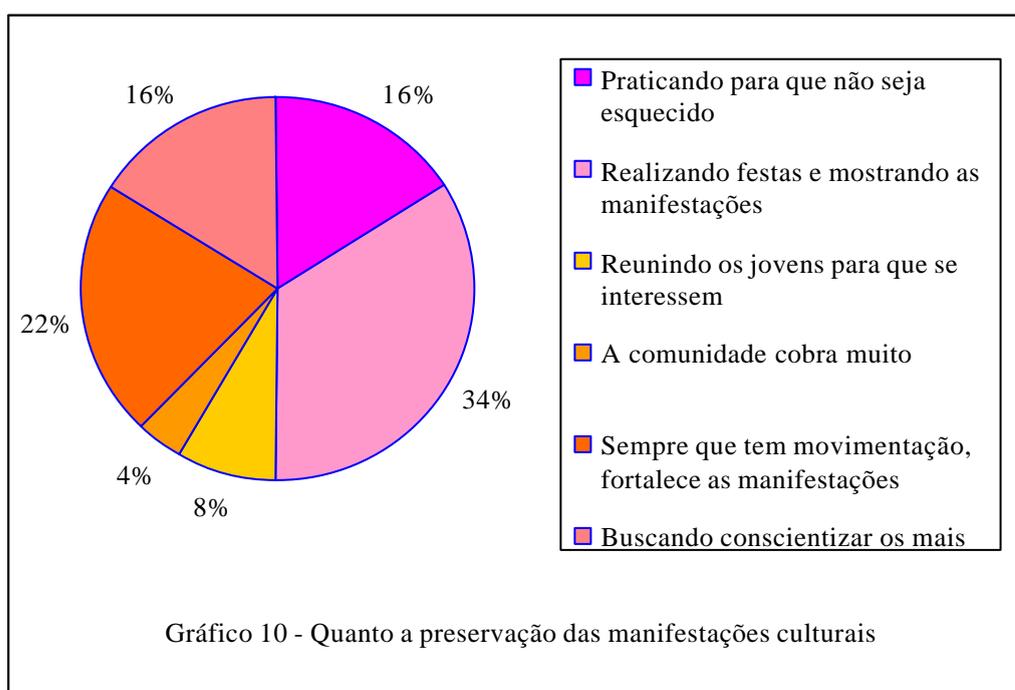
A concretização destes momentos acontece de maneira que os membros da comunidade se unem para celebrar acontecimentos que consideram importantes para os valores comunitários e a operacionalização destas manifestações ocorrem em torno da confraternização sócio-comunitária. Por serem muitos festivos, geralmente estes eventos permitem a integração comunitária com o objetivo de lapidar e manter a aliança harmoniosa que conduz as atividades comemorativas na comunidade.

Além das práticas de cunho religioso, os moradores de Furnas do Dionísio elencaram outras manifestações consideradas por eles como atividades culturais e aos quais despedem grande valor ao apreciá-las como riquezas culturais exercidas em seu meio. (Ver Gráfico 9).



Perante esse fato, foram citadas as seguintes amostras culturais: (1) danças: o catira e engenho novo, realizadas em momentos de festas; (2) produtos artesanais: doces em compota fabricados pelo Clube de Mães (doces de caju, mamão, goiaba, guavira, etc), rapadura, melado, farinha de mandioca, confecção de peneiras, bacheiros, tapetes; (3) comidas típicas: arroz com gariroba ou com galinha caipira, frango caipira com gariroba ou com mandioca, carreteiro, bolo de goma de mandioca, quibebe de mandioca (carne com purê de mandioca); (4) práticas de lazer: competições esportivas, principalmente o campeonato de futebol com times de outras regiões. Após os jogos, geralmente inicia-se a comemoração dos vencedores, momento em que não há rivalidades e sim muita diversão, reunindo pessoas de Rochedinho e da Comunidade Tia Eva. O ponto de encontro para essas ocasiões é a residência de Dona Ceci, uma senhora muito sorridente e alegre que recebe os visitantes de braços abertos. Aliás, é em sua casa que se encontram os troféus e medalhas, símbolos de vitória do time de Furnas dos Dionísios.

Ao serem indagados quanto à preservação da própria cultura (Ver Gráfico 10), o que se observou é que os Dionísios ainda tentam resguardar suas manifestações e valorizam demasiadamente suas raízes, seus hábitos e seus costumes, independente da massificação e das influências externas da mídia sobrepondo-se ao modelo de alienação e ao processo de transculturação de seus jovens membros comunitários.



O que se pode notar, é que a musicalidade em Furnas do Dionísio é outro fator que demonstra perspectivas culturais aos quais moradores se expressam, induzindo a padronização de cunho global em interface aos estilos musicais locais. Neste parâmetro de análise, cabe salientar que as rádios mais ouvidas são aquelas que propiciam as práticas sociais de intercomunicação, mencionando e discutindo a vida campeira que se intercala com práticas de orações. Quando questionados sobre este tipo de entretenimento, as rádios mais difundidas foram Rádio Cultura AM/FM e Educação Rural, aos quais muitos moradores se correspondem para mandar recados para amigos ou parentes distantes.

Observa-se ainda, que a questão religiosa perpetua-se na incorporação da vida diária dos membros mais antigos, contrapondo-se às preferências por estilos mais contemporâneos, como sertanejo, pagode ou *dance music* que os mais jovens apreciam. Quanto a mídia televisiva, a busca por notícias globais continua sendo a maior alternativa de comunicação com o mundo exterior, momento de aporte ao conhecimento e as novidades que impetram na vida cotidiana.

Ressalta-se que a importância deste veículo de comunicação na rotina dos moradores não é o mais comumente destacado, haja vista que este tipo de comunicação pode interferir negativamente nos valores locais e tradicionais que são usualmente alavancados pelos moradores mais antigos. De fato, os membros mais velhos da comunidade se questionam até que ponto há interferência da mídia no processo de mudança cultural.

Acreditam que os mecanismos de comunicação muitas vezes acabam por deturpar os valores dos mais jovens, por estes serem mais sucessíveis de influência, possibilitando a incorporação de novos preceitos e fazendo com que se iludam em buscar oportunidades em centros urbanos próximos, contrapondo-se as dificuldades que se fazem presentes na vida rural.

Doravante, o legado histórico-cultural herdado pela comunidade é de grande valia para que ela mesma desperte e reflita sobre o seu potencial endógeno de desenvolvimento, tendo em vista que o território em que se concentra pode ser considerado depositário de tradições, histórias e um rico patrimônio identitário que promulgue a cultura como um fator importante, se não, peça fundamental para o desenvolvimento local.

Frente a esse propósito, Furnas do Dionísio dispõe de um grau significativo quanto à preservação e resgate de sua cultura, haja vista que salvaguardar e manter a manutenção de seus recursos culturais pode promover a identidade local, ao valorizar a originalidade de suas manifestações e o saber-fazer tradicional, simbolizando a cultura local e transcendendo aos valores sócio-culturais que possam despertar interesse àqueles que se dispõem a conhecer e apreciar respeitosamente a importância histórica, cultural e social de uma comunidade que vem lançando-se ao seu desenvolvimento, enquanto força humana que almeja por melhores oportunidades de vida e igualdades de direitos.

CAPÍTULO III

CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM FURNAS DO DIONÍSIO

A questão cultural é de suma importância para projetar atividades que possibilitem o processo de desenvolvimento em determinada comunidade. Diante desse fato, esse capítulo tem por intuito apresentar as possibilidades de inserção do território quilombola frente à perspectiva de desenvolvimento local, no qual a prática do turismo poderia contribuir para o desenvolvimento territorial de Furnas do Dionísio.

3.1 - TERRITORIALIDADE E SENTIMENTO DE PERTENÇA

A análise subjetiva do território caracteriza-se por uma questão que o reconheça como um espaço contíguo onde afloram as emoções e perpetuam a história vivida em um local. Portanto, é necessário condicioná-lo a referenciais que busquem despertar uma interpretação que o contemple como um litígio histórico, que atribua um sentimento de pertença ao grupo e ao espaço.

Santos (1999, p.51) considera que “[...] a configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais”.

Sob esse aspecto, Santos e Silveira (2001) consideram que o território se afigura como um espaço indissociável das relações entre pessoas e pessoas, pessoas e ambiente vivido, no qual uma procura por sua explicação deve-se considerar a interdependência entre natureza e ação humana, uma vez que revela ações passadas e presentes, configurando-lhe um sentido de pré-existência. Os renomados autores, em sua obra *O Brasil-território e sociedade no início do século XX* (2001, p.248), enfatizam que:

As configurações territoriais são o conjunto de sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas.

Por esse prisma, o território aparece como um tecido social carregado de história, no qual as heranças e vínculos culturais têm papel importante para construir condições que viabilizem a implementação de variáveis para sua transformação, tendo em vista que as ações humanas são passíveis de modificações ao longo de sua trajetória histórica.

Na concepção de Tuan (1980), a análise do território conduz a uma reflexão sobre a sua constituição para o ser humano, quando ele o constrói como um lugar carregado de emoções e racionalidade, ao qual embute sentido e abstração do conhecimento advindo de seu meio físico e sócio-cultural. Dessa forma, o ser humano, diferenciando-se dos demais, é capaz de conceber o seu território como um espaço que alude a uma grande carga emocional, atribuindo-lhe um sentido de pertença e apropriação na criação de sua identidade local.

Assim, considera-se que o homem constrói sua própria dinâmica de adoção ao espaço a partir de uma identidade cultural fundamentada nas relações que mantêm com o meio, ou seja, é capaz de delimitar configurações que atribuem sentimentos vitais e simbólicos à sua existência em determinado território.

Essa estruturação dá forma ao território, regula as relações entre o grupo social e o meio ambiente onde ele se desenvolve, estabelecendo vínculos mais permanentes entre o homem e a terra. Por isso, Faissol (1994) descreve que o espaço é uma forma social de organização do território e carrega consigo a importância dessas mesmas formas de organização social, bem como a importância do território na valorização do indivíduo e da comunidade.

Salienta-se, portanto, que o elemento de base para a relação homem-natureza é a questão do território, que não depende apenas das características geofísicas existentes, mas também das relações sociais presentes que permitem uma representação identitária e sócio-cultural que conduz à reprodução de um espaço em que manifeste suas ações.

Nesse contexto, Arocena (2001) procura relacionar que o homem desenvolve suas atividades em espaços físicos bem delimitados, que por sua vez, tais traços carregam características significativas para o grupo em que o habita por manter uma descrição das gerações passadas. Isto é, permite compreendê-lo como um espaço territorialmente formado pelos efeitos das transformações junto à natureza para propiciar-lhe um sentimento de pertença.

Machado (2002), em seu texto *Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade*, ressalta que o território é composto por três elementos chaves: sociedade/espaço/tempo. Em sua concepção, a análise territorial deve ser compreendida a partir do homem em seu contexto sócio-histórico e temporal, uma vez que sua relação com o espaço corresponda a sua apropriação, estabelecendo conseqüentemente um sentido e valor atribuído a sua identidade e capacidade que tem de manifestar racionalmente sua perspectiva cultural.

Isso se explica pelo fato do homem, enquanto ser social e portador de subjetividade, reproduz de forma sistêmica a identificação do espaço tendo a personalizá-lo como seu, como sua história, a fim de manter sua memória e fortalecendo o sentimento de pertença e reconhecimento do território como espaço vital para sua sobrevivência e manutenção.

O território é, portanto, o espaço das relações sociais que se conectam em harmonia para a apropriação por grupos sócio-culturais que refletem uma identidade comum (no sentido de auto-afirmação perante o outro, constituindo em mudança e constante transformação de um processo de aceitação); sentido de pertencer ao grupo e ao espaço em que estão inseridos e apropriação do território, que conduz à territorialidade (constando-se como resultado coletivo de um grupo social para usar e se identificar com determinado ambiente físico, político e social).

Contudo, deve-se tecer comentários aos conceitos de reterritorialidade e desterritorialidade, que são elementos peculiares do território ao fundamentar questões que abarcam a percepção e sentimento que cada grupo social e/ou étnico têm em relação ao ambiente em que se encontram.

Três versões podem ser descritas: ou embutem e manifestam significado ao território ? territorialidade (na concepção de apropriação do espaço); são deslocados de seu espaço e perdem seu referencial de valor e identidade ? desterritorialidade; ou ainda, possibilitam a criação de um espaço de solidariedade e identidade que corresponde ao contato direto e que possibilita o refazer de manifestações políticas, econômicas, sociais e culturais ? reterritorialidade. Para Faissol (1994, p. 291), a questão é revista como:

Embora esta identidade territorial seja muito compreensível ao nível do indivíduo – o sentimento de pátria tem um componente individual muito forte, até a natureza telúrica, pois motiva o indivíduo, ela é mais nítida e forte ao nível da comunidade, onde, além de sua condicionante telúrica, tem um componente importante de natureza sociológica e política.

Diante dessa perspectiva, a territorialidade dos remanescentes de quilombos se configura como uma situação particular e de alteridade destes grupos, como fugas, heranças, doações ou compras que os levaram de um processo a outro. Na concepção de Amorim (1998), a identificação com o território que ocupam denota a construção da própria história, da busca de liberdade e autonomia para gerir o próprio destino.

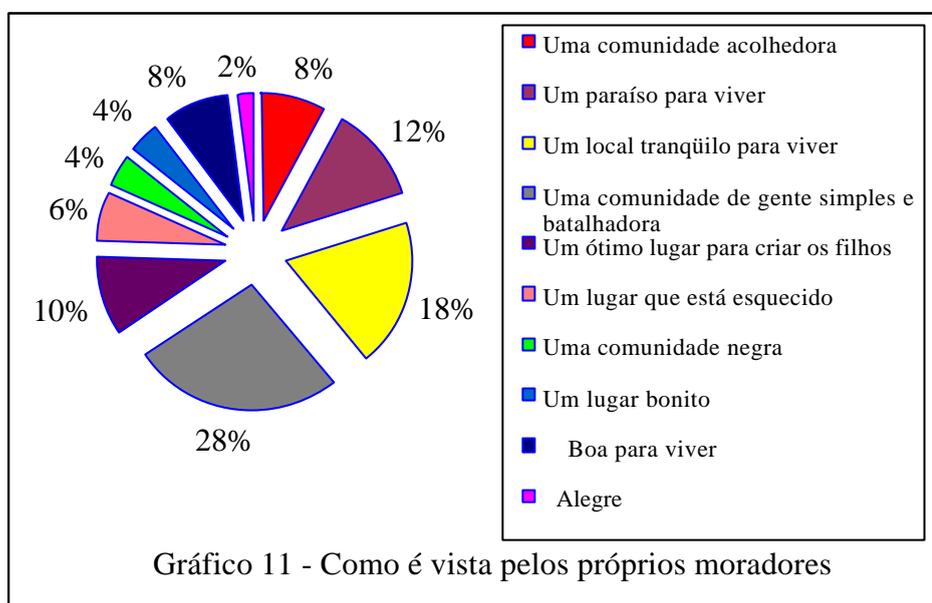
Furnas do Dionísio, embora seja uma comunidade que exhibe fragilidade em seu contexto econômico e social, as formas pelas quais procuram dar subsídio a sua sustentabilidade estão intrinsecamente relacionadas à sua base cultural.

Os moradores enxergam seu território como um lugar embutido de sentido de pertença, capaz de propiciar suportes identitários com relação a elementos que propõe subsídios para o seu desenvolvimento, tendo em vista que a subjetividade relacionada ao território pode promover um ambiente favorável para sua existência e manutenção. (Ver Gráfico 11). No mesmo sentido, Amorim (1998, p.05) analisa que:

A discussão sobre a territorialidade dos remanescentes das comunidades tradicionais [...] envolve suas formas de uso e apropriação do espaço e dos recursos naturais, territorialidade, organização social e econômica, sistemas de valores de uso e simbologia [...] coloca-se a questão de territorialidade dos grupos tradicionais, entre eles os quilombolas, como fator fundamental de construção da própria identidade do grupo.

A questão do território mostra-se não somente como base física territorial para os remanescentes de quilombos, mas como um espaço engendrado de ancestralidade,

traduzido como reviver de tradições e práticas culturais que garantem a perpetuação e identificação enquanto negros quilombolas, que ainda lutam pela posse definitiva das terras que ocupam e pelo reconhecimento étnico e social.



Uma comparação realizável frente à questão da territorialidade pode ser exemplificada por outra comunidade remanescente de quilombos localizada **na zona rural do nordeste de Goiás, a 320 quilômetros de Brasília.**

Segundo os estudos realizados por Silva (2001), o modo de vida da comunidade Kalunga é influenciado totalmente pelos aspectos étnicos desta sociedade, podendo esta influência ser notada na maneira com que as comunidades vizinhas os tratam, o trabalho que as organizações em defesa dos direitos do negro e órgãos governamentais desenvolvem junto dela e a maneira com que a comunidade acentua sua identidade através de seus hábitos diários.

Esse relacionamento da comunidade com o mundo externo se dá a nível social e econômico a partir das necessidades que a comunidade têm em interagir com outras comunidades e é basicamente influenciado pela sua cultura, pela maneira com que se vestem, sua linguagem, sua história e seus costumes. Isso significa que cada indivíduo dentro de um

grupo étnico contribue para a etnicidade de seu grupo, servindo como ator desta trama cultural.

Muitos kalungueiros não gostavam de serem chamados por esse nome, pois kalungueiro era (e é) sinônimo de feitiçaria, pessoas porcas e preguiçosas. Porém, com a legalização das terras e o sentimento embutido por sua posse efetiva, muitos passaram a se orgulhar de sua identidade e estão mais seguros de sua identidade étnica, ao passo que ser kalunga começou a significar ser cidadão brasileiro com direitos baseados na Constituição Federal.

Dos conceitos retratados até o presente e procurando considerar sua relação à realidade da comunidade de Furnas do Dionísio, afirma-se que os Dionísios detêm um alto índice de capital social e cultural por buscarem vicissitudes que possam contribuir para o desenvolvimento territorial local.

Para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento, deve-se começar, segundo Franco (2002) pelo investimento no capital social de um território, aqui interpretado pela capacidade que uma sociedade tem de cooperar e no capital humano, analisado pela base empreendedora que uma comunidade/localidade tem de se articular para a busca de objetivos comuns.

Esse ambiente favorável depende da existência de uma cultura que incorpore a cooperatividade sistêmica e a confiança mútua entre os agentes locais e externos, propiciando um estímulo a novos valores e padrões que possam conduzir a condições territoriais e ambientais, econômicos, sociais, culturais, político-institucionais favoráveis.

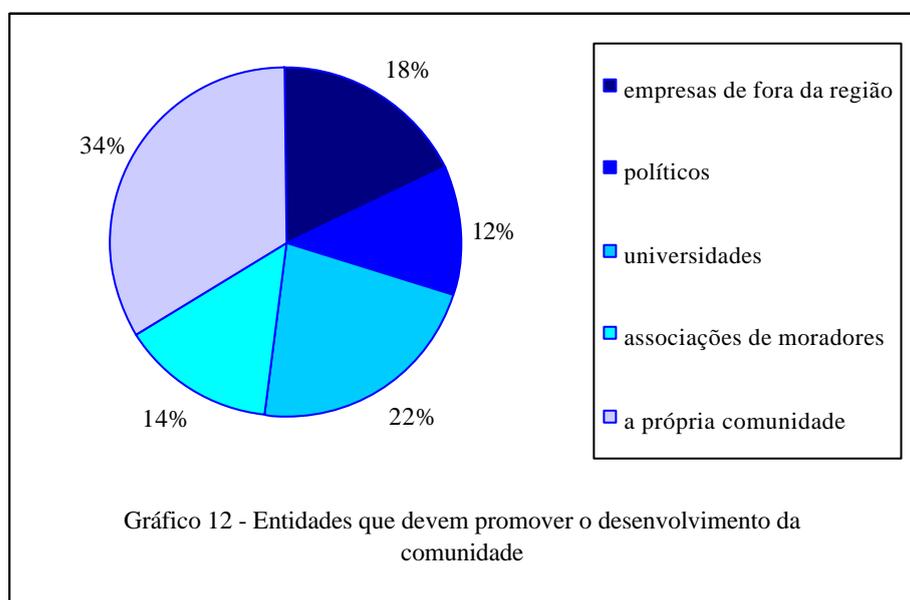
Portanto, a organização de fatores que ativem o desenvolvimento territorial, deve integrar principalmente o capital sócio-cultural, por ser um meio solidário e cooperativo ao reunir forças coletivas na busca contínua por melhorias locais, bem como acionando os demais capitais (econômico, humano, natural, psicossocial, entre outros) como elementos fundamentais e congruentes, podem impulsionar e direcionar o desenvolvimento endógeno da comunidade.

As comunidades remanescentes de quilombos ocupam em sua maioria, territórios rurais complexos que necessitam de iniciativas econômicas e sociais que

viabilizem a autonomia territorial fomentando a mobilização social e espacial que gerencie atividades que permitam agregar iniciativas inovadoras de desenvolvimento.

A dinâmica de um território quilombola é traduzida pela valorização de suas manifestações sociais, culturais e organizacionais à medida que se torna possível a concretização de ações coletivas, situando-se em um patamar de validação e articulação de projetos que considerem as necessidades locais, apoiando-se na concretude de sua territorialidade e possibilitando a posse definitiva das terras em que se inserem, embora este ainda perfaça uma problemática judicial.

Em se tratando de Furnas do Dionísio, os membros da comunidade admitem que a promoção e o fortalecimento do desenvolvimento comunitário depende da capacidade que a própria comunidade dispõe para agir e interagir, cuja finalidade é dispor de mecanismos que possibilitem sua inserção territorial. Via de regra, esse desenvolvimento não se deve dar unicamente pela mão da comunidade e sim, deve assumir um caráter conjunto que facilite a demanda pelas oportunidades de inclusão a novas estratégias de desenvolvimento. (Ver Gráfico 12).



O protagonismo (latente ou explícito) da comunidade deve ser elemento fomentador para a existência de um processo de desenvolvimento local, tendo em vista que a diversidade cultural e a questão da territorialidade mostram-se como princípios orientadores do desenvolvimento em comunidades que buscam por meio de sua cultura e identidade, chaves para o próprio fortalecimento humano e territorial. Assim, ao atribuir

sentido ao território e buscar subsídios das relações externas que possam resultar na constituição de processos políticos, econômicos e sociais que fundamentem sua estruturação, observa-se que os Dionísios têm por objetivo o bem-estar sócio-comunitário e a valorização de seus traços culturais.

Ressalta-se ainda, a questão do manejo sustentável de territórios rurais. Uma vez que o território humano precisa estar em harmonia e manter laços solidários mútuos em vista a demanda crescente pela idealização dos anseios de uma comunidade local no aproveitamento desses recursos.

Pesquisas com ações conjuntas, nesse sentido, poderão viabilizar a construção de alternativa sustentável de desenvolvimento local, o que propiciará em última análise, a melhoria da qualidade de vida dos atores envolvidos no processo e a solidificação permanente da identidade territorial local.

3.2 - POTENCIALIDADES TURÍSTICAS EM FURNAS DO DIONÍSIO

Em Mato Grosso do Sul, os recursos naturais existentes surgem como vocação destacável no cenário turístico do Estado. A paisagem torna-se um condicionante importante para fomentar a atividade de maneira regularizada e menos impactante do meio ambiente, o que demanda conseqüentemente na qualidade ambiental e na valorização da diversidade – inclusive cultural –, com repercussão significativa na economia do Estado, combinando sustentabilidade sócio-econômica e difusão de ambientes preservados.

Em Furnas do Furnas do Dionísio, a demanda pela atratividade natural e cultural não poderia ser diferente. Por se localizar em um território rural que propicia a inserção de práticas pluriativas e que busca na inovação, o desenvolvimento de atividades que podem gerar benefícios locais, caracteriza-se por formas tradicionais de autonomia, haja vista práticas sócio-culturais existentes.

O conceito de desenvolvimento concebido e operacionalizado pela comunidade ainda se restringe a questão do desenvolvimento que esmera resultados econômicos. Porém, a natureza questionada frente à acepção que corresponda as suas aspirações, pode garantir um meio eficaz de princípios autônomos que contribua para recriar uma dinâmica

de reprodução de sistemas territoriais ambivalentes que estabeleça critérios de inserção de atividades econômicas e sociais viáveis. Na visão de Valette (2004, p.11), observa-se que:

[...] esses territórios complexos e indeterminados solicitam iniciativas de atores, e exigem, sobretudo, que se estabeleçam iniciativas econômicas de forma a solidificar a posição do território e a viabilizar-lhe o acesso a autonomia territorial. Tais territórios também permitem a emergência de iniciativas pelas mesmas razões: em seu interior, a margem de manobra é grande e as iniciativas dos agentes inovadores não se sujeitam nem se limitam ao sistema local solidamente determinado e, ao mesmo tempo, desencorajador de projetos.

No texto *A face territorial do desenvolvimento*, Veiga (2002) ressalta que a expressão territorial de áreas rurais necessita de uma avaliação em que viabilize um processo que deva emergir de iniciativas locais e meios inovadores como fatores endógenos de desenvolvimento.

Assim, o autor salienta que o ambiente rural se distingue do urbano ao utilizá-lo como fonte às peculiaridades do patrimônio natural e cultural, que não apenas sucumbem para o lazer e turismo, como também vem abrindo espaço para atividades agrícolas e industriais que podem fortalecer a economia de uma região; enquanto a zona urbana reflete uma outra dinâmica de desenvolvimento em que os resultados são polarizados e geradores da tendência capitalista de consumo.

Nessa abordagem, Veiga analisa o desenvolvimento como mudança de percepção, confirmado pela regulamentação de estratégias inovadoras que podem suprir as carências tanto do meio rural quanto urbano em relação às atividades que podem ser desempenhadas por cada região. A capacidade endógena dos agentes em realizar ações coletivas e em rede horizontalmente delimitada, como se descreve a perspectiva territorial de Furnas do Dionísio, é peça chave para o desenvolvimento de competências e vantagens para criar novos modelos dinâmicos que insira seu território na condução de novos padrões de interatividade.

Isso pode resultar na incorporação de novos conhecimentos para suprir as necessidades e diminuir as diferenças socioeconômicas que possam proceder na criação de relações em rede para que eles próprios possam redimensionar o conhecimento em função de criação de competências e vantagens competitivas. A experiência direta com modelos produtivos e de gestão possa fortalecer e gerar mecanismos para a introdução de atividades que possam propagar a construção cognitiva do desenvolvimento.

Desse modo, a proeminência dinâmica que caracteriza os territórios rurais inscreve-se na reserva do espaço para o estabelecimento de atividades de lazer, como se faz objetivar o estudo, atrelando-se a sua imagem uma qualidade de vida e aspectos autênticos que promulgam valores que podem ser aspirados pela demanda ávida por atividades de imersão junto à natureza ou pelo reconhecimento da diversidade cultural.

Segundo Ruschmann (1997) é necessário atentar-se para os riscos do comprometimento da autenticidade e espontaneidade das manifestações culturais e ambientais. Ou seja, a atividade turística em vez de promover relacionamentos humanos, favorece apenas as relações econômicas, que permitem contatos superficiais e provocam dependência extrema da atividade por parte das populações receptoras.

Partindo-se do pressuposto de que a atividade turística é altamente positiva para uma localidade, por desenvolvê-la no aspecto social e econômico, se faz necessário realizar estudos preparatórios com as comunidades receptoras, para que estas saibam aproveitar dos benefícios oferecidos por este segmento de mercado que vem gradativamente colaborando para o desenvolvimento local e sustentável. Em contrapartida, deve-se preveni-las de que, caso o turismo não seja organizado de forma adequada e visando o bem estar próprio, não será uma atividade que gere os benefícios esperados.

Em relação a Furnas do Dionísio, salienta-se que a visão que a comunidade apresenta frente às questões pertinentes ao turismo, de uma certa forma encontra-se um tanto equivocada quanto aos benefícios que podem ser reproduzidos por sua prática socialmente planejada. De fato, os moradores avaliam o turismo como uma atividade que apenas incorpore modelos de desenvolvimento em que persista como consequência o aumento de emprego e geração de renda para a comunidade. (Ver Quadro 3).

Posto que a afirmação seja verdadeira, é preciso que a atividade seja revista como um estímulo a reprodução de manifestações e alteridade da identidade local, uma vez que o fortalecimento das próprias raízes são fontes de atratividade. Embora isso não signifique, que as manifestações ou atividades que possam ser efetivadas pelo turismo devam ficar exclusivamente a mercê de traços diacrônicos que apresentem exclusivamente o que o turista quer ver e vivenciar, o que recria no fenômeno turístico o papel de válvula de escape para o desenvolvimento de determinadas regiões.

Quadro 3 – O que o turismo pode provocar em Furnas do Dionísio

Descrição	Percentual (%)
Benefícios e conhecimento para comunidade e visitantes	6
Pode proporcionar sustentabilidade, cultural e econômica	2
Pode levar à comunidade ao fluxo de drogas e prostituição	8
Os visitantes podem deixar dinheiro	10
O turismo pode levar os mais jovens a querer outras oportunidades que só são oferecidas na cidade	6
Pode gerar renda para a comunidade	24
Pode gerar benefícios na área social e de lazer	4
Pode contribuir com o desenvolvimento da comunidade	4
Criar empregos	18
Melhorar a qualidade de vida	10
Se planejado pode provocar muitos benefícios, tanto no aumento de renda da comunidade, como na preservação das tradições	8

Acredita-se que a presente concepção não se limita apenas a esse grupo social que dispõe de uma identidade territorial própria e recria um conjunto de condições que propiciam uma lógica cultural a ser seguida e repassada a cada geração.

O que se deve avaliar são os impactos da turistificação no local, com base na herança e na história que transforma estes locais em arenas e produtos a serem ofertados drasticamente, quando o esteriótipo criado em torno do fenômeno faz com que as comunidades receptoras visualizem “o ter mais importante que o ser”, massificando atitudes, comportamentos e manifestações.

De acordo com a afirmação acima, Cruz (2001) salienta que o turismo é capaz de criar novos objetos nos lugares, bem como se apropria daqueles preexistentes, como os objetos naturais e culturais, atribuindo-lhes significados e valores para que possa acontecer.

As facilidades criadas para o desenvolvimento da prática do turismo se não forem planejadas adequadamente, poderão desarticular a qualidade do ambiente, transformando inevitavelmente o aspecto físico do lugar e despertando conseqüentemente para a desterritorialidade local.

Para os atores locais, que devem ser os beneficiários primários de qualquer ação, a questão da desterritorialidade pode corresponder à incorporação do sentimento de não-lugar, ou seja, o território acaba por ser considerado bem de consumo do visitante e recria no autóctone a concepção de rompimento das condições territoriais e identitárias, ao passo que cada atitude passe a ser massificada para agradar ao turista.

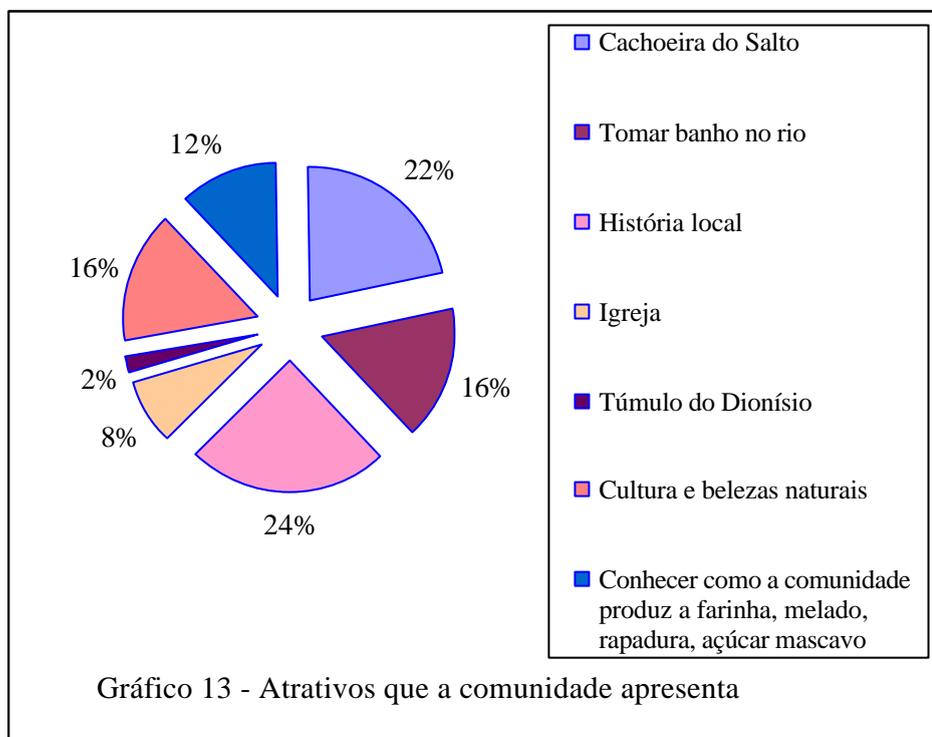
Por excelência e por conseqüência dos “não-lugares” criados pelo turismo, é possível que as comunidades localizadas sintam-se marginalizadas e experimentem uma sensação de invasão de seu lugar. Portanto, é imprescindível que a identidade territorial seja retomada, favorecendo a reterritorialidade efetiva desses espaços para que o turismo não acentue de forma drástica as disparidades sócio-espaciais e possa atenuar a condição de exclusão ao território. Sob esse aspecto, Cruz (2001, p. 59) faz uma ressalva:

[...] o que não se pode questionar é a capacidade que tem o turismo de mudar a organização socioespacial dos núcleos receptores, aos quais ele impõe sua lógica, que inclui a implantação de novos objetos bem como a incorporação de objetos preexistentes, tudo arranjado para que a prática social do turismo possa acontecer.

Com base na pesquisa junto aos moradores, e considerando-a como um centro receptivo em potencial, pode-se constatar que a região é propícia para a realização do turismo cultural e em espaço natural; quando fixar-se-á um paralelo entre a prática social do turismo com a realidade local.

Segundo a concepção dos próprios moradores quanto aos atrativos que a comunidade oferece, foram diagnosticados como uma de suas potencialidades seu patrimônio histórico-cultural, em vista de suas manifestações culturais e reprodução de

táticas tradicionais de manutenção e experiência vivida, bem como se apresenta como uma região de paisagem natural que condicionada aos modelos de sustentação da própria comunidade. (Ver Gráfico 13).



Em relação à atratividade local, Carlos Porto, Diretor da Fundação de Turismo do Estado, acredita que Furnas do Dionísio é uma comunidade que tem um legado cultural amplo devido sua formação histórica e se encontra em uma área natural belíssima que pode despertar para a atividade do turismo. Em sua opinião:

Além da própria história, tem ali atrativos da própria natureza, a gastronomia, a riqueza cultural advindas das histórias do Dionísio e de sua família. Então ali, através de oficinas e da formatação de roteiros, fazer trilhas e uma série de atividades, nós poderemos desenvolver. Mas é preciso ser feito um trabalho e sensibilizar a comunidade para isso. Nós não queremos impor absolutamente nada, mas sim, sensibilizar e preparar para que ela gere o próprio negócio na comunidade.

Não adianta levar coisas e deixar lá, é preciso desenvolver projetos de sustentabilidade junto à comunidade, que tem uma história da população negra de Mato Grosso do Sul que é um referencial fortíssimo para negos do Estado e negros do Brasil.

A tendência de desenvolver o turismo para que seja um fator de retroalimentação a manutenção e ao desenvolvimento local deve se justificar por uma

abordagem em que leve em consideração a preservação do patrimônio cultural e natural de uma região. Assim, a OMT adotou aplicabilidade sustentável para a atividade, seguindo princípios de inclusão de oportunidades aos setores sociais que possam ser beneficiados pelo turismo, partindo da prerrogativa de que a sustentabilidade sócio-econômica, bem como cultural e ambiental, seja maximizada e estabelecida como critério principal ao planejamento adequado da atividade.

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT, 2003, p.23).

Para iniciar as questões que referenciem os modelos de turismo que possam ser implantados na comunidade, cabe lembrar que todas as movimentações do ser humano implicam no contato social e cultural, quando há uma troca de experiências entre visitantes e a população local, em um processo natural de mudança que propicia gradativamente e em diferentes níveis, influências positivas ou nocivas ao local.

Com base no estudo realizado e resgatando as potencialidades revistas pela própria comunidade, retoma-se às questões que aportam para o desenvolvimento de atividades que podem manter a integridade e autenticidade das manifestações locais, baseando-se no vasto patrimônio cultural e ambiental como fontes geradoras de recursos para o incremento da atividade turística na região.

Como primeiro argumento, há de se discorrer sobre a representatividade cultural e como esta pode ser uma fonte de incentivo para manter a identidade local, bem como reger os princípios orientadores para o turismo com base no desenvolvimento local.

Assim, descreve-se o turismo cultural que pode ser analisado sob diferentes ângulos, posto a sua relevância dentro da própria comunidade que disponibiliza de sua base cultural, mais do que atratividade e sim, como legado e herança que devem tornar-se presentes e avaliadas como o maior patrimônio existente em seu meio.

Teoricamente, Funari e Pinsky (2001, p.07) afirmam que: “no campo dos estudos sobre o turismo, o turismo cultural é definido de maneira estreita como aquele

segmento que trata das viagens de estudo [...]”. Mas a abordagem que se refere ao fenômeno vai mais além, pois o turismo cultural hoje, caracterizado de forma holística, é o acesso à história, à cultura e ao modo de viver tradicionais de uma comunidade.

Em outras palavras, é uma atividade que permite ao homem, manter um contato direto com diferentes categorias sociais, de modo a constatar que nenhuma cultura é pura, devendo-se, portanto, valorizar o patrimônio histórico-cultural de cada segmento social existente em sociedade. Assim, Pellegrine (2000, p. 275) classifica que o “turismo cultural são programas direcionados a participantes interessados em conhecer costumes de determinado povo ou região, como dança, folclore, gastronomia, etc”.

Embora a questão em torno do patrimônio cultural seja revista como bens tangíveis que denotam preservação, se restringindo apenas a arquitetura ou edificações que participaram da construção da história de um povo, visto que seja o mais comercializado como atratividade para o turismo, o seu significado é muito amplo e complexo, abrangendo as manifestações artísticas, o pensar, o agir, a história de vida de uma localidade.

Para tanto, se faz necessário esclarecer a necessidade de valorização de todas as manifestações culturais de um povo, pois seja ela ainda primitiva ou evoluída, carrega traços herdados por seus antepassados, que além de atuar como um atrativo para o turismo, resgata a autenticidade e espontaneidade de suas tradições, o que representa um novo paradigma ao reconhecê-lo como um conjunto de símbolos e valores que a sociedade construiu ao longo de sua formação.

Para Barreto (2000), manter a continuidade do passado é manter viva a memória coletiva do cidadão, estimulando um processo de identificação com sua história e sua cultura; pois mantê-la presente é condicionar a promoção dos laços extemporâneos com o território ao qual o seu patrimônio está inserido. Ainda, a autora analisa que “[...] a recuperação da memória leva ao conhecimento do patrimônio e este, à sua valorização por parte dos habitantes do local”.(Id., p. 47).

A expressão “patrimônio cultural” possibilita inúmeras interpretações. Se analisada como bem material, pode-se discorrer sobre os elementos físicos e estruturais que refletiram no cotidiano histórico e territorial traçados como forma de expressão da

sociedade e desta, a relação com a memória local de sua materialidade. Por outro lado, o resgate da cultura denominada intangível, flue no sentido antropológico, das invenções coletivas, do conhecimento tácito adquirido, das práticas, valores e símbolos que propiciaram a formação do homem enquanto ser dinâmico e social.

Diante dos conceitos retratados e procurando relacionar à realidade presente em Furnas do Dionísio quanto ao aspecto cultural, deve-se considerar que suas manifestações sejam elas representadas pelas danças, festas ou tipicidade de suas tradições articulam uma maximização de seus bens materiais e simbólicos ao constituir a herança repassada a cada geração; que, ao proliferar com êxito, acaba por constituir e fortalecer a alma do lugar.

Em uma dinâmica singular, permite, todavia que os Dionísios possam propagar sua memória coletiva e sua identidade, posto que os elementos por ele abarcados apresentam critérios que fomentam a reprodução de seu passado. Isto se mostra pelo orgulho que a comunidade tem em relação ao seu legado e pelo esforço conjunto que estão gradativamente fazendo para resgatar aspectos peculiares da cultura local.

A feição típica de suas manifestações além de motivos de orgulho, também chama a atenção de instituições públicas, privadas e órgãos governamentais que procuram subsidiar alternativas de resgate de sua cultura, paralelamente com programas de desenvolvimento, bem como fomenta a pesquisa na comunidade.

Ou seja, segundo os moradores, a comunidade é muito procurada para a realização de pesquisas e estudos nas mais diversas áreas de atuação, porém, salientam que os resultados compilados nunca retornam às suas mãos e isto muitas vezes se torna um empecilho para a credibilidade de pessoas externas aos seus fundamentos comunitários. Por outro lado, acreditam que o contato entre os visitantes e a comunidade é um fator de interação, conquanto esta relação mostre-se valorizada e reconhecida, no qual possa haver a possibilidade de comunicação e estímulo a apreciação da cultura local.

Outra modalidade que se insere na oferta turística natural e pode ser iniciada na comunidade refere-se ao ecoturismo.

A necessidade de evasão devido ao estresse da vida diária leva o homem urbano a buscar refúgio em áreas naturais, seja para usufruir plenamente dos recursos disponíveis em determinada localidade ou apenas para contemplar a paisagem.

Diante dessa afirmação, o ecoturismo pode propiciar uma interação harmônica entre indivíduo e natureza, de forma a minimizar os impactos sobre os recursos naturais e culturais de determinada localidade, baseando-se no apoio a esforços coletivos dedicados a manutenção e sustentabilidade dos recursos existentes em comunidades que se dispõem a exercer tal atividade.

Swarbrooke (2000) analisa o ecoturismo na motivação única que o indivíduo tem em conhecer ambientes em seu estado natural e no qual a atividade não promove apenas benfeitorias ambientais, como também vem a ser menos espoliativo das culturas locais, pois tem por objetivo o equilíbrio constante entre visitantes e residentes.

É impossível o homem viver sem transformar o espaço em que está inserido, mas nem todo impacto produzido sobre os ambientes naturais pode comprometer a sua autenticidade.

Quando o turismo promove a recuperação de áreas degradadas por outras atividades, está atuando positivamente, ao passo que dela se aproprie (tornando-o objeto de consumo), portanto, não há como avaliar de fato os impactos positivos e/ou negativos que a demanda por este tipo de atividade pode causar em uma localidade.

Por isso, Ruschmann (1997) afirma que é de fundamental importância controlar o fluxo turístico, uma vez que os ecossistemas frágeis podem ficar comprometidos quando se ultrapassa a capacidade de carga física e social.

Em regra, essa modalidade realiza-se em áreas frágeis e de intensa diversidade natural. Por tal motivo, torna-se necessário a realização de oficinas explicativas com a comunidade local para que estes saibam como lidar com visitantes, que muitas vezes não respeitam os padrões culturais e ambientais ao agredir e degradar o ambiente natural e indiretamente os hábitos de vida.

Recorrendo-se novamente aos questionamentos de Swarbrooke (2000), é importante salientar que o ecoturismo é uma atividade que ressalta e mobiliza a comunidade local em torno de seu patrimônio natural e cultural, haja vista que estes sejam os elementos fundamentais para a sustentação da atividade.

Por ter na natureza a sua matéria-prima, a efetivação desta prática requer menor densidade de infra-estrutura sobre os territórios dos quais se apropria. A relação intrínseca do turismo com ambientes naturais se associa à construção de infra-estrutura nos territórios (muitas vezes implantadas de forma ambientalmente inadequada), bem como na circulação de pessoas que a atividade promove nos lugares.

De antemão, o planejamento que pondere a readequação física-territorial vem a ser o único instrumento capaz de evitar ou minimizar possíveis impactos de estruturas faraônicas que são construídas com o intuito de atender as exigências da demanda sobre esses ambientes.

Antes de uma abordagem comparativa, cabe salientar que este tipo de atividade que tem no espaço natural seu fortalecimento, também induz à prática do turismo de aventura, cujos esforços assumem conotação de desafio, que envolve imprevisibilidade e empenho físico.

Diante das afirmações pertinentes ao conjunto conceitual discutido, a viabilização para este tipo de atividade em Furnas do Dionísio seria uma proposta adequada aos anseios e à realidade local, uma vez que as condições ambientais favorecem ao exercício de ambas as atividades. Isso se explica pelo fato da região se encontrar em um local estrategicamente condicionado, ao qual sua localização, seu relevo montanhoso e suas riquezas naturais podem produzir no imaginário dos visitantes o desejo de introdução às práticas junto à natureza, como por exemplo a realização de trilhas, caminhadas, *mountain bike* e rapel. Tudo isso conectado logicamente à condição de valorização, conhecimento e respeito às manifestações tradicionais locais.

Quanto à outra modalidade a ser explorada pela comunidade diz respeito a importância do espaço rural, que permitiria a indução de atividades em que a ruralidade se mostra como fomento integrador entre homem urbano e homem rural. O compasso acelerado das grandes cidades tem provocado paulatinamente nas pessoas uma necessidade única de procurar cada vez mais o contato direto com o meio ambiente, de maneira que os indivíduos busquem uma qualidade de vida que só lhe são permitidos no ambiente rural.

O turismo rural surge como uma alternativa de renda que propicia aos proprietários rurais, manter suas propriedades produtivas e gerando emprego à população

local. Pode-se afirmar que é uma atividade que desperta a compreensão ecológica, por municiar da natureza a rentabilidade econômica; além disso, corresponde a uma motivação saudável que concentre o contato dos visitantes com os valores culturais locais. Segundo apontam Hosken e Viggiano (1997, p. 07), o turismo rural é:

[...] um turismo que atende a uma clientela turística atraída pela produção e consumo de bens e serviços integrados no ambiente rural produtivo. É um conceito múltiplo de um turismo integrado com a natureza, com a maneira de viver de nossa gente, com a aventura e com a região em que acontece. É uma proposta de respeito às nossas raízes, aos ecossistemas e à nossa identidade cultural; um turismo de aproveitamento da zona rural em toda a sua diversidade.

A demanda por ambientes naturais caracteriza-se quase que uma obsessão do *homo urbanus*. De fato, torna-se uma necessidade física e psíquica do ser humano por ele estar pressionado pela rotina irrefutável ao ter de dividir seu tempo entre as obrigações familiares, sociais e profissionais.

A prática do turismo em espaço rural constitui-se pela atividade a ser realizada em espaços ao ar livre, que promova ao visitante o contato com espaços naturais, com a herança histórica e cultural das denominadas sociedades tradicionais. A exemplo de Furnas do Dionísio, ao qual o manejo da área agrícola, manifestações culturais e tradições rurais podem servir perfeitamente de atrativo para o visitante que deseja ter conhecimento da ruralidade dos hábitos cotidianos dos moradores.

Como afirma Novaes (1999, p.140): “[...] em virtude da grande variedade de paisagens nas diferentes regiões rurais, bem como da riqueza e diversidade cultural nas propriedades com sistemas produtivo peculiar, cada espaço tem seu próprio turismo, valorizando assim, a identidade local.”

Segundo Ruschmann, *In: Almeida et alii* (2000), o turismo rural é considerado vetor para o desenvolvimento local e regional ao impulsionar atividades que promovam a geração de renda e empregos para a mão-de-obra local. Principalmente, caracteriza-se por uma atividade que pode reverter o quadro de êxodo rural dos jovens que não precisam migrar para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida.

Diante do exposto, para que a modalidade possa tornar-se sustentável, é preciso que a cultura, a paisagem, o meio físico e social sejam preservados de ações impactantes,

no qual as comunidades deverão buscar equilíbrio entre os custos e os benefícios gerados pela atividade.

Portanto, a efetivação da prática social do turismo com base local em Furnas do Dionísio deve ser considerado uma prática autocentrada, que se reflete nas decisões comunitárias sobre os planos de desenvolvimento, sem a assimilação de modelos dominantes; desde a base, ressaltando o protagonismo da comunidade na decisão de seu próprio destino e endógeno, ao que se referente à mobilização dos recursos disponíveis com o fim de promover o desenvolvimento.

3.3 - TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM FURNAS DO DIONISIO

Furnas do Dionísio é uma comunidade detentora de um coletivo de manifestações sócio-culturais e ambientais que podem promover atividades que desenvolvam-na de maneira sustentável e integrada, cujos benefícios podem ser sentidos localmente ao gerar-lhes alternativas de implementação na gestão e inovações frente às ações destinadas em prol da coletividade.

Em um estudo realizado por Oliveira e Cunha (2001), a questão turística em Furnas do Dionísio é revista como uma possibilidade de inserção da comunidade à novos mercados, o que permite a adequação de sua realidade em vista ao desenvolvimento do turismo, mas desde que possa ser uma alternativa que subsidie na maximização de benfeitorias locais sem que ocorra a perda gradativa da identidade local.

Os atrativos existentes sejam eles naturais ou culturais, nos últimos anos vêm atraindo concomitantemente uma demanda que se esmera em conhecer o ambiente físico e social da comunidade. Observa-se que a atividade turística, em sua prática, se desenvolve em modelos informais de realização, sem gerar benefícios correntes ou induzir a novas formas de planificação.

Porquanto isto se explica pelo receio que permeia a atividade em relação aos moradores mais tradicionalistas, que consideram o turismo um processo alienante e desestruturador da identidade local, contrapondo-se à opinião dos mais jovens que enxergam na atividade uma possibilidade de desenvolvimento econômico e social em que

pondere o respeito pela cultura e manifestações locais, conectados as benfeitorias econômicas que podem ser estimuladas na região.

Os Dionísios são hospitaleiros e receptivos. Independente das dificuldades que decorrem na rotina diária, os moradores tem imenso prazer em receber visitantes para que possam em conjunto valorizar a cultura e as riquezas naturais presentes na região.

Todavia, não se obstem em negar visitantes que agridam direta ou indiretamente seu legado cultural, pois admitem que as manifestações são demonstrações plenas das tradições passadas a cada geração e a valorização de cada movimento ou atividade desenvolvida surge como prática de auto-sustentação e preservação de seu patrimônio cultural e ambiental.

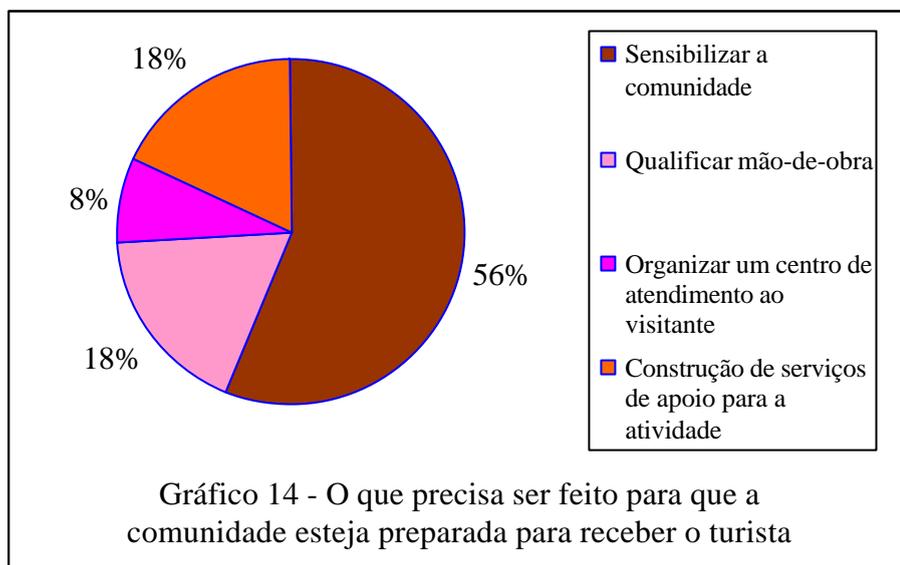
Na realidade, as condições físicas da comunidade não consentem a efetivação do turismo no local por não dispor de serviços de apoio ou equipamentos turísticos necessários à realização da atividade. Mas tendo por base as modalidades de turismo que podem ser ativas na região não exijam infra-estrutura sofisticada para sua consecução, o ideal é planejar e ativar fatores que possam contribuir de fato com o desenvolvimento do turismo com base local, ou seja, uma atividade não predatória em que seu alicerce esteja lapidado na manutenção da identidade local e na sustentabilidade econômica, cultural e ambiental.

Os próprios moradores admitem que a comunidade não tem infra-estrutura para receber o turista, mas em compensação, dispõe de boa vontade para recebê-los. Quanto ao despertar para a atividade, os moradores apontaram três eixos norteadores para que a prática social do turismo possa ser um alavanque no desenvolvimento comunitário: cultura local, conservação da natureza e respeito aos moradores.

Pode-se perceber que a questão cultural é mola propulsora para solidificar e fortalecer atividades econômica e socialmente viáveis, desde que as manifestações e práticas rotineiras sejam constantemente respeitadas e valorizadas pela própria comunidade, bem como pelo visitante que se permita vivenciar e experimentar as práticas sociais e culturais apresentadas em seu interior.

Desse modo, o turismo não seria visto como “causador de todos os males” e poderia contribuir para o processo de manutenção e reavaliação dos valores locais frente às

inovações e créditos que possam imputar no protagonismo real e latente na busca por melhorias da qualidade de vida. A perspectiva gerada em torno da atividade turística refere-se principalmente a capacitação de mão-de-obra e sensibilização da comunidade, haja vista os benefícios que podem ser acionados com sua prática efetiva. (Ver Gráfico 14).



Ao responderem a questão que procurava analisar o que se faz necessário para que a comunidade esteja preparada para receber os visitantes, os moradores mostraram-se quase que unânimes em ressaltar que a comunidade precisa estar motivada à sua gestão e regulamentação, posto que a atividade pode estimular e melhorar outras áreas de atuação comunitária, no caso de Furnas, o manejo adequado de práticas agrícolas seria uma alternativa a mais ao estar em sinergia e mútuo desempenho com a atividade turística, promovendo e subsidiando possibilidades de desenvolvimento, qualificação de serviços e produtos locais.

A realização do turismo, motivado pelo acesso aos ambientes primitivos e retorno às modalidades de sociabilidade típicas de comunidades tradicionais, pode ser considerada como binômio de desenvolvimento. Portanto, o turismo com base local seria, portanto, uma estratégia no qual a comunidade participaria do processo de efetivação (inclusão) da atividade, construindo suportes e aparatos que insiram benefícios sociais, econômicos e ambientais locais.

Contraopondo-se às tendências capitalistas (ter mais importante que ser) o desenvolvimento da atividade, sustentada na emancipação local, deve amparar-se: (1)

manutenção da identidade local como próprio fator de atratividade; (2) construção de um processo democrático em que considere a participação da comunidade na condução da atividade; (3) estabelecimento de investimentos locais em infra-estrutura, sendo que estes estariam subordinados à conservação do ambiente sócio-cultural e físico.

Partindo-se de pressupostos em que pondere a questão ecológica, processo de inclusão ao território e adaptabilidade sócio-cultural em relação a Furnas do Dionísio, é necessário delimitar o papel do turismo com base local e fazer com que repercuta questões de sustentabilidade ambiental e singularidades culturais. Portanto, o desenvolvimento local alavancável por meio desse tipo de turismo deve constituir-se de cinco elementos básicos em se tratando do contexto sócio-cultural da comunidade: preservação/conservação do ambiente, identidade cultural, geração de oportunidades de emprego e renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

Para acionar uma agenda de discussão em que demande por diretrizes para implantação do turismo com base local em Furnas do Dionísio, se faz necessário um plano de ações coordenadas.

Conforme as necessidades citadas pelos próprios moradores, é importante verificar com a comunidade a real situação para efetivação do turismo no local e, por conseguinte, dispor de mecanismos para analisar os benefícios e malefícios que o impacto do turismo poderia desencadear na região. Cabe nessa etapa, a realização de oficinas para discussão do que é o turismo, suas causas e conseqüências, para que posteriormente a comunidade seja sensibilizada para a importância da atividade planejada no local.

De posse dos dados compilados junto à comunidade, traçar estratégias e um planejamento de ações que devem ser propostas como modelos de desenvolvimento local, ou seja, a viabilização deve partir da prática participativa em conjunto à parcerias responsáveis por sua consecução, além de elencar alternativas auto-sustentáveis ligadas ao turismo. Conforme apontou Carlos Porto:

É chamar as lideranças da comunidade, é envolver todos os atores, dos jovens aos mais antigos da comunidade, as pessoas que tem história e detém o domínio cultural da comunidade. Preservar isso e aí, trabalhar isso de forma que seja disponibilizado, sem perder a característica daquela comunidade, daquela gente, de seus costumes e seu legado e que já sofreu várias influências, mas que tem que ser respeitada com a sua íntegra, com seus costumes, com a sua catira, com a dança do engenho, com a rapadura, açúcar mascavo. Tudo que ali

existe, e então colocando na prateleira deles para falar: isso aqui é possível fazer.

Além de oficinas e sensibilização comunitária, a inserção de programas de qualificação de mão-de-obra seria outra atividade a ser estimulada, visando a habilitação dos agentes locais em desenvolver o turismo na região, atentando-se todavia, para a mobilização das forças produtivas como fator emergente em que sejam reportadas a capacitação dos recursos humanos locais em trabalhar com a atividade, bem como tornando-os aptos para outras atividades reproduzidas em seu território.

Sem o devido planejamento e participação dinâmica na gestão do turismo, é quase que impossível que a atividade seja conduzida de maneira que possibilite a inserção da comunidade aos efeitos benéficos que podem ser sancionados. Até mesmo, quando apontados os serviços de apoio ao turismo, como bares, restaurantes, local para dormir, melhorias em áreas destinadas ao lazer, infra-estrutura básica a ser implantada deve ser disponibilizado às reais necessidades da comunidade e não por consequência da atividade no local.

O turismo é um forte encorajador da consciência em relação ao ambiente e do senso de identidade cultural dos residentes. Esta sintonia de sentidos pode ser analisada pelo modo em que os visitantes desfrutam do patrimônio natural e cultural local, pois é comum que a população receptiva sinta seu orgulho renovado a medida que percebem que o visitante está apreciando a realidade local.

Sob este enfoque, é categórico afirmar que o turismo pode vir a estimular e renovar alguns aspectos das manifestações culturais, que, de uma forma ou de outra, estão sendo transfiguradas devido às forças de desenvolvimento do mundo globalizado.

A questão que emerge das potencialidades locais em parâmetros de deficiência dos recursos que conduzem a atividade do turismo, podem ser considerados meros paliativos que possam a vir a fortalecer a atividade. Diante desse fato, novas estratégias de introdução da comunidade em roteiros turísticos se fazem necessárias a partir do momento em que se fomentar uma dinâmica em que se possa subsidiar e agregar a maximização de benefícios locais.

Em 2000, o SEBRAE/MS realizou uma oficina de turismo em Furnas do Dionísio, cujo objetivo teve-se em sensibilizar a comunidade para o desenvolvimento do

turismo com enfoque na filosofia participativa, dando ênfase no intercâmbio de experiências e na visualização acerca da atividade; no qual constatou-se os potenciais turísticos da região e o que deveria ser melhorado para atrair o maior número de visitantes.

Passados quatro anos, a instauração da oficina se fez necessário pelo fato de alertar os moradores para os potenciais existentes, embora a perspectiva de consecução efetiva não tenha saído do papel para a prática, de maneira a não condensar as expectativas dos moradores que acreditavam na alternativa de desenvolvimento da atividade em sua região.

Entretanto, hoje a comunidade está mais ciente de suas potencialidades e acredita fortemente que o turismo pode ser uma indução de práticas sociais e economicamente transitáveis, desde que possa ser efetivado de maneira participativa aos quais os moradores devam se apresentar como beneficiários primários.

Outro trabalho iniciado este ano na comunidade, no qual o turismo surge como uma das potencialidades reais que pode perfeitamente ser executada, é observada na metodologia do DLIS – Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável – cuja proposta é adotar um procedimento participativo, que mobilize a sociedade civil, instituições públicas e privadas para a realização de um diagnóstico de cada realidade, identificando as potencialidades, discutindo as vocações e construindo planos integrados de desenvolvimento. Em outras palavras, é disponibilizar dos recursos endógenos aflorados da própria comunidade, representando um processo de desenvolvimento local e sustentável ao considerar os anseios e necessidades da comunidade local. (Ver Quadro 4).

Por intermédio da Agenda de Negociação Local aplicada por esta metodologia, foram elencadas atividades a serem viabilizadas mediante parcerias com órgãos públicos e privados, ao qual o turismo surge como um dos itens prioritários da negociação. Esta etapa desencadeada pelo DLIS, segundo as necessidades dos moradores, visa a implantação de programas de desenvolvimento e regulamentação da atividade turística, apoio à capacitação específica para atuação, acionando modelos para instaurar de forma eficaz o turismo como alternativa e fomento a atividades econômicas decorrentes de sua vocação endógena, uma vez que a comunidade apresenta história, cultura e ambiente natural que podem estimular ações integradas para o turismo no local.

Quadro 4 – Potencialidades apontadas em Furnas do Dionísio

POTENCIALIDADES
Comunidade quilombola e nome de Furnas do Dionísio; Turismo rural e de aventura (cachoeiras, rios e montanhas); Acesso à internet; Disponibilidade de recursos hídricos; Proximidade da Br-163 e localização geográfica próxima de Campo Grande; Capacidade produtiva artesanal e de produtos naturais; Solo Fértil; Disponibilidade de energia; Boas condições climáticas; Existência da Associação e de outros grupos associativos; Boa capacidade pessoal e disponibilidade de mão-de-obra; Existência da Escola de ensino médio e fundamental; Farinha, rapadura, doces caseiros, açúcar mascavo, e comidas típicas; Atividades culturais, como: danças do engenho novo, catira e festas religiosas;

Fonte: Relatório de Conclusão do Diagnóstico Participativo Local de DLIS em Furnas do Dionísio, 2004.

Cabe salientar que se não houver mobilização contínua da comunidade em relação ao diagnóstico elencado como prioritário, não irá suscitar em uma atividade de auto-sustentação econômica e social. Vias de regra, os caminhos percorridos para efetivação da atividade não deverão sofrer com medidas verticalizadas e sim, a atuação dos atores deverá ser concisa para que os impactos não assumam caráter agressor da cultura e do ambiente.

Frente à realidade diagnosticada na comunidade, em razão das perspectivas que se esmeram como vicissitudes latentes ou ativas, os próprios moradores apontaram como vocação prioritária ao desenvolvimento a questão da fabricação de produtos artesanais derivados da cana, mandioca e leite, como: doces, rapaduras, melado, açúcar mascavo,

farinha e outros. Conseqüentemente, a produção poderia sofrer um incentivo a mais para a comercialização e intercâmbio financeiro entre comunidade e visitante, à medida que estes obtivessem nesta transação econômica uma atividade não somente promulgada para o turismo e sim, como oportunidade de atingir mercados externos.

Retomando a questão das estratégias que poderiam ser atuantes na execução do turismo na comunidade, pode-se discorrer sobre possibilidades ímpares que contribuiriam na gestão do turismo com base local em Furnas do Dionísio, independente da capacidade e da infra-estrutura que a comunidade dispõe para recepcionar os visitantes.

Constatando uma realidade que apresente em comum a Furnas do Dionísio, o território rural e a modalidade do turismo em espaços rústicos, Valette (2004) exemplifica a gestão desta modalidade no caso dos territórios rurais de Montpellier (França).

Em seu trabalho, a autora cita que os agentes locais se especializaram em alternativas de lazer junto ao ambiente natural, adequando-as a utilização do espaço rural para atividades como cavalgadas e trilhas, além de comercializar os produtos fabricados localmente, o que conseqüentemente correspondeu à expectativa da demanda urbana, que procurou valorizar os recursos simbólicos e concretos disponíveis, envolvendo desta forma o estabelecimento de possibilidades frente ao mercado inovador que vem agregar valor a produção, bem como a apreciação dos valores tradicionais locais.

Diante dessa premissa, os hábitos rurais da comunidade de Furnas do Dionísio podem perfeitamente servir de estímulo à execução do turismo rural, uma vez que seu território dispõe de mecanismos para a implementação desta atividade. Agregando valor a produção, já que a fabricação de seus produtos segue práticas artesanais, revitalizando a história e a identidade local, bem como promovendo e atribuindo ações rurais aos visitantes, a efetivação da atividade em Furnas do Dionísio poderia gerar muitos benefícios locais, não apenas no tocante de geração de emprego e renda.

Porém, as adaptações das propriedades, produtos e serviços não devem perder as características originais em favor do visitante e sim, quantificar os valores locais e a autenticidade cultural, paralelamente ao ambiente rural preservado.

Como em Furnas do Dionísio as condições de hospedagem não condizem com a construção ou instalação de nenhum equipamento que possa favorecer ao pernoite do

visitante, seria válido a organização da atividade ao que pudesse usufruir a infra-estrutura local, no caso das próprias residências ou locais abertos para a prática do *camping*, podendo ser um cenário que contribua para a emancipação de atividades em vista ao seu funcionamento, gestão e controle.

Assim, os denominados “*bed and breackfast*” surgiriam como alternativas aos visitantes que desejassem observar e participar na vida diária dos moradores, possibilitando de forma imediata e contínua a introdução de novos mecanismos e incrementos quanto à valorização de aspectos rotineiros e tradicionais representados através da qualidade dos serviços que seriam disponibilizados ao visitante.

Uma outra análise em que possa resultar no incremento de novas técnicas, em vista ao sistema de atratividade e em função da própria sustentabilidade local, diz respeito às práticas de piscicultura.

Esse elemento poderia ser um atrativo a mais na comunidade, ao qual a aliança entre a criação de pesque-pagues para atender ao turista em potencial, que desfrutaria horas de lazer e descanso, mediante o pagamento de uma taxa conforme o peso dos exemplares apanhados, sendo este destinado diretamente aos proprietários rurais ou à cooperativa e conseqüentemente dividido entre os moradores locais; bem como também contribuísse paulatinamente em práticas de subsistência dos residentes.

Para se estabelecer uma relação que aprove de maneira eficiente às práticas sócio-culturais que podem ser promulgadas pelo turismo, há de se considerar a elaboração de um calendário das atividades culturais na comunidade, frente às expectativas e exigências dos visitantes que realmente desejam estar em contato com outras culturas, reconhecendo e participando dos momentos que impulsionam e resgatam a valorização das manifestações culturais.

No caso de Furnas, as festas que assumem caráter religioso poderiam estar presentes nos guias turísticos do estado, no qual a descrição de cada elemento despertaria o imaginário coletivo, fazendo com que a autenticidade de suas manifestações constituísse na elencação de sistemas e simbologias que atuassem como atrativos.

Diante desse quadro, ressalva-se que as manifestações não deveriam descaracterizar-se em função da sazonalidade do turismo na região, ao passo que fosse

redimensionada a questão do patrimônio histórico-cultural em prol da memória, solidificação e valorização das características culturais repassadas a cada geração.

O planejamento e a participação nas ações integradas surgem novamente nesta perspectiva, como revitalizadores destas áreas marginalizadas, constituindo uma forma de conectá-las aos novos contextos, valores e necessidades existenciais humanas.

Isso possibilita na organização de modelos que possam alternar e despertar a ação coletiva que corresponda às dificuldades de se construir uma reputação baseada na uniformidade dos aspectos culturais, o que resultaria por consequência em estratégias de desenvolvimento de atividades econômicas em união com a valorização recíproca das iniciativas coletivas locais.

Referente às parcerias que poderiam ser realizadas para que a comunidade soubesse trabalhar a cultura e o turismo como fatores para o desenvolvimento local, seria prioritário, segundo os moradores, a organização da comunidade e sua seqüente sensibilização para que os moradores pudessem visualizar em suas práticas culturais, uma forma de geração de emprego e renda.

Por extensão, o fortalecimento do espírito da comunidade de que eles próprios disponibilizam de mecanismos adjacentes para o próprio desenvolvimento, condiciona respectivamente alianças com entidades públicas e privadas, instituições de ensino e cooperação mútua entre os moradores de Furnas do Dionísio. Deflagrando obviamente em um processo em que impere a responsabilidade local de propor e buscar possibilidades de inclusão e manobras frente ao enfoque que desmistifique a consagração de ações que devem ser levadas até a comunidade, como se não soubessem formular e traçar caminhos para que o desenvolvimento possa realmente ser articulado.

Salienta-se ainda que, Furnas do Dionísio é uma comunidade que almeja por relações de interdependência, no qual os moradores se articulam e interagem em relacionamentos existencialmente primários, mantendo vínculos diretos, espontâneos e informais, avaliando e controlando o ambiente comum de sua existência em que decorrem em decisões coletivas, cujos interesses sejam compartilhados pelo todo, não de forma individualizada.

Na realidade, o desenvolvimento de toda e qualquer atividade, deve satisfazer as necessidades latentes da comunidade de Furnas do Dionísio, baseando-se na própria capacidade criadora, seus próprios valores e potencialidades, suas próprias formas de expressão, buscando atingir as aspirações coletivas. Adverte-se, portanto, que a questão endógena está fortemente ligada ao processo de participação ativa da comunidade na gestão e opção por atividades que venham a fortalecer de maneira regular os padrões originais que caracterizam seu patrimônio cultural como atributo de sua existência.

Não é pretensão desse estudo subsidiar por possibilidades de desenvolvimento do turismo como melhor alternativa de sustentabilidade econômica, social e cultural para a comunidade de Furnas do Dionísio. Pelo contrário, de todos os conceitos abordados, em contraste com a realidade local e que devem estabelecer nível prioritário para o desenvolvimento territorial sustentável em Furnas do Dionísio, discorre-se principalmente acerca do seu capital sócio-cultural como o bem mais precioso disponível em seu meio.

A busca por alternativas e possibilidades de inserção no mundo globalizado, faz com que a comunidade seja protagonista do desenvolvimento endógeno, auferindo-lhes competência e habilidades para garantir o bem-estar sócio-comunitário.

Salienta-se, portanto, que as manifestações culturais presentes são fatores decisórios para alavancar o desenvolvimento, enquanto contextualizado nas formas de vicitudes humanas fundamentais e até mesmo na implantação de atividades que possam promover a gestão dos próprios recursos existentes na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É uma incógnita avaliar até que ponto a cultura pode ser considerada um vetor importante para o desenvolvimento de uma comunidade. Contudo, supõe-se que a questão cultural é uma ferramenta fundamental para a inserção de ações que possam promulgar o desenvolvimento de atividades paralelas que têm em sua base, a cultura como alternativa ao fortalecimento de práticas inovadoras, de subsistência e de resistência sócio-cultural.

O fator cultural em vista ao desenvolvimento deve ser analisado como uma política centralizada na territorialidade de Furnas do Dionísio, no qual o objetivo ateve-se em avaliar os impactos sócio-econômicos para que estes não sejam apenas estimulados como garantia do bem-estar local, mas sim, venham a atender as aspirações da comunidade em vista a superação de seus maiores problemas.

Furnas do Dionísio é uma comunidade cuja cultura interpreta-se conforme suas práticas cotidianas, bem como a renovação de cada laço cultural se baseia em princípios de autonomia e resistência aos métodos impostos e estandardizados de modelos dominantes que possam usurpar sua identidade territorial frente às expectativas exógenas impostas como padrões adequados de desenvolvimento.

A trajetória percorrida pela comunidade em razão à adaptabilidade ao ambiente e às circunstâncias de apropriação e uso de seu território é revista como local de preservação de atitudes, hábitos e costumes que a molda como uma cultura singular em que a relação solidária e recíproca surge como maior virtude diagnosticada em seu meio. Uma vez que a união comunitária fortalece o espírito empreendedor e propõe a gestão de iniciativas locais que possam continuamente amparar-se nos benefícios alcançados ao longo do caminho.

Pode-se observar que a temática cultural, independente pela forma como se apresenta no seio da comunidade, contribui para a valorização das potencialidades coletivas e individuais como forma de favorecimento ao processo de desenvolvimento local que é resultante da sinergia das forças e capacidades endógenas pela busca contínua na melhoria da qualidade de vida.

Não existe uma fórmula que possa proceder no sucesso almejado diante da prerrogativa de desenvolvimento local. Todavia, afirma-se que esta estratégia será bem sucedida caso venha a considerar o dinamismo procedente do afloramento das potencialidades endógenas da comunidade ao que diz respeito ao seu legado cultural como subsidio ao resgate de suas manifestações, sejam elas repassadas de geração em geração por meio da memória coletiva ou na aquisição e assimilação de novos conhecimentos.

Buscando identificar a cultura como fator endógeno de desenvolvimento por propiciar a possibilidade de promoção de melhorias advindas das potencialidades locais, o patrimônio histórico-cultural, quando preservado e respeitado por todos os grupos sociais, a começar pela própria comunidade local, apresenta caráter integrador que estimula o desejo do grupo social em buscar por contínuas melhorias em função da valorização de seus hábitos culturais.

Frente a este propósito, a prática sócio-econômica do turismo quando planejada adequadamente, surge como opção de desenvolvimento desde que considere os anseios da comunidade local, contribuindo para que o território não seja movido ao fenômeno da desterritorialidade e promulgando ações que possam desencadear no dinamismo local com métodos além da subsistência.

No entanto, ressalta-se mais uma vez que o propósito deste trabalho não é contextualizar o fenômeno turístico como melhor alternativa de desenvolvimento. Pelo contrário, a prática dentro da comunidade deve mostrar-se participativa e incluyente desde o momento de sua idealização, assumindo desta maneira um procedimento que perpetue a integridade e autenticidade das manifestações regulares, cuja finalidade possa vincular e propor à comunidade o seu auto-conhecimento e denominação enquanto categoria étnica que perfaz sua história através das gerações.

Para finalizar o raciocínio crítico em relação a Furnas do Dionísio, salienta-se que, os modelos de desenvolvimento ou a inserção de pluriatividades dentro da comunidade, jamais deverão ser impostos em uma relação verticalizada, pois cabe aos moradores discutir as estratégias que possam, por conseguinte gerar benefícios locais em vista a preservação de sua cultura como bem mais precioso em que repercute positivamente na coesão do grupo e na consequente fortificação da identidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. *et alii*. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2000.
- AMORIM, C. R. (org.). **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**. São Paulo: ITESP, 1998.
- ANDRADE, J. V. de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- AROCENA, J. **El desarrollo local: un desafío contemporáneo**. Buenos Aires: Universidad Católica, 2001.
- AZEVEDO, I. B. de. **O prazer da produção científica: diretrizes para elaboração de trabalhos acadêmicos**. 4. ed. Piracicaba: UNIMEP, 1999.
- BAPTISTA, M. **Turismo: competitividade sustentável**. Lisboa/ São Paulo: Vozes, 1997.
- BARRETO, M. **Planejamento e organização do turismo**. Campinas: Papyrus, 2000.
- _____. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas: Papyrus, 2000.
- BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org). **Turismo e desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BISSOLI, M. A. M. A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 1999.
- BÓIA, Y. T. K., CARMO, E. S., GADOTTI, A. Análise comparativa da evolução de sítios turísticos: Santos (SP) e Balneário Camburiú (SC). In: **Turismo Visão e Ação**. Itajaí: Univali. Abr-set/1999. Ano 2, n.3.
- BONATTI, M. **Negra beleza raiz: a presença negra na formação do Brasil**. Aparecida, SP: Santuário, 1991.
- BOSI, A. Dialética da colonização. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. In: GASTAL, S. Turismo e cultura: por uma relação sem diletantismo. In: GASTAL, S. (org.). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre: EDPUCRS, 1998.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia** - construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal/ Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de cooperação para a Agricultura, 1998.

CANDAU, J. **Memória y identidad**. Buenos Aires: Del Sol, 2001.

CARRIL, L. F. B. **Trabalho e excedente econômico**: remanescentes de quilombos no Brasil. Obtida via internet no site: www.ub.es/geocrit/sn/sn119-39.htm, 08/08/2003, 15h25.

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura, o poder da identidade. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTILHO, C. J. M. Espaço turístico e representações sociais: permanência ou mudança da realidade existente. **Cadernos do Ceas**. Salvador, jan./fev, 2001, p. 47-60.

CASTILHO, M. A. de. **Manual para elaboração de monografia em ciências jurídicas**. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2001.

CENTURIÃO, L. R. M. **Identidade, indivíduos e grupos sociais**. Curitiba: Juruá, 2002.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CLAXTON, M. **Cultura y desarrollo**. Paris: UNESCO, 1994.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Rocco, 2001.

_____. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YASIGI, E. (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 1999.

CUELLAR, J. P. **Nossa diversidade criadora**. Brasília: UNESCO/Mec/Papirus, 1997.

CUNHA, M. C. **Antropologia do Brasil** – mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

ESPINHEIRA, G. Branco na memória. **Cadernos do Ceas**. Salvador, jul/agos. 1994, n. 152, p.67-79.

FAISSOL, S. **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

FRANCO, A. de. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: ARCA, 2002.

FURNAS DO DIONÍSIO. **Relatório de Conclusão do Diagnóstico Participativo Local de DLIS**. Campo Grande: Agricon Consultoria, 2004.

FUKUYAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Trad. Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FUNARI, P.P.; PINSKY, J. (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

GARCÍA, R. F. **El turismo rural en España** - especial referencia al analisis de la demanda. Madrid: Instituto de Estudios Turísticos, 1995.

GASTAL, S. (org.). **Turismo**: 9 propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: EDPUCRS, 1998.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

HAQ, M, U. **A cortina da pobreza** - opções para o Terceiro Mundo. Trad. Richard Paul Neto. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

HERMET, G. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HOSKEN, F.; VIGGIANO, L. **Como implantar o turismo rural em sua fazenda**. Viçosa: CPT, 1997. Manual Técnico.

JARA, C. J. **Capital social: construindo redes de confiança e solidariedade**. Quito: NEAD, 1999.

KASHIMOTO, E.; MARINHO, M.; RUSSEF, I. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. In: **Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, 2002. vol.3, n. 4, p. 35-42.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura: claves esenciales del desarrollo. In: **Revista de la CEPAL** (69), dez. /1999, p. 85-102.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Trad. Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2000.

LAPLATINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LEITE, C. D. Furnas dos Dionísios. **Revista Arca**. Campo Grande, nº 05, out. 1995.

MACHADO, M. S. **Geografia e epistemologia**: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. Obtida via Internet no site: www.bdmdl.ucdb.br, 23/10/2002, 14h35.

MARQUES, H. R. *et alii* (orgs.). **Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas**. Campo Grande: UCDB, 2001.

MARTÍN, J. C. Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural. In: **Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, 2001. vol.2, n. 3, p. 57-66.

MARTINS, G. I. V. e MARTINS, C. I. D. Desenvolvimento Local: da teoria à prática. In: MARQUES, H. R. *et alii* (orgs.). **Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas**. Campo Grande: UCDB, 2001.

MENEZES, U. T. B. A paisagem como fator cultural. In: YASIGI, E. (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Os usos culturais da cultura – contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, E. CARLOS, A. F. A. e CRUZ, R.C.A. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MISCIGENAÇÃO. In: **Campo Grande - Guia Turístico**. Secretaria Municipal da Cultura e do Esporte, 1992 / 1993, p. 12 - 13.

MOESCH, N. M. Turismo: virtudes e pecados. In: GASTAL, S. (org.). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre: EDPUCRS, 1998.

MOLINA, S.; RODRÍGUEZ, S. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América latina**. Trad. Carlos Valero. Bauru: EDUSC, 2001.

MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antiracistas no Brasil. In: SPINK, M. J. P. (Org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

NICOLAS, D. H. Elementos para una analisis sócio-geográfico del turismo. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

NOVAES, M. H. O desenvolvimento do turismo em espaço rural: considerações sobre o plano de Joinville-SC. In: ANSARAH, M. G. R. **Segmentação de mercado turístico**. São Paulo: Futura, 1999.

OLIVEIRA, A. M.; CUNHA, J. R. **A interferência da atividade turística na comunidade negra de Furnas do Dionísio**. 2001, 77p. Monografia (Graduação em Turismo). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, C. J. *et alii*. Alternativas para o desenvolvimento rural periurbano: o caso de Três Barras, no município de Campo Grande. In: **Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, 2004. Vol. 5, n. 8, p. 37-44.

Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Mundialização da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PADILLA, O. D. L. T. **El turismo fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

PELLEGRINE FILHO, A. **Manual enciclopédico de ecologia e turismo**. São Paulo: Manole, 2000.

_____. **Ecologia, cultura e turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.

PIRES, P. S. Paisagem litorânea de santa Catarina como recurso turístico. In: YAZIGI, E. CARLOS, A. F. A. e CRUZ, R.. C. A. **Turismo – espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

POUTIGNAT, P.; FENART, J. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

Resumo da Agenda 21 – **Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro de Informações das Nações Unidas do Brasil, Palácio Itamaraty, 1992.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: rumo ao conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Turismo e desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, D V. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

_____. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. *et alii*. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: espaço e tempo – razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil – território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SILVA, A.V.M. **Kalunga**: identidade étnica de uma comunidade remanescente de quilombos. Amsterdã, 2001. (Dissertação de mestrado em Antropologia Cultural) Disponível no site: http://geocities.yahoo.com.br/comunidade_kalunga/monografia.htm Acessada em: 15/07/2003, 10h45.

SILVEIRA, C.; BICAYUVA, C.; ZAPATA, T. **Ações integradas e desenvolvimento local**: tendências, oportunidades e caminhos. São Paulo: Polis; Programa de Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (org). **Turismo e desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SUAREZ, R. O. Desarrollo local sostenible en Cuba: parámetros de medida. In: **Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, 2004. Vol. 5, n. 8, p. 21-28.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: turismo cultural, ecoturismo e ética. Trad. Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2000.

THEOBALD, W. (org.). **Turismo global**. Trad. Anna Maria Capavilla, Maria Cristina Guimarães Cupertino e João Ricardo Barros Penteadó. São Paulo: SENAC, 2001.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Luzia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

ULLMANN, R. A. **Antropologia**: o homem e a cultura. Petrópolis: Vozes, 1991.

URRY, J. **O olhar do turista** – lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: SESC/Studio Nobel, 1996.

VALETTE, E. A economia rural perirubana ou inovação em periferia: o caso de Montpellier (França). In: **Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, 2004. Vol. 5, n. 8, p. 09-19.

VANNUCCHI, A. **Cultura brasileira**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

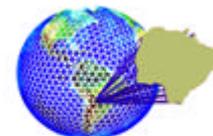
VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. In: **Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, 2002. Vol. 3, n. 5, p. 05-19.

VERHELST, T. **O direito à diferença** – identidades culturais e desenvolvimento. Trad. Maria Luíza César. Petrópolis: Vozes, 1992.

YASIGI, E. (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

YAZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. **Turismo** – espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL –
MESTRADO ACADÊMICO

**APÊNDICE A - ROTEIRO PRELIMINAR PARA APLICAÇÃO DE
QUESTIONÁRIOS NA COMUNIDADE DE FURNAS DO DIONÍSIO**

ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

1) Nome do entrevistado:

2) Sexo do(a) entrevistado(a):

Masculino Feminino

3) Idade do(a) entrevistado(a):anos

4) Estado Civil do(a) entrevistado(a):

Casado(a) ou similar Separado, divorciado etc.
 Solteiro(a) Viúvo

5) O(a) Sr(a) tem filhos?

Sim (Quantos?) Não

6) Até que ano o(a) Sr(a) frequenta(ou) a escola?

Nunca Frequentou/Analfabeto
 1º Grau Completo
 1º Grau Incompleto
 2º Grau Completo
 2º Grau Incompleto
 Nível Superior Incompleto/Completo

7) Somando todos os rendimentos das pessoas que moram com o(a) Sr(a), a sua renda familiar fica em torno de:

até R\$ 400,00 de R\$ 500,00 a R\$ 800,00 mais de R\$ 1.000,00

8) Ocupação Principal

Empregado rural
 Trabalhador na produção para o próprio consumo
 Desempregado
 Aposentado ou pensionista
 cuidados do lar

21) Entre os setores e atividades, quais deveriam receber tratamento prioritário na comunidade? (Apontar no máximo quatro alternativas)

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Estradas, transportes e comunicações | <input type="checkbox"/> Saneamento |
| <input type="checkbox"/> Atividades culturais e de lazer | <input type="checkbox"/> Segurança |
| <input type="checkbox"/> Agricultura e/ou pecuária | <input type="checkbox"/> Ensino de primeiro grau |
| <input type="checkbox"/> Comércio e serviços | <input type="checkbox"/> Ensino de segundo grau |
| <input type="checkbox"/> Turismo | <input type="checkbox"/> Educação profissional para jovens e adultos |
| <input type="checkbox"/> Proteção do meio ambiente | <input type="checkbox"/> Saúde |
| <input type="checkbox"/> Habitação | <input type="checkbox"/> Cooperação entre os governos e a sociedade |

ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS e AMBIENTAIS

22) Com que frequência o(a) Sr(a) pratica estas atividades?

Todas as semanas De vez em quando Nunca

- Reúne amigos em sua casa
- Visita parentes e amigos
- Reúne-se com membros da mesma igreja ou religião
- Passa tempo com amigos em jogos ou atividades esportivas
- Participa de reuniões
- Vai a festas da comunidade

23) O (a) Sr(a) participa de alguma associação na comunidade?

É sócio e participa É sócio, mas não participa Não é sócio

- Igreja ou grupo religioso
- Sociedade recreativa ou clube social
- Organização artística, musical ou educacional na comunidade
- Cooperativa
- Associação de agricultores ou pecuaristas
- Associação de pais e mestres
- Outros. Qual?

24) O (a) Sr(a) concorda ou discorda, que:

Concorda

Discorda

As pessoas sempre se interessam mais pelo seu bem-estar e de suas famílias, e não se preocupam muito com o bem-estar da comunidade.

As pessoas desta comunidade são merecedoras de confiança.

É bom estar sempre alerta nesta região, para que os outros não se aproveitem de você.

Se você tiver um problema, sempre aparecerá alguém para ajudar.

Em geral, a maior parte das pessoas desta comunidade estará pronta para ajudar se você precisar.

25) Quais os tipos de diferenças que mais separam os habitantes da sua região?

() Diferenças de nível de educação

() Diferenças entre moradores mais antigos e pessoas que vieram de fora

() Diferenças entre pessoas mais jovens e mais velhas

() Diferenças de situação social

() Diferenças entre homens e mulheres

() Diferenças na propriedade da terra

() Diferenças de crença religiosa

26) O(a) Sr(a) se considera religioso(a) ?

() Sim

() Não

27) Qual é a sua religião ou culto?

28) Além dessa, o(a) Sr(a) frequenta alguma outra religião ou culto? Qual?

29) Por ser uma comunidade negra, cultos como candomblé e umbanda realizam-se na comunidade?

() sim

() não

Por quê?

30) Na comunidade, quais festas que acontecem no ano em Furnas do Dionísio?

31) Quais as ocasiões mais importantes que são celebradas com festas? (Descrever a atividade)

32) Que atividades e manifestações culturais são realizadas na comunidade?

- danças -
- artesanato -
- comida típica -
- práticas de lazer -
- vestimenta típica para algum evento -
- música -
- teatro -
- Outros.

33) O que os pais ensinam para os filhos, que ensinam para os netos em Furnas do Dionísio?

.....

34) Quais os eventos culturais que existem na comunidade e onde são realizados?

.....

35) Qual o tempero utilizado na produção dos alimentos diários? Eles são retirados da própria terra?

.....

36) O (a) Sr. (a) sabe como a comunidade se formou?

- sim
- não

37) As escolas ensinam a história de Furnas do Dionísio?

- sim
- não

De que forma?

.....

38) Como o(a) Sr.(a) caracterizaria a cultura de sua comunidade?

.....

39) Furnas do Dionísio é considerada “remanescente de quilombos”. O (a) Sr. (a) concorda com esta definição? Por quê?

.....

40) Em sua opinião, qual a maior riqueza cultural que a comunidade apresenta?

.....

41) Qual a relação dos jovens com os membros mais antigos da comunidade?

.....

42) Nos momentos de festa, como a comunidade se relaciona uns com os outros?

.....

43) Como vocês preservam suas manifestações culturais?

.....

44) O sr.(a) gosta de assistir TV? Quantas horas por dia e qual o programa preferido?

.....

45) Qual a rádio mais ouvida pelo sr. (a)?

.....

46) Que estilo de música o(a) sr. (a) gosta de ouvir?

.....

47) O sr. (a) gosta de ler jornais e revistas?

.....

48) O(a) sr. (a) toca algum instrumento musical?

.....

49) Quais as riquezas naturais que a comunidade de Furnas do Dionísio apresenta?

() rios () córregos () cachoeiras () serras () fauna e flora

50) Qual a relação da comunidade em relação à conservação do meio ambiente? O que é realizado para mantê-lo preservado?

.....

51) Quais são as plantas utilizadas como remédio (tendo em vista a falta de um posto de saúde na localidade)?

.....

52) Como a comunidade pode contribuir para que a região ficar mais bonita, em relação a preservação do meio ambiente?

.....

53) As riquezas naturais existentes na comunidade atende às práticas de lazer exercidas pelos moradores?

() sim

() não

Como?

.....

54) O sr.(a) conhece as potencialidades naturais de sua região?

() sim

() não

Cite:

55) O que as pessoas fazem e a relação que têm com a natureza?

.....

56) O meio ambiente e a cultura, ao estarem preservados são itens importantes para fomentar o desenvolvimento de sua região?

() sim

() não

De que forma?.....

ASPECTOS TURÍSTICOS

57) Para o Sr. (a) o que significa turismo?

.....

58) O que o turista pode conhecer em Furnas do Dionísio?

.....

59) O Sr. (a) concorda com a prática do turismo dentro da comunidade?

.....

60) O que o turismo poderia provocar em sua comunidade?

.....

61) Há fluxo de visitantes na comunidade?

sim, apenas de final de semana

sim, dias de semana

não

62) Quais os visitantes que chegam à comunidade?

escolas

universidades

outros

63) Qual o principal atrativo que os visitantes chegam na comunidade para conhecer?

história local

manifestações culturais (danças, comidas típicas, religião, artesanato, etc.)

paisagem (cachoeira, rios, córregos)

64) È importante ter contato entre membros da comunidade e visitante?

sim

não

Por quê?

65) Os visitantes que chegam na comunidade respeitam sua cultura e seu meio ambiente?

sim

não

Por quê?.....

66) Para que a comunidade desperte para o turismo, é importante que os visitantes:

valorizem a cultura local

conservem a natureza

respeitem os moradores

67) O que precisa ser feito para que a comunidade esteja preparada para receber o turista?

sensibilizar a comunidade para a importância da atividade

qualificar mão-de-obra

organizar um centro de atendimento ao visitante

construção de serviços de apoio para a atividade

outros

68) O turismo poderia ser um fator de valorização de sua cultura e do meio ambiente?

sim

não

Por quê?.....

69) O que precisa ser feito na comunidade para que o turismo se desenvolva?

.....

70) Seria adequado promover parcerias com entidades (universidades, órgãos público, etc) para que a comunidade soubesse trabalhar a cultura como um fator de desenvolvimento?

sim

não

Qual a prioridade?.....